

35
34-1
Supplement
CONSTITUIÇÃO MORAL
E DEVERES DO CIDADÃO COM EXPOSIÇÃO
DA MORAL PÚBLICA CONFORME O ESPÍRITO
DA CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO POR
JOSE DA SILVA LISBOA RIO DE JANEIRO
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL 1825

Parte III

CONSTITUIÇÃO MORAL,

E

DEVERES DO CIDADÃO.

COM EXPOSIÇÃO

DA

MORAL PUBLICA

CONFORME O ESPIRITO

DA CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO.

PARTE III.

P O R

JOSÉ DA SILVA LISBOA.

*Nemo illic vitia ridet, nec corrumpere et corrumpi
seculum vocatur: plus que tibi boni mores va-
lent, quam atibi bonae leges.
Tacit. de Morib. Germ. Cap. XIX.*



RIO DE JANEIRO.

NA TYPOGRAPHIA NACIONAL. 1825.

66905



OFFICINA

DE

Francisco Alves

DEstimando nesta última Parte promover a Virtude, particular e publica, de todas as classes de Cidadãos, com a exposição dos seus *Deveres*, espero se me releve a offerecer preliminarmente o seguinte Monumento da Historia desta Corte, hoje raro, e só de noticia dos mais curiosos das Coisas da Patria, e que he digno de se propor aos Presidentes das Provincias, que tanto podem cooperar com o Governo Imperial para o progresso, e rectidão da moralidade do Povo. Este Monumento se mostra não menos interessante, por ser memoria da Primeira Sociedade de Literatura do Rio de Janeiro, intitulada = *Academia dos Selectos* =, e que teve por objecto o cumprimento de hum *Dever Moral*.

Louçamos os Varões gloriosos = foi conselho do mais sabio dos antigos Reis. O Moralista Latino disse = *a virtude louçada cresce*. O Historiador *Tucido* acrescentou: = *mais facilmente se louvão as virtudes, onde mais facilmente nascem* = O Apostolo das Gentes deo a Regra: = *HONRA A QUEM A HONRA?*

Os Literatos mais distinctos da Provincia Fluminense instituirão a dita Academia para louvarem as *Máximas* do Governador (que então era) Gomes Freire de Andrade, prestando esse tributo de reconhecimento aos seus grandes meritos, e serviços. Em 1754 saio á luz em Lisboa a Collecção dos escriptos

tos concernentes, contendo a Oração Panegyrica, que fez o Presidente da Sociedade, e varias sortes de numerosos versos Latinos, Hespanhoes, e Portuguezes. Esta Collecção tem o título de *Jubilos da America*.

Aqui só transcreverei as *Maximas* de que ahi se fez o commentario; e depois alguns Sonetos, para dar idéa do espirito catholico, patriotico, e literario, dessa memoravel epocha.

MAXIMAS CHRISTIÃS.

I.

A primeira parte do tempo para Deos.

QUando desperta pela manhã, a sua primeira operação he rezar o Officio Parvo de Nossa Senhora, e fazer as suas costumadas Oraçoens, sem que o interrompa outro cuidado.

II.

Fundar Casa em Deos.

Tendo fundado o Convento de Nossa Senhora do Desterro, para as Religiosas de Santa Thereza, no qual emprega o que lhe resta dos gastos ordinarios da sua casa, alémdas mezadas, com que assiste, há muitos annos, para a sustentação das que hão de ser Religiosas no mesmo Convento.

III.

Attribuir tudo á Deos.

Costumã dizer: Que não pôde succeder-lhe desgraça, que o perturbe; porque, estando certo, que a sua tenção he fazer em tudo o melhor serviço de Deos, e de ElRey, receberá qualquer adversidade por premio especial de quem só sabe o que lhe convem para sua salvação.

IV.

O que se dá á Deos, dá-lo totalmente.

No Convento, que fundou para as Religiosas de Santa Thereza, não consentio que se gravasse o seu nome, dizendo: Que o Author da Obra era Deos, cujo Nome, e não o das creaturas, se deve engrandecer.

V.

A virtude de quem governa deve ser publica.

Ouve missa regularmente todos os dias em Igreja publica, para mover a outros com o seu exemplo. Quando fundava o seu Palácio, ordenou as portas desorte, que em nenhum tempo pudessem servir, sem serem vistos e observados os que por ellas entrassem.

MAXIMAS POLITICAS.

I.

A Verdade he a alma das acçoens.

Para conservar o seu respeito, he constante não haver recebido, em tantos annos de Governo, outro emolumento fóra do seu ordenado. Fez voltar humna borracha de ouro, que das Minas se lhe mandava com o pretexto de novo descobrimento, e por se não faltar ao estylo praticado com seus Antecessores, dizendo: Que não achava no seu regimento, nem na ley de Deos, capitulo al-

gun, para acceitar similhantes offeras: Que o exemplo de seus Antecessores não podia servir-lhe de ley. Mandando-lhe certa pessoa humna pedra cravada de diamantes, respondeu: Que aquella pedra hia parar melhor ás mãos de ElRey; e com effeito, pelo Secretario de Estado, a fez apresentar em nome da mesma pessoa, que lha mandou.

III.

Fazer-se temido pela justiça, e amado pelos beneficios.

Tendo sobre seus hombros o Governo vastissimo de tres Capitaniãs, a todas governa, como se em cada humna estivesse presente; porque ainda aquellas, de que está ausente, só com o conhecimento de que elle as governa, se conservão na regra, em que as tem posto. Ao mesmo tempo em que todos o temem, todos o amão; porque todo se emprega no bem publico. Esgotou a Cidade, por meyo de humna valla, de todas as agoas, que fazião a sua habitação menos saudavel. Reparou o Aqueducto, donde bebe a Cidade, fazendo outro de maior magnificencia, e duração. Procura, e persuade a erecção dos Templos, e a symmetria dos Edifícios, para estabelecer igualmente o Culto Divino, e a formosura da Cidade.

Tres Contratos se quizerão introduzir nas Capitaniãs do seu Governo; mas attendendo ao prejuizo do povo, de que ElRey não estava informado, replicou á elles, e fícarão suspensos.

IV.

Vigilante em resolver, constante em executar.

As materias, que são do Real Serviço, e da Justiça, nunca resolve, senão depois de maduro conselho, e muita ponderação. Depois de as resolver, não ha quem o incline ao contrario, dizendo, como se lhe tem ouvido: Que quem governa, não deve ter mais amigos que a sua consciencia, e a sua honra.

V.

Merecer o premio, mas não pedi-lo.

Causa admiração quanto tem servido, e quanto tem merecido, em dezannos annos de Governo: tem conseguido o agrado contínuo de dous Reys, de diversos Ministros, e Tribunaes, sem alteração do primeiro conceito do seu merecimento. Todos os annos emprehende a viagem das Minas, sem reparar em trabalho, para satisfazer aos negocios, que pendem da sua presença. Estabelece o Contrato Real dos Diamantes em Piloens, Rio claro, e Cayapó, vencendo nesta expedição, com incrível celeridade, mais de seiscentas legoas.

Sendo tão relevantes os seus serviços, nunca requereu o premio delles; porque diz: Que não he bem desconfiar do agradecimento dos Reys. Muitas vezes se lhe ouvio dizer: Que de Deos esperava o premio principal, pela tenção com que obra; que dos Reys da terra só queria humo porção sufficiente, com que passar o restante da vida com honra.

Foi attendida esta resignação heroica com diversos premios. Primeiro: Fiou delle o Soberano o Governo de tres Capitânias, que em outros tempos se governavão por outros tantos Sujeitos. Segundo: Concedeo-lhe a nova mercê de Mestre de Campo General, em cujo cargo completarão felicissimos dias seu Illustrissimo Pay, o Senhor Bernardino Freire d'Andrada, e seu Illustrissimo Tio, o Senhor Gomes Freire d'Andrada. Terceiro: Conserva nelle o Governo das mesmas Capitânias, ainda auzentando-se para tão longe. Quarto: Fiou delle o seu poder, e os seus thesouros, fazendo-o Commissario absoluto na Demarcação da América Meridional, commettendo á sua prudencia a disposição de Governos Subalternos, consignação de ordenados, e toda a despeza necessaria á seu arbitrio, sem a obrigação de dar contas. Quinto: Tem aproveitado o seu sangue até a ultima gota no seu Real serviço, mandando lhe a seu ultimo Irmão, o Senhor João Antonio Freire d'Andrada, para o mesmo fim, em sinal de que se dá por tão satisfeito da honra, e fidelidade, com que sempre o servirão os mais Irmãos, que, se mais Freires houvesse, de mais se aproveitára.

MAXIMAS MILITARES.

I.

A verdadeira gloria pelas armas.

Versando a Universidade de Coimbra, e ouvindo o estrondo da guerra, que principiou em 704, de tal sorte se accendeo em

derejos de conseguir gloria pela Espada, que repudiando os estudos, em que fazia notaveis progressos, passou logo ao Alentejo em 707., e militou 23. annos naquella Provincia em praça de Soldado, e Capitão de cavallos, servindo de estímulo á seu ardente espirito a lembrança de seus Ascendentes celebrados pelas armas.

II.

Amar igualmente a honra, e o perigo.

Achou-se presente em todas as batalhas choques, e revoluções desta guerra, em que se distinguio o seu valor com as ultimas provas de ser ferido, e prisioneiro.

III.

Na paz, e na guerra a mesma vigilancia.

Entrando no Governo do Rio de Janeiro, todo se applicou á sua fortificação: edificando a famosa Fortaleza da Ilha das cobras, e, reduzindo as outras á melhor forma, augmentou as Milicias, abriu Aula de Engenharia, deo illustrações, ensinou as evoluções, e operações mais importantes, que até o seu tempo se ignoravão. Estabeleceu nos tres Regimentos desta Praça tal disciplina, e asseyo Militar, que são os mais florentes nas Conquistas. Como perfeito General, não só assiste com prompto, e regular pagamento ás Tropas, que lhe são subordinadas, mas augmenta com efficacia aos benemeritos, não deixando sem premio aos que se assignalão no Serviço.

IV.

Valor, e diligencia seguem a victoria.

Sendo sitiada pelos Espanhoes a Praça da Colonia, acudio á sua defenza com a mais prompta diligencia, mandando soccorros de gente, embarcações, petrechos, e viveres, com todas as direções conducentes á hum feliz victoria. Esta se conseguiu pela resistencia da Praça, que fez baldadas as operações do inimigo; devendo-se a reputação das nossas armas ao influxo de hum General, que sabe vencer ausente, só com o respeito do seu nome.

V.

Do inimigo recear sempre.

No estado da mais estreita união entre as duas Coroas, Fidelissima, e Catholica, não cessa das providencias Militares, mandando successivamente para a mesma Colonia novas Instruções, e novos transportes de gente, e munições, para evitar os accidentes futuros, que se originão do descuido. Obra de tal sorte seu bellicoso espirito, que só parece padecer violencia, quando lhe falta nesta América campo, e occasião competente de victorias, e triumphos.

MAXIMAS CHRISTIAS.

A primeira parte do tempo para Deos.

Philosofo Christão, que sabiamente
Discorres, da razão na luz mais pura,
Que todo o nosso ser, morte, ou ventura,
He da Causa primeira dependente.
Cria Deos, e conserva a qualquer ente,
Tudo nos dá; e fôra acção impura
Não tributar de tudo a creatura.
A parte principal ao Omnipotente.
Assim faz este Heróe sem esbarradias,
A quem as manbãos tolas sempre vemos.
Em Oração proñunha, em acções piás;
Porque de nenhum modo duvidemos,
Que ainda á Deos até dos mesmos dias
As primícias do tempo lhe devemos.

A virtude de quem governa deve ser publica.

Da Christandade os actos mais perfeitos
Quem governa precisa exercita-los,
Porque estudem os Povos o imitá-los,
Ou movidos do exemplo, ou dos respeito.
Das publicas Virtudes são effeitos
Mover o mesmo Povo a venerá-los;
Poís o Monarcha, e o Rey faz os vassallos,
O bom Governador move os sujeitos.
Nisto mais que nenhum se especializa
Gomes Freyre, buscando o sacro Templo,
Onde todos os dias se authoriza.
E em acto tão Catholico contemplo,
Que tanto o vicio claro escandaliza,
Quanto a publica acção serve de exemplo.

POLITICAS E MILITARES.

Fundar casa em Deos.

Esta Casa, Senhor, que á Deos fundastes,
Paraiço da terra ennobrecido,
De Thereza com ser jardim florido,
Padrão he, que á Vós mesmo levantastes.
Em qualquer pedra sua eternizastes
A fama vossa, e nome esclarecido,
Quando na frente o título devido
Nobremmente discreto regeitastes.
Regeitai-o pois, para que o Romano
Se não possa jactar vanglorioso
Demais illustre ser, que o Lusitano,
Que, se Calão despreza por briozo
Estatua no Senado, Vós' nãno
O Nome desprezais; que he mais glorioso.

*Não consente que se grave o seu Nome no
Concreto, que funda.*

Fugir á ostentação, que o mundo estima,
Desprezar o louvor, que o genio abrega,
Não he da terra productiva graça,
He virtude especial, que vem de cima.
Andrada o Nome occulta, quando anima
Hum novo Ceo na terra. He quem tal fuga!
Se em qualquer invenção, que o homem traga,
Quer logo que o seu Nome se he imprimia. -
Como por Deos na terra o Nome occulta,
Melhor o manifesta, sem Vaidade,
Pela gloria immortal, que lhe resulta;
Porque do animo pela Heroicidade,
Com que a expressão do Nome diffnulta,
No grande livro o expõe da Eternidade.

MAXIMAS CHRISTAAS.

A verdade he a alma das acções.

Quem affirma o que entende, he verdadeiro;
 Quem mente, falsifica a consciencia;
 Isto he operação de inconfiencia,
 E aquillo he nobre acção de Cavalheiro.
 O mendáz, o falsário, e embusteiro,
 Na mentira mais leve de advertencia,
 Offende á Deos, Verdade por essencia,
 E o não faltar á este, está primeiro.
 Oh quem ao nosso Herde nisto seguira!
 Quem sem faltar á Deos, e á Magestade,
 Sempre puras Verdades proferira!
 Mas esta prenda delle he propriedade;
 Pois conhece, seguir-se da mentira
 Faltar á Deos, e á si: esta he a verdade.

Do Povo só o respeito.

O Bom Governador, e o mais perfeito,
 Deve fazer-se ao Povo respeitado;
 Mas não consiste em ser altivo, e inchado,
 Soberbo, formidavel, e direito.
 Não depender de quem lhe está sujeito
 He principal, e grande predicado:
 Mais faz a inteireza, o modo, e o agrado;
 Que o receio, e temor não dão respeito.
 A impulsos da maior sabedoria
 Sempre foi, e será Sua Excellencia
 Respeitado em qualquer Capitania;
 Como quem, para timbre da obediencia,
 Tem a veneração na fidalguia,
 O respeito total na independencia.

POLITICAS E MILITARES.

*Fazer-se temido pela justiça, e amado pelos
 benefícios.*

O premio, e o castigo em quem domina,
 São uteis, e precisos institutos;
 Pois a igualdade destes attributos
 He de hum Governador a acção mais digna.
 Desta preciza Maxima, e doutrina
 São consequencias certas, e são frutos,
 Domarem-se os rebeldes, e absolutos,
 Comque hum vasto Governo se arruina.
 Este Herde, por braço, que traz consigo;
 Ama igualmente o justo com louvores,
 Quanto aborrece ao máo, como inimigo.
 Fazendo-se por tantos esplendores,
 Temido na inteireza do castigo,
 Amado na abundancia dos favores.

Valor e diligencia seguruão a Victoria.

De fortes inimigos não se alcança
 O triunfo só á estímulos do braço;
 Mais faz a diligencia, e o cansaço,
 De hum General de pródida ordenança.
 A faltar o conselho, ou ter tardança,
 Servirá o valor só de embaraço;
 Sendo o estrago primeiro que o aneago,
 E perda o que até alli era esperança.
 Não padecéo tão triste, e infauista estrella
 A Colonia immortal do Sacramento,
 Sitiada das Armas de Castella:
 Pois teve para o fim do vencimento
 Deste Herde diligencias por cautela,
 Direcções de seu grande entendimento.

MAXIMAS CHRISTAAS.

A verdadeira gloria pelas armas.

Da Questão debatida assaz, sem fructo,
 Entre as Armas, e as Letras, me descarte
 A razão, e o discurso me coarte,
 Este Gordio deixando indissoluto.
 Professor de Direito mal disputo
 O Direito das Armas nesta parte;
 Mas tropeçando nos preceitos da Arte,
 Venho a cabir no acerto do tributo.
 Em Vós vemos, Senhor, se bem se observa,
 Letras, e Armas unidas, de tal sorte,
 Que de todo a Questão hoje se enerva.
 E Alexandre á este Gordio dais tal cõrte,
 Que he Mavorte indistincto de Minerva,
 E Minerva indistincta de Mavorte.

Marcos da Colónia.

EsSES Marcos, que servem de diviza
 Dos Dominios de humna, e de outra Coroa,
 Quando a Regia grandeza se apregoa,
 Nelles vossa Memoria se eterniza.
 Tambem o vosso Nome se abaliza,
 E nas azas da Fama tanto voa,
 Que o ecco do Clarim o mundo atroa,
 O veneta, ~~respeita~~, e authoriza.
 Mas a vossa Memoria mais se acelama
 Nessas pedras, que o tempo não consome,
 Nellas gravando o ardor, que vos inflama.
 Servindo (porque Espanha mais se domne)
 A Portugal de gloria, á ElRey de Fama,
 E de Estatua immortal ao vosso Nome.

POLITICAS E MILITARES.

Amar igualmente a honra, e o perigo.

No Militar, e bélico exercicio,
 Em que tendes servido á Magestade,
 Mostrastes sempre a mesma heroicidade
 Sem recear o perigo, ou precipicio.
 Mas emfim sois Heróe, que, em beneficio
 Da Patria, e Rey, quizestes na verdade
 Dar a vida, render a liberdade,
 Por nobre, e glorioso sacrificio.
 Oh se assim fossem quantos ao prezente
 Estão servindo a Patria esclarecida,
 Premiados talvez injustamente!
 Que o Heróe, que briozo se appellida,
 A honra, como sempre permanente,
 Deve estimar em mais, que a propria vida.

Já loucura parece manifesta,
 Que os enconios de Andrada ainda prosiga;
 Porém de hum tal Heróe por mais que diga,
 Muito mais por dizer ainda me resta.
 Peito forte igualmente, e sabia testa,
 Mostra, tanto na paz, como na briga;
 E Estratagemna seja, ou seja Intriga,
 Penetra perspicaz, Christão detesta.
 Para triumphar, tem braço, ás Armas feito;
 Para reger, tem munte ás Letras dada,
 Sem lhe faltar o ser aos Reys acceto.
 Mas antes, com ventura duplicada,
 De hum, e de outro, feliz logra o conceito,
 Igualmente na Penna, que na Espada.

Satisfação no fim da Academia, d. pag. 112.

Neste Culto Elogio consummado,
Que a Academia, Senhor, tem concluido,
Mais que o Merito vosso engrandecido,
O Engenho seu contemplo acreditado.
Elle será no Orbe celebrado
Igualmente convosco, e conhecido:
Logrando assim, na Gloria de applaudido,
A Ventura feliz de premiado.
Mas, com ser tão completo, ainda entendo,
Que a Academia, com provído desvio
O quizera occultar; (caso estupendo!)
Porque julga prudente hoje o seu Brio,
Para Vós diminuto ainda, sendo
Digno de Apollo, e Marte, este Elogio.

Ilustre General, vossa Excellencia
Foi por tantas Virtudes merecida,
Que, sendo já de todos conhecida,
Muito poucos lhe fazem competencia:
Se tudo obrais por alta intelligencia,
De Deos a graça tendes adquirida,
Do Monarcha hum affecto sem medida,
E do Povo huma humilde obediencia:
No Catholico zelo, e na lealdade
Tendes vossa esperanza bem fundada,
Que, na prezente, e na futura idade,
Hade ser a Virtude premiada;
Na terra com feliz serenidade,
E nos Céos com a gloria eternizada.

N. B. Na pag. 271 desta Collecção se declara, que este Soneto he da Senhora—*Angelina de Amaral Rangel*—Céga de Nascimento.

CONSTITUIÇÃO MORAL,

E

DEVERES DO CIDADÃO.

P A R T E III.

C A P I T U L O I.

Dos Offícios Geraes e Particulares.

Nulla vitæ pars, neque publicis, neque privatis, neque forensibus, neque domesticis in rebus, neque si tecum agas quid, neque si cum alio contrahas, vacare officio potest: in eo que colendo sita est vitæ honestas omnis, et in negligendo turpido. — *Cic. de Off. Liv. I. Cap. 2.*

Os homens não podem bem viver, e convenientemente crescer, e multiplicar-se no que se diz *estado da Natureza*, em que pouco differirão dos brutos; mas sim no *estado da Sociedade*, para o qual os impellem os communis instinctos, e sentimentos, para mutuo auxilio, e prazer. Então he que se podem dizer entes racionais, e membros de alguma *communiidade*, isto he, *cidade*, de povoação pequena ou grande; e portanto devem já ser considerados como *cidadãos*, tendo *direitos* a guardar, e *deveres* a cumprir. Estes são reciprocamente *correlativos*; pois, se hum tem

direito de exigir de outro que faça, ou deixe de fazer, algum acto, este he constituido no dever de fazer, ou deixar de fazer, tal acto.

Este *dever* he o que tambem se diz — obrigação, e geralmente *officio*. Pertence á Jurisprudencia mostrar os *direitos do cidadão*; pertence á *Moral* expor os seus *deveres*; ou *officias*.

Ha *Deveres Geraes* de todas as ordens, classes, proissões, e condições de pessoas; ha *Deveres Particulares*, que demais são á cargo de certos individuos, em razão de seus Empregos, *Publicos*, ou *Privados*, desde o Soberano até o minimo subdito, que tem algum especial modo de vida.

A constante observancia de nossos *Deveres* he o que constitue *Virtude*; e a sua inobservancia, o que constitue *Vicio*.

Os *Deveres Geraes* se reduzem á cinco classes: 1.º o Dever á Deos; 2.º o Dever ao Governo; 3.º o Dever ao Estado; 4.º o Dever a nós mesmos; 5.º o Dever aos mais homens.

O Serviço Publico do Estado, e da Igreja, he de tanta importancia á prosperidade da vida presente, que exige especial exposição dos respectivos deveres officiaes: farei breve enumeração dos principaes.

Ha tambem *Profissões*, que, não sendo propriamente de Reparação Publica, são todaavia de tanta consequencia á Prosperidade Nacional, e Social, que reclaunão a indicação privativa de seus *Deveres*: taes são as dos *Negociantes*, *Advogados*, *Médicos*, e, em geral, dos *Homens de Letras*. Tambem alguma cousa exporei neste objecto.

Alguns Moralistas tem feito particulares divisões de *Deveres* dos Nobres, e Ricos, Moços, e Velhos. Tocarei tambem nesses pontos.

Em fim offerecerei huma Synopse dos *Deveres Christãos*.

C A P I T U L O II.

Dos Deveres á Deos.

Oda a Literatura antiga e moderna não appresenta, com igual brevidade e efficacia, o completo Symbolo dos *Deveres á Deos*, como a Escripitura Sagrada no Livro intitulado *Deuteronomio*. Ahí no Cap. VI. se estabelece por PRECETTO MAXIMO o amor á *Deos*, e que este amor se deve mostrar na observancia de sua Lei, e Vontade Suprema, qual foi revelada á Moysés no Monte Sinai. Esse Dogma Fundamental foi talvez a Causa mais poderosa, que constituiu o Povo de Israel, unico no seu genero na Terra, e fez celebre o seu nome nos mais famosos e civilisados Imperios circumvizinhos; e ainda hoje, sendo reprovado, he Espectaculo maravilhoso de *Segregação* e *Combinação* em hum e outro Hemispherio. Porisso, antes de tudo, aqui o transcrevo, como Preludio e Farol á este Capitulo. Oxalá fosse elle perfeitamente observado na Christandade!

“Ouve, ó Israel, e tem grande cuidado de fazer o que Deos, teu Senhor, te mandou, para seres ditoso, e os teus dias se multiplicarem cada vez mais.”

“Ouve ó Israel: o Senhor nosso Deos he o unico Senhor.”

“AMARAS O SENHOR teu Deos com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças.”

“Estes Mandamentos, que hoje te dou, serão gravados no teu coração.”

“Tu os inculcarás á teus filhos: tu os meditarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, ao deitares-te para dormir, e ao levantares-te.”

“Tu os atarás como hum signal na mão; elles estarão, e se moverão diante de teus olhos.”

“Tu os escreverás no lumiar e nas portas de tua casa.”

“E o Senhor nosso Deos nos fará misericordia, se nós guardarmos, e praticarmos todos os seus preceitos, como elle nos mandou.”

No Cap. IV. já tinha Moysés dito: “Sabéis que eu vos tenho ensinado os preceitos, e os juizos, conforme o Senhor meu Deos me mandou.— Vós os observareis, e cumprireis effectivamente. Porque nisso he que vós mostrareis a vossa sabedoria, e a vossa intelligencia diante dos Povos; para que elles, vendo fallar de todos estes preceitos, digão: Eis aqui hum Povo verdadeiramente sabio e intelligente: eis aqui huma Nação grande e illustre!”

Sendo desnecessario aqui expôr, por bem sabido, o *Decalogo*, ou o que se diz os *Dez Mandamentos* da Lei de Deos, que pertençam ao Cathecismo da Igreja, aqui só indicarei algumas reflexões sobre os nossos principaes deveres á Deos, e que consistem; no amor de sua Infinita Perfeição; na adoração, em espirito e verdade, de seu Poder Im-

menso; na habitual gratidão á seus contínuos Benefícios; na cordial resignação á sua Providencia, em quaesquer attribulações da vida, e successos da sociedade; na oração á sua Divina Clemencia. Assim he que se pôde e deve unir moralidade com piedade, para esperarmos perseverança na virtude, e Misericordiosa Remuneração do Compassivo Pai, e Justo Juiz.

Estes deveres são de intuitiva evidencia: bastará só fazer algumas observações sobre o dever do amor de Deos, e da oração, em culto interno e externo.

C A P I T U L O III.

Do Culto Divino.

Temor de Deos he o principio da sabedoria do homem; assim doutrinou o mais sabio dos Reis de Israel: mas pôde-se não menos dizer, que o amor de Deos he o começo de todas as virtudes sociaes: só elle he capaz de elevar o espirito humano á imitação da Perfeição Divina, livre do temor servil, que o escravo, e culpado tem de seu Senhor, e Juiz, mas certo na bondade do Pai Eterno de infinita misericordia, considerando-o com o respeito filial, e constante affecto, que o beneficiado cordialmente presta ao Beneficôr.

Na Lei Evangelica, o amor de Deos he o primeiro principio da Religião, e o moral no caracter de tudo que he excellente e amavel nas suas afeições em Deos, e deseja a sua graça como a suprema felicidade, deve pros-

perar em todo o estado, e condição de vida; e he natural de crer, que esse amor se hade fortificar e crescer em mais feliz estado depois da vida mortal.

O *Amor de Deos* he hum affecto de co-ração, que tem por objecto a *perfeição moral* do mesmo Deos. O fundamento deste amor he o mesmo, pelo qual nos affectionamos aos nossos semelhantes, preferindo hums aos outros na intensidade da nossa estima. Porque razão damos preferença á certas pessoas no amor que lhe tributamos? Será por ventura por serem mais ricas e poderosas? Não certamente, mas por serem *mais sábias, e melhores*. A *sabedoria, e bondade* são os objectos desse distincto respeito, e o motivo, e razão de nossa devoção á taes pessoas. Ora, sendo infinita a *sabedoria, e bondade* de Deos, manifesta em todas as suas obras, e especialmente conhecida e experimentada pelos homens, o amor á Deos, *igual em genero* ao que temos aos nossos semelhantes, deve ser incomparavelmente *superior em gráo*; porque tudo devemos consagrar ao Author de todo o bem, só limitando-se pela necessaria imperfeição da natureza humana.

O amor de Deos não se deve confundir com o enthusiasmo de *mysticos* exaltados (se não hypocritas) que affectão extase e familiaridade com o Ente Supremo, pela temeraria presumpção de terem particular graça e amizade divina; elle consiste no sereno, e racional affecto do espirito, que contempla com admiração e complacencia os ditos attributos moraes da Divindade.

As qualidades essenciaes do amor de Deos são — *Sinceridade, Intereza, Alegria*. — Elle

deve ser *sincero*, pela reunida *força do evangelho, e correção*. O nosso Salvador no Evangelho declarou, que o Pai Eterno só procurava os *verdadeiros adoradores em espirito, e verdade*. Elle deve ser *inteiro*, isto he, só consagrado ao Summo Bem, e não repartido com objecto algum creado, porque seria *idolatria*. O mesmo Divino Mestre tambem declarou, que não se pôde servir á dous senhores, ao Creador, e á creatura, á Fonte perenne de toda a felicidade, e á Pompa do Mundo, que passa e desaparece. Elle deve ser *alegre*; porque, quem ama a Deos, não pôde deixar de ter sempre no espirito a immensidade de benefícios da criação, que necessariamente excitão sentimentos agradaveis e deliciosos, que são incompativeis com tristeza, e severidade de comportamento. Até nos aconselheu o Psalmista, *servi o Senhor em alegria*.

Sophistas cavillão sobre este assumpto, dizendo ser impossivel ter amor á hum Ente que não se vê. Mas isso he contra a nossa consciencia, e experiencia. Quem pôde resistir ao natural sentimento de amor ás pessoas sabias e virtuosas, especialmente das Potestades da Terra, que nunca vinhos, quando se recordão as suas egregias obras de intelligencia e bondade, por exemplo, do Imperador Tito, a quem se deo o titulo de *Delicias da Humanidade*, que julgava perdido o dia em que não fazia assignalado beneficio ao Imperio? Quem, ao ler, ou ouvir, os seus nobres feitos de beneficencia permanente, não se extasia, e rompe em seus louvores? Hum dos estudos mais instructivos e deliciosos he o da *Biographia*, ou *descripção das Vidas dos*

Homines Illustrer. Quem não sente intenso affecto aos Heróes que derão dignidade á Espécie Humana com seus uteis inventos, escritos, e exemplos?

Além de que bem podemos dizer com o Apostolo das Gentes*, que estamos sempre vendo a Deos pelo entendimento na immensidade de suas obras, manifestando-se a Infinita Perfeição Invisível nas assombrosas maravilhas do que he visível no Ceo e na Terra, innumeraveis quaes são de immediato, e obvio proveito aos homens, e das mais agradaveis sensações, verificando o que diz o Moralista Latino = *somos amados até as delicias***. Porque pois não prestaremos amor ao Summo Benfictor, que mostra tanto amor ás suas creaturas?

Contra o dever da oração, os sophistas tem feito objecções futeis, tachando-a de impertinente, e inutil, com o pretexto da omnisciencia, e immutabilidade do Ente Supremo; pois, (dizem) bem conhecendo o que as suas creaturas carecem, e tendo arranjado o Systema do Universo com Leis Geraes, não pôde interromper a sua execução pela immortunidade das supplicas dos homens, que mal figurão ao Regedor da Sociedade como aos Soberanos da Terra, que não fazem Graças sem lhas pedirem os subditos, e cedem á intercessões com dispensa das Leis.

Contra este sophisma se oppõe o consenso, e uso geral do Genero Humano, em to-

do o paiz de consideravel gráo de civilisação. Não obstante a sua idolatria, e ritos supersticiosos, em todos os povos se praticou a Oração ás Potestades celestes, que imaginavão haver, e á Divindade Omnipotente, onde o Estado era mais civil, e instruido. O Historiador do Imperio Romano intitulou porisso Roma a *Cidade Religiosa**; porque o Governo ordenava orações publicas, especialmente quando era ameaçada de nova guerra; e o seu maior Orador attribue a felicidade de suas armas, não á superioridade de estratagemas, e artes militares, mas ao espirito de Religião que propagavão**.

O dever da Oração he para bem dos homens; por ser o meio de: 1.º Excitarmos frequentemente no espirito o dogma da omnipresença de Deos, a fim de constante terror de cahirmos no seu desagrado, pelos vícios, e crimes á que tanto propende a malicia humana, pela incontestavel decadencia de sua originaria Constituição: 2.º Elevarmos as potencias d'alma á contemplação da Divina Magestade, e Bondade, libertando-nos por algum tempo dos cuidados da terra, e de seus bens caducos: 3.º Manifestarmos o nosso intimo senso de dependencia do Author da Vida, e Juiz Eterno, para nos perdoar nossas culpas, fortificar-nos na virtude, e livrar-nos dos males, que só elle bem conhece, e prevenir que succumbamos á tentações

* *Invisibilia Dei per ea quæ facta sunt, intellecta conspiciuntur; sempiterna quoque ejus Virtus et Divinitas.* — S. Paul. ad Romanos. Cap. I.

** *Usque in delicias amamus* — Senec. de Benef.

* *Civitas religiosa, in principijs maxime novorum bellorum, decrevit supplicationes* — Tit. Liv.
** *Nec numero Hispanos, nec calliditate Penos, nec artibus Græcos, sed religione Deorum immortalium omnes gentes nationes que superavimus* — Cic.

de delictos, á que ainda os mais virtuosos são expostos; pois a experiencia tem mostrado, que até os homens de rigida probidade se tem desatinado, por actos de colera, e força de paixões, ás mais horridas maldieitorias, que antes nem por sombra lhes entrarão no pensamento. As relações do espirito do homem com o Eterno Pai dos Espíritos, entrarão necessariamente no Systema do Universo; e portanto faz parte das Leis Geraes, que Deos concede ás suas creaturas o que lhes pedirem com pio entendimento, e resignado coração, sendo compativel com o Bem do Todo.

C A P I T U L O IV.

Do Culto _Externo.

I Exposto no Cap. antecedente pertence ao interno Culto Divino: mas este carece do poderoso auxiliar do Culto Externo á Deos nos Templos, com Hierarchia de pessoas destinadas ao Publico Serviço da Divindade, e para officiarem em Solemnidades Religiosas, sendo os exemplares de Adoração, e Oração ao Pai Celeste, cantando hymnos de louvor, e dando aos Povos a instrução necessaria á prosperidade da vida temporal, e eterna. Nenhuma Nação de consideravel gráo de civilisação se tem achado sem Templos, e Sacerdotes. A Escripura Sagrada menciona o nome de *Seth*, o primeiro Patriarcha, que, depois do Diluvio Universal, *levantou Altar*, para adoração de Deos! Eis o primitivo elemento da Ordem Civil, talvez anterior ao Estabelecimento de Governo!

Na Parte I. desta Obra Cap. XX. em as *Notas* 13 e 43 do apocrypho Cathecismo de *Volney*, refutando a sua erronea doutrina sobre a oração e culto externo, indiquei as razões que justifião, e constituem necessarios os Templos Publicos: aqui acrescentarei as seguintes reflexões.

He universalmente experimentado, que onde se levanta humma *Capella*,ahi logo em vasto circulo cresce a industria, cultura, e povoação, e os costumes melhorão. Cada pedregueno templo he (por assim dizer) o creador de humma Villa, que se engrandece gradualmente em cidade, pelo espirito social, e religioso, o qual se augmenta e apura, dando impulso á todos os corações para voluntarias offeras, destinadas á magnificencia do Culto Divino, com proporcional concurso numero dos conterraneos e circumvizinhos, que se esmerão, principalmente nos *Dias de Festa*, em apparecer vestidos com a maior decencia; o que, só em vista politica, he de incalculavel bom effeito para o progresso das artes superiores, e maneiras polidas*.

Se os homens abandonassem o Culto Publico, e os poderosos e ricos não se gloriassem de serem Dotadores e Padroeiros de Templos Magestosos, a civilisação retrograda, e os povos, afrouxando os laços religiosos e civis, tornarião para o estado selvagem. Os magnificos Templos, antigos, e modernos, tem ainda nas suas ruinas, ser-

* O Principe Maximiliano da Prussia, na sua viagem de Historia Natural ao Brasil, notou, como signal de progresso da civilisação do paiz, o asseio do vestuario do povo nos Templos.

vido de resuscitar e manter as artes mais refinadas, que tanto honrão a Especie Humana, da Architectura, Esculptura, Pintura, e Musica; e tem occasionado o contribuir a Intelligencia das Nações a dar gloria á Deos, prestando alli o tributo de seu engenho, e braço, á Divina Magestade, até, em cordial devoção, accumulando luzeiros, flores, aromas, &c.

Quem, entrando em Templos em que vê grande concurrencia de pessoas religiosas orando a Deos, não sabe, pelo menos, com pensamento de melhorar de vida? Quem não tem sentido ás vezes subita luz, e raio santo, de inspiração de verdades moraes? Quem não se consola de achar ahí o pratico exemplo da pura fraternidade, e *moral igualdade* do Genero Humano?

Os presumidos de *iluminados* tem inculcado o que chamão *culto simples* dos Templos, qual o dos *Protestantes*, arguindo aos Catholicos do seu *culto pomposo*, dizendo haverem estes reduzido as suas Igrejas á *Casas de Operas*.

Mas ainda hoje a Europa he distincta pelos seus antigos Templos Gothicos: baste re-hectir, que em Inglaterra, bem que o seu Tyranno Henrique VIII., (que antes se prezava do Título que lhe deo o Summo Pontífice, de *Defensor da Fé*, por ter escripto contra a Apostazia Lutherana), introduzisse a Religião Protestante no Reino, com o seu chamado *culto simples*; com tudo hos seus Theatros em Dias solennes se cantão os sublimes *Oratorios* do — *Messias*, — *Senhor da Cruz* — &c. do seu admirado Compositor *Han-del*: e o outro não menos admiravel *Phili-*

monico *Haydn*, celebrado Author do *Oratorio da Creação*, indo á Londres, disse, que nada vira de mais magestoso nesse Empório de todas as Gentes, que a solemnidade da Festa na Igreja de S. Paulo, em que cantavão quatro mil meninos da *Escola da Cuidade*.

Quanto a Christandade deve á esse respeito á Cadeira da Santa Sé Apostolica! Citarei a dous viajantes, hum Francez, e outro Inglez, que fizeram a devida justiça á Mestra da Igreja Catholica.

He bem conhecido Mr. *Dupaty* nas suas cartas da Italia; no tom 3 carta 86, descrevendo a Igreja de S. Pedro em Roma, assim se exprime:

“ He impossivel achar em lingua alguma expressões para fallar dignamente deste Templo. — Em todo o tempo que ahí estive, *não pensei senão de Deos*, e *da Eternidade*. He impossivel ter nelle sentimentos mediocres, e pensamentos ordinarios. Que Theatro para a eloquencia da Religião? Eu quereria alguma dia, no meio do apparato o mais pomposo, ouvir a voz de hum *Bossuet*, subitamente trovejando na profundidade deste silencio, e retumbando de sepulchro á sepulchro, repetir-se o écho em todas as abobedas; se elle então fizesse cahir sobre hum *Auditorio de Reis*, a Soberana palavra do Rei dos Reis, que lhes pedisse contas das despertadas consciencias desses Monarchas pallidos, e tremendo com o temor das penas por tanto sangue, e lagrimas, que tem feito derramar sobre a Terra. &c.”

O Escriptor Inglez *Eustache*, que no principio deste seculo deo á luz a instruc-

tiva descripção de sua viagem á Italia, adverte aos compatriotas Protestantes, que, á querelem permanecer na Communhão Anglicana, não vão ver á Roma o Pontifical do Papa no Templo de S. Pedro; pois, assistindo ao Sacrificio da Missa, onde pela multidão das Dignidades Ecclesiasticas Officiaes, Augusta Liturgia, e Angelica Symphonia, parece a Terra convertida em Ceo, he impossivel não sentirem impulso para abraçarem o Catholicismo, especialmente, quando o Summo Sacerdote, preparando os fleis para a adoração do ALTÍSSIMO elama ao Povo entoando a Monitoria —, CORAÇÕES ACIMA (*sursum corda*), com que parece elevar as Almas ao Throno do SANTO DOS SANTOS.

Em fim o espirito philanthropico, e religioso em nenhum lugar melhor se manifesta que nos Templos: recorde-se cada individuo, que vai com puro coração á alguma vasta Igreja em Dia festivo, com que compiacencia olha a conhecidos e desconhecidos, que se saudão, cortêião, congratulão, e despedem ao nosso pio uso antigo, dizendo — *À Deos*.

Os que se jactão de *razão pura*, dizem, que Montes e Valles, são Altares e Templos, sempre abertos para adoração, e oração á Deos: isso he verdade; porém o mais Sabio dos Reis, Salomão, bem disse, quando na Sumptuosa Dedicção do Templo de Jerusalém adorou, e orou, com o Povo de Israel, ao Omnipotente Senhor — *o Ceo dos Ceos não te podem comprehender*; mas supplicamos a vossa Divina Magestade, que benignamente nos attendaes, quando viermos aqui prestar-vos o devido culto.

CAPITULO V.

Dos Deveres ao Governo.

A Instituição do Governo he a *Primeira* das Instituições Civis: sem ella, não obstante ter-nos a Natureza dado o instinto social, he impossivel que a Especie Humana possa erescer, e desenvolver as suas eminentes faculdades racionais, e nem ainda ter a vida e subsistencia segura.

Instituição de Governo he *Organisação de Força Publica*, para se pôr ordem aos homens inertes, e máos, que não querem trabalhar, mas usurpar o fructo do trabalho alheio; e destróir os violentos, e inimigos internos, e externos, que tentão turbar a ordem estabelecida, e invadir o territorio do Estado tranquillamente occupado.

Esta Instituição presuppõe *Autoridade Suprema*, que dirija, e execute aquella *Força*, para a Geral Subordinação do Povo.

A *boa ordem* consiste em contribuir cada individuo com o seu engenho, e braço para se colher o necessario á *Communnidade*, e ter a certeza de patrocínio da *Authoridade* reconhecida, a fim da defensão de sua pessoa, e do fructo da respectiva industria, e, consequentemente, para a *Mantenção da Propriedade*. O homem bravo, que não conhece as vantagens desta Ordem, e não se submette á algumas indispensaveis restricções do estado civil, só póde viver á maneira das feras; e, porisso que quer tudo, não tem nada, e nem ainda a segurança pessoal.

A pertendida liberdade absoluta do salvagem, que recusa toda subordinação á al-

guma Authoridade, só produz o *facto*, universalmente experimentado em todos os tempos, e paizes, em que se acharão povos meros caçadores, sem visível Chefe; — brutal anarquia, crassa ignorancia, fome, miseria de canibaes anthropophagos, ainda que alias occupem vasto, fértil, e vital territorio, expondo á morte as proprias crianças, e pais velhos, por não poderem sustentallos; — horrida deshumanidade, e crueza de torturas contra os inimigos; — guerra de exterminação das tribus circunvizinhas; e porfim — immisericordiosa extirpação dos mesmos vencedores, pela immensuravel, e irresistivel superioridade de intelligencia, arma, e valentia, dos povos civilisados, que se submeterão á supremazia de Authoridade regular.

Depois de Deos, o Governo Humano he o *segurador* dos productos do Geral Esforço de sahirem os homens de estado selvagem, e que, em consequencia, facilita a conveniente multiplicação de homens, e a accumulção progressiva de bens, e conhecimentos, que enriquecem, apotentão, e honrão as Nações. Quanto este Governo he mais sabio, e justo, tanto superiormente se aproxima ao caracter da Divindade, e merece o titulo (que se lhe tem dado) de SEGUNDA PROVIDENCIA.

Porisso, quando qualquer individuo nasce, já acha, pela ordem estabelecida, promptos os meios de viver, instruir-se, e prosperar.

Eis o *Beneficio* *Maximo* do Governo de consideravel regularidade! Ainda os mais defeituosos, se continuão por seculos, e a população não declina, só nisso assaz manifestão,

que nelles, no geral, se guardão os fundamenteaes Principios da Civilisação, e que a Lei Natural tem ali vasta influencia.

Portanto, assim como he execravel o impio, que desconhece os Beneficios do Regedor da Sociedade, e infringe a Ordem Moral, estabelecida na Constituição do Mundo; e ainda mais, se tem a audacia de se rebellar contra o seu Universal Imperio, negando-lhe a devida adoração; tambem mostra-se pouco menos detestavel todo o perturbador publico, que ousa subtrahir-se á Subordinação Civil, e insurge contra o Governo reconhecido.

Ainda que hajão graves abusos no Chefe de tal Governo, e em seus Ministros, a Historia convence, que a *passiva obediencia* (contra que os Revolucionarios de todos os paizes tanto declamão) tem mais contribuido á paz e melhora das Nações, que a *arruada resistencia* ao Poder estabelecido. Bem nota Machiavel no seu Tratado do *Principe*, que de *cem Conjurações*, mal humana irá avante; e de todas as *Revoluções*, * poucas tem servido para melhor Estabelecimento Politico, especialmente se originarão de Commoção Popular, ou Sedição Militar. A mesma Natureza tudo prostra, e derriba em Terremoto.

* A França, com Italia, bem á sua custa, fez o *Ensaio*: que se pode intitular *experimentum crucis* do Patriarcha da Philosophia moderna — *Bacon*. Tive a conta de seus ganhos, talvez que possa dizer, que lhe succedeo o fado dos Navéantes em demanda do *Cabo da Boa Esperança*, os quaes, depois de tempestades vertiginosas, parecendo ter muitos centos de legoas avançado ao porto do destino, se achão muitos grãos abaixo da Latitude Equinoxial, do que antes da tormenta, por força de correntes oppostas.

Depois das mais horridas e vastas Rebeliões, o paiz só se purifica, e tranquilliza, depois de muito *sangue e fogo*.

Apenas em casos extremos de tyrannia insupportavel, por Juizo das Nações se tem Indulgença aos insurgentes, como na Suissa, Hollanda, Portugal, Grecia, pelo antigo horrido despotismo do Governo d'Austria, Hespanha, Turquia. Mas, ainda nesses casos, a Moral Publica não dá conselhos, nem paliativos: são Phenomenos Sociaes, que tem por causa *occulta força das cousas* **, e Decretos da Providencia, para castigo dos mãos Regedores dos Estados, que tem, extremosa e incorrigivelmente, abusado do Sagrado Deposito da Authoridade Legitima.

Obediencia ao Governo, em tudo que não se oppõe evidentemente á Lei Divina, he o primeiro Dever do Cidadão, depois do amor e culto á Deos; e isto (segundo ensina a Religião Christãa) não só pelo temor do castigo, mas tambem por dictame da consciencia; a fim de se evitarem os males incalculaveis, que sobre si, sua familia, e Nação, de ordinario traz a desobediencia, rebeldia, e insurreição.

Reverencia ao Governo he o segundo Dever do Cidadão. Esta reverencia se deve manifestar, não só em nada se faltar á veneração e acatamento ao Cabeça da Nação, e á seus Delegados, quanto aos signaes honorificos de respeito externo; mas tambem em

** Usque adeò res humanæ Vis abdita quædam Obterit, et pulchros fascæ, sævas que secures Proculcare, et ludibrio sibi habere videtur. Lucret. Lib. V. Vers. 1233.

não se detrahir por palavra, e menos por escriptura, a sua honra e reputação. Neste artigo ha o vicio mui commun, não do povo em geral, mas de presumidos Censores, que se constituem em pretorio de Inquisidores e Syndicantes dos actos do Governo, e seus Ministros, muitas vezes com atroz calumnia, e quasi sempre com juizo temerario, sem cabal informação dos factos. Ha frequentemente *occultas Razões de Estado*, que não estão, nem devem estar, ao alcance dos indivíduos, ainda das altas Jerarchias. He da prohibidade de toda a pessoa candida e pollida não fazer sinistra interpretação, ainda das apparencias as mais anomaes. Era justa Regra Politica da Sagrada Escriptura = *do Principe da Nação não malicias* *.

Quando se começa a perder impunemente a reverencia ao Governo, logo tambem a Authoridade Suprema (e em consequencia, as Authoridades Subalternas), tende á ruina com velocidade accelerada. O respeito e acatamento ao Poder Supremo são os baluartes da Soberania; tirados estes, cabe o Edifício Politico. Por isso na Sagrada Escriptura se ameaça as Testas Coroadas, como prelinhar de seu fado, — *Tolherei os Cinctos do Reis* **.

Confiança no Governo he o terceiro Dever dos Cidadãos. Confiar em quem tem o maior interesse na Prosperidade Publica, e viver contente em qualquer forma de governo em que a Providencia nos fez nascer, he

* Principi populi tui nè maledices. Act. Ap. Cap. 23.
** Tollam cingula regum.

tão natural, e necessário, como o ser obediente e reverente ao Governo reconhecido. Nenhum bem nos pôde vir, antes muito mal, da desconfiança, e da desesperação, ainda quando nos pareça não ser bom tal Governo: a paz he o maior bem da vida; e a paciencia faz toleravel ainda os maiores agravos e oppressões dos que exercem poder no Estado.

Bein diz o Politico Tacito = haverá sempre vícios, em quanto houverem homens: Fazemos votos por bons Príncipes; toleramos aos que abuso do poder: porém este mal não he contínuo, e se compensa com Soberranos melhores *.

Anda-se em todos os seculos na busca do *Optimismo Politico*, como os Alchimistas, na pretendida descoberta da *Pedra Philosophal* para converter em ouro os metaes inferiores. Tem-se forjado muitas *Constituições*, e em todas se tem achado capitães defeitos, e horridos abusos: todas tem acabado em fortificar o Despotismo, quando os povos são seduzidos por impostores, que lhes promettem o Paiz do *Eldorado*, qual os Hespanhões procurarão n'America.

A Historia de seis mil annos tem mostrado, que a Monarchia Hereditaria, de boas Leis Fundamentaes e Regulamentares, enche os fins dos Governos; tanto, pela sua estabilidade, como porque o Genéro Humano tem nelle feito os maiores avanços para a civilisação, e prosperidade. Todas as mais formas

* Libido dominandi cunctis affectibus flagrantior — Vita erunt donec homines —. Bonos Principes votis expeti, quales cumque tolerant, sed nec hoc continua, et meliorum interventu pensantur.

ou organizações de Estados se tem mostrado incomparavelmente mais precarias, e, por assim dizer, ephémeras, não tendo podido resistir ao Poder Monarchico, pela sua *Torça e Unidade Central*, que parece ser da Lei da Natureza, a qual sempre tende á *centro de movimento*.

Os Governos d'America, que ora tanto seduzem os povos, não tem ainda o cunho de sua longa experiencia, para se ajuitar de sua vantagem e solidez. As declinações com que tanto se tem atorado contra as Monarchias em hum e outro Hemispherio, só podem ter applicação ás Monarchias barbaras, em que a Religião Christã, e a Literatura Europeia, não tem instruido os Governos, e governados em seus respectivos deveres: he cattolico, e iniquo dirigillas contra os Estados Monarchicos, onde ha tantos *Estabelecimentos* de Instrução, Caridade, e Industria do Povo, e em que os respectivos Monarchas se tem mostrado verdadeiros PAIS DA PATRIA.

Diz hum Moralista Inglez: “Os fins para que os homens se unem em sociedade, e se submettem á Governo, são o gozarem de segurança de suas propriedades, e de immunnidade de toda a injustiça, e violencia. Quanto mais aproximadamente se alcançam estes fins, tanto mais completamente os Governos se avizinham á perfeição; digo — se avizinham; porque *Governo perfeito he chimera*. He preciso que vejamos na terra alguma cousa chegando-se á perfeição, antes de existir esse *bello ideal*. Só dous extremos convem que se previnham; *Despotismo*, em que todos são es-
cravos; e *Anarchia*, em que todos pretendem governar, e ninguém obedecer.”

O Governo Britannico he citado como o Padrão e Modelo do melhor Governo. Porém, ainda depois da sua chamada gloriosa Revolução de 1688, que Sedições, Rebeliões, e Insurreições não tem a Nação soffrido? Nenhum tem sido maior conquistador n'Asia, America, e Africa. Nenhuma Nação he mais gravada de tributos, até no ar que os cidadãos respirão. A Cabala de seu Parlamento e Ministerio perdeu por accumuladas injustiças o seu *Braco Direito* do Grande Imperio d'America Septentrional. Os seus maiores Politicos lhe agoirão não remota concentração da Monarchia, variando as opiniões, dizendo *Hume*, que será para---Euthanazia, e *Bentham*,—Cathanzazia, isto he, boa ou má morte da actual Constituição. Grande numero dos Estadistas práticos ahi adoptão a Regra de seu Poeta Pope:

Por formas de Governo ha louco brado:
Melhor he o mais bem administrado *.

As Garantias da Boa Administração, vem a ser — Sabedoria do Governo, para conhecer os verdadeiros interesses do Estado, e estabelecer leis justas; Religião, e Moralidade no Soberano, e no Povo.

* For forms of Government let fools contend;
Whate'er is best administered, is best.
Essay of Mac.

C A P I T U L O VI.

Dos Deveres do Governo.

A Moral Politica faz parte essencial e inseparavel da Moral Publica: ella com especialidade constitue os deveres do Governo, além dos que cada Membro delle he obrigado a exercer, ou como o Cabeça, ou como Membro da Nação.

O Governo do Estado, em qualquer forma de Constituição, ou Organização Politica, com Divisão, ou Concentração, de Poderes, para bem preencher os fins da Sociedade civil, he obrigado a executar os seguintes *Grandes Deveres*:

- 1.º Organizar *Forza Armada*, Terrestre, e Maritima, proporcionada ás circumstancias e rendas do Paiz, para subjugar os internos perturbadores da ordem, e repellir aggressões de inimigos estrangeiros:
- 2.º Estabelecer as Leis Regulamentares, para o Bem Commum, e contribuição dos Cidadãos ao Thesouro do Estado:
- 3.º Crear conveniente corpo de Servidores Publicos necessarios á Administração da Justiça, civil e criminal, Economia Municipal, e Arrecadação dos Impostos, com justa escala de habilitades, e accessos:
- 4.º Organisar e superintender os Institutos e Estabelecimentos da Religião do Estado, e Instrução do Povo:
- 5.º Fazer as *Obras* indispensaveis á Manutenção destes objectos, que não póde ser nem do interesse, nem das faculdades dos

individuos effectuar, como Templos, Fortalezas, Estradas, Canaes, Casas de Despacho &c.

6.º Procurar, por amigaveis relações com os Governos Estrangeiros, ou (sendo absolutamente necessario,) por Tratados de Commercio, facilitar e estender a extracção vantajosa dos productos do Paiz :

7.º Dirigir com circumspecção a Industria Nacional para aquellos Ramos que são evidentemente de maior e constante Interesse do Estado, com especialidade para o que mais contribuir á sua segurança, afim de que o interesse egoístico, ou immoral, dos individuos não prevaleça á Causa Publica. Por estes expedientes he que se póde promover o *Maximum* da Prosperidade do Povo.

He desnecessario fazer explicito commentario destes Expedientes, tanto pela sua evidencia, como porque o seu objecto he mais da provincia da Economia Politica. Todavia farei algumas reflexões sobre o primeiro, e ultimo, por terem sido os mais atacados pelos intitulados *Liberus do Seculo*.

Não ha tranquillidade das Nações sem Armaz, nem Armaz sem tributos. * Esta verdade fundamental, ainda que ingrata, he demonstrada (por desgraça da Humanidade) pela experiencia de todos os seculos e paizes; e que he evidentissima prova da original decadencia da constituição do homem, que sempre se tem mostrado degenerado, e de condicção ferina, ou violenta, se não acha encontrado na *força armada* da sociedade civil. Quan-

* Nec quies gentium sine armis, nec arma sine tributa &c. — Tacitus.

to esta he melhor organizada, em justas proporções da população, e dos redditos do paiz, tanto os Estados são mais seguros, e opulentos. Então o lavrador, o artista, o negociante, e todos os mais industriosos, e cidadãos uteis, tem pleno descanso, e se podem esmerar na perfeição das respectivas taretas, e, em consequencia, na maior possível colheita dos productos. Assim a Nação póde crescer em sabedoria e virtude, livre de medo de facinorosos internos, e de invasores estranhos; o que aliás seria impossivel.

Além disto actualmente a Sciencia Militar, e Naval he necessaria á Organização da Força Armada, ligada com tantas sciencias e artes superiores, que não podia decahir, sem proporcional decadencia destas mesmas sciencias e artes. Demais: a Nação que não tem credito de *guerreira*, he desprezada, como cobarde, e incapaz de defender os seus direitos; e logo vem a ser facil preza de ambiciosos vizinhos, e Conquistadores, sendo a cubiça de dominar a mais fogaça de todas as paixões humanas.

Os Governos que, por desleixo, ou ainda por motivo, em si louvavel, de não distrahir braços do *trabalho productivo* do paiz, nem gravar o povo com impostos, se desarmão quasi inteiramente na paz, e licençeão sem prudencia a sua Tropa, e Marinha, afrouxando do Exercicio e da Disciplina Militar, de Terra e Mar, tarde, e debalde, vem depois a sentir o seu erro. He aporismo politico — *se queres a paz, prepara a guerra.*

Probo, hum dos melhores Imperadores de Roma, e grande Mestre de Guerra, per-

seculo passado se formou a intitulada *Seita das Economistas*, cahio-se no extremo opposto; apreguando os Coryphéas da mesma Seita illimitada liberdade economica, com hum vago systema, que foi preludio da indefinida liberdade politica, que se proclamou na terrivel Revolução, donde resultarão tantas desordens em hum e outro Hemispherio.

Na opinião destes Estadistas de gabinete, o Governo devia ser mero passivo, e immovel espectador das transacções da Sociedade ao tráfego interior, e estrangeiro, dando igual e imparcial protecção á toda a especie de trabalho de campo, cidade, e mar, abandonando todo o movimento economico, e mercantil ao interesse dos individuos, visto que este pela experiencia se mostrava ser o *constante model*, e o mais certo *regulador* dos tractos das Praças, para a mais natural, e productiva direcção da industria, e capital do Paiz. Em consequencia do que estabelecerão os Aphorismos em Economia Politica para o Bom Governo = *não governar muito = deixai fazer = deixai passar* =.

Esta, na apparencia, innocente simplicidade, que alliviava o Governo de grandes encargos da Administração, foi adoptada pelo citado illustre Escripitor da — *Theoria de Sentimentos Moraes*, e — *Inquirição sobre a natureza, e causa da Riqueza das Nações*. Elle sustentou, como o unico verdadeiro, o systema da *Liberdade Natural*, dizendo, que, em quanto qualquer individuo não violasse as Leis da justiça, devia-lhe ser livre pôr o seu braço, e capital em competencia com o de qualquer outra pessoa, e ordem de pessoas: que, não se intromettendo o Governo no curso natu-

ral dos negocios humanos, e não dando monopólios, o *interesse particular* em cada industria-so era sempre activo em descobrir a melhor direcção de sua industria e capital para lhe dar o maior proveito possível: que da *impe-riosa Lei da concurrencia* resultaria necessariamente o maior possível producto da General Industria á proveito do Estado, sendo assim todos os homens conduzidos pela MÃO INVISIVEL do Regedor da Sociedade, á Cooperação para o maximo Bem Commum: que nenhuma sabedoria do Governo podia, nas innumeraveis e complicadas relações dos negocios de hum Nação, acertar tanto na melhor direcção da industria, como os immediatamente interessados em prosperarem nas suas especulações; e que, do contrario, seria exposto á mil erros e illusões dos monopolistas astuciosos, e Aulicos cabalistas, que cegão e seduzem os Soberanos, e os seus Ministros, inculcando projectos de zelo affectado do Interesse Nacional.

Este Systema, ainda que plausivel em theoria, he illusorio na prática, sendo levado á excessos. O mesmo Escripitor, que tão habilmente o delineou, reconhece, que o famoso *Ato da Navegação* de Inglaterra he monumento da sabedoria do Governo Britannico, que o organizou e sustenta como necessario á *Segurança do Estado*; e todavia elle he hum Regulamento de, indirectamente forçada, Direcção da Industria e Capital do Paiz para a Navegação, e, em consequencia, para preferencia de importantissimos ramos das sciencias e artes superiores que a promovem. A este Regulamento Inglaterra deve a sua Supremazia Marítima. Além de que tambem

reconhece, que o Governo, ainda o mais sabio, não pôde estabelecer hum systema perfettamenteemente liberal; porque á elle se oppõe o irresistivel colloio dos interesses particulares das Praças, e Corporações poderosas e influentes da Nação.

Em todos os Paizes ha certos Grandes Ramos de Industria, que se entrelação com muitos outros subalternos, de que sobremaneira depende a segurança da subsistência, defeza, e occupação do povo: sobre estes he indispensavel a Superintendencia e Direcção do Governo; sem ellas, periga o Estado.

Sem duvida o Governo prudente deve ser mui circumspecto na sua ingerencia no curso ordinario dos negocios dos individuos; e convem que evite o grande erro, que se notava ao Governo da França, de se ver, quasi em tudo, a *Mão da Autoridade*. Bem diz o celebre *Burke*: “quando o Soberano desce da sua *E sphera Superior*, abaixando-se do Paço á Praça, da Praça ás casas dos cidadãos, se precipita á ruina com velocidade accerada.”

Quando os evidentes interesses da Religião, Humanidade, Moral Publica, reclamão a Inspecção, Direcção, e Protecção do Governo, á Nação tem direito de exigir delle o cumprimento de seu dever para a Manutenção desses bens da vida. Bastará citar aqui dous exemplos relativos ao Império do Brasil. Se o Governo só consultasse e attendesse ao interesse particular dos Negociantes, não teria esta feliz região hoje o incalculavel Benefeio da Abertura dos Portos, nem o Tratado da Gradual Abolição do Commercio de Escravidão d' Africa.

Todo o ponto he, que haja sabedoria e virtude nos que influem no Governo, para bem calcularem, na direcção da Geral Industria, os genuinos e permanentes Interesses Nacionaes; guardado o *justo meio* entre disposições arbitrarías, e a supina indifferença ao Bem Publico.

C A P Í T U L O VII.

Dos Deveres ao Estado.

C Hama-se *Estado* a todo o *Estabelecimento Politico* de alguma Communidade ou Nação, que tem seu Povo, Territorio, e Governo, independente de qualquer outro Paiz: elle tambem, em sentido moral, se diz *Patria Commum*, para se distinguir da *patria local* do cidadão, que nasceo em alguma cidade, villa, ou lugar desse Estado.

Em qualquer tribu de salvagens, ainda que se adopte a communhão de bens, sempre se reconheceo o Direito da Propriedade de alguma porção de terreno, com exclusiva de outras tribus: assim se formou a sua Communidade ou Nação particular; e cada hum que ali teve nascimento, o considera como o manancial de sua subsistencia, com affecto filial, sentindo tanto, ou maior, aferro á seu paiz, como nos povos de vastos territorios.

O *amor da patria* nos espiritos vulgares he restricto ao torção da naturalidade. Ninguem ignora a força deste amor, com espe-

cialidade na auzencia; elle he tanto mais vivo, e produz saudade intensa, quanto a distancia he maior, e ha menos esperanza de retorno. Sem d'vida tal amor he hum sentimento complexo, pela associação das idéas, não só de nossos pais, parentes, amigos, conterraneos, mas tambem das cousas inanimadas, com as quaes nos habituamos a viver, e a contemplar, e que tem sido as fontes dos nossos mais puros, communs, e innocentes prazeres, como os fructos da terra, montes, vales, benfeitorias rusticas e urbanas &c. A imaginação nos apresenta, dia e noite, os seus retratos em magnificas perspectivas, que frequentemente exaggeramos em conversação com os estranhos, quando louvamos as suas vantagens. A Natureza he a que nos profundou nos corações este sentimento; affirm de cada pessoa defender de invasão inimiga, e desordem intestina, a estanciea, em que vio a primeira luz.

Porém o *amor da Patria Communis* não he menos ardente em todo o povo civilisado; e (o que he mais notavel) cresce com a extensão do Territorio Nacional, e credito do Governo. Cada individuo com razão se gloria e assoberba de ser membro de hum Estado Poderoso e Sabio, e sente-se forte considerando-se fazer parte da Grande Nação, para a qual olha como a sua Torre de Fortaleza inexpugnavel; convencido de que o seu Governo Protector lhe segurarà sempre a sua industria, e vingará sua offensa.

Testemunha o *Chinez*, que antes quer morrer de miseria no Imperio da China, que procurar fortuna fóra delle. Testemunha o *Inglez*, que não trocará a sua sorte pela dos

mais ricos individuos de outra Nação, com a condição de perder o foro nacional.

Todo o cidadão pois tem de executar varios Deveres do Patriotismo: os principaes são — Serviço Nacional — Espirito Publico — Resistencia á turbulentos — Contribuição de luzes ao Bem Commum — Preferencia dos Interesses do Estado aos das outras Nações, em caso de conflicto.

O *Serviço Nacional* deve ser o caro objecto do bom cidadão: elle não pôde, sem nota, eximirse de seus encargos, ainda que sejam os mais onerosos, e perigosos, quando o Governo, ou seus Delegados, considerão necessario exigi-llos. Na verdade, he da justiça, e sabedoria do Governo remunerar competentemente o Serviço Nacional; mas he contra o patriotismo recusar alguem o seu prestimo, ainda gratuito, quanto o pôde fazer.

O *Espirito Publico* he o maior ornamento do bom cidadão, que até se offerece ao Serviço Nacional, ainda com sacrificio da sua vida, e propriedade. Isso he o que formou os Heróes da Historia antiga e moderna. A Nação onde o Patriotismo predomina ao Egoismo, o Interesse do Estado prevalece ao Interesse dos individuos, e ha grande copia de Homens dotados de Espirito Publico, adquire credito de Invençibilidade em todas as Nações. Estava em maré mui baixa o Espirito Publico da Gram-Bretanha, quando certo Ministro do Gabinete disse, que “ tinha na algibeira a *Tarifa das Prohibidas* do seu Paiz. ”

Resistencia aos turbulentos he hum dos mais importantes deveres do cidadão ao Estado. *He necessario obstar aos principios das*

revoluções com a pronta resistencia aos machinadores de desordens: o remedio muitas vezes vem tarde, quando o mal adquirio forças, grassando na população por fraqueza dos egoistas, e prudentes do mundo, que nada contradizem, e nada declaram ao Governo, o qual fica sem defeza natural, até que o Estado se destrua com a explosão da mina. He falta honra dos que temem a ignominia dos delatores, não tendo filial solicitude pela salvação da Patria, quando o perigo he grande, e imminente.

Contribuição de luzes he digna offrenda dos que cultivão as faculdades intellectuaes para o Geral Beneficio. Porém he de summa importancia que se procurem descobrir verdades, o influir na melhora da Administração, sem o orgulho dos sophistas, e violencia dos Demagogos. Jámais alguém considere a sua intelligencia, como a medida da verdade, nem tente fazer *bens à força*, e intempestivamente, sem calculo das circumstancias do tempo, paiz, e povo.

Sem duvida os sabios de gabinete, por isso mesmo que parecem ao vulgo, e ainda á Corte, *fizerem nada*, por não se occuparem em negocios interesseiros da vida, e ordinarios esforços d'ambição, são muitas vezes capazes de melhor conhecerem as conveniencias verdadeiras do Estado, pelo contínuo estudo, e exame das geraes, e particulares relações dos Povos e Governos. Assim podem fazer muito bem á sua Nação, e á Sociedade, demonstrando os reaes inconvenientes, e máos resultados, das praticas estabelecidas, e a possibilidade de melhor ordem de cousas. Porém extrema prudencia,

e circumspecção he indispensavel, por terem que lutar com interesses de poderosos, e prejuizos do povo.

Sobre este assumpto he digna de se attender a seguinte doutrina de *Adam Smith* na sua *Theoria dos Sentimentos Moraes* — Tom. II. Part. VI. Secção II.

“O amor do nosso paiz parece, nos casos ordinarios, involver dois principios: O 1.º he certo respeito e reverencia á Constituição, ou forma de governo, actualmente nelle estabelecida: O 2.º he o ardente desejo de fazer a mudança dos nossos concidadãos tão segura, respeitavel, e feliz, como ser possa. Não he cidadão quem não he disposto a respeitar as Leis, e obedecer ás Authoridades do Estado; e certamente não he bom cidadão quem não deseje promover, por todos os meios do seu alcance, para o bem de toda a sociedade de seus compatriotas.”

“Nos tempos de paz, e tranquillidade, estes dois principios, no geral, se reúnem, e dirigem os homens para a mesma conduta. A sustentação do Governo estabelecido parece então com evidencia ser o melhor expediente para manter segura, respeitavel, e feliz a situação dos nossos concidadãos; pois então vemos, que esse Governo actualmente os mantem nessa situação. Mas em tempo de descontentamento publico, facção, e desordem, aquelles deus principios tomão diferentes direções; e ainda os homens instruidos e prudentes entendem ser necessaria alguma alteração na Constituição, ou forma do Governo, que, nas circumstancias do tempo, se mostra claramente incapaz de manter o socego publico. Comtudo, nesses mesmos extraordinaria-

rios casos, muitas vezes requer-se o maior esforço de sabedoria politica para resolver ao verdadeiro patriota, ou a sustentar, ou a procurar restabelecer, a authoridade do antigo systema, ou ceder ao activo e perigoso *espírito de innovação*.”

“Sem duvida para o Homem de Estado bem dirigir os seus Planos de Melhoramentos Nacionais, he necessario ter alguma geral e systematica *idéa de perfeição* da Legislação, e Administração. Porém obstar-se na tentativa de estabelecer, e logo de hum vez, à despeito de toda a opposição, tudo quanto parece requerer tal idéa, he o mais alto grão de arrogancia; he erigir o seu proprio juizo por supremo padrão do justo e injusto; he phantasiar de ser o mais sabio, e o mais digno homem da Nação; he ter a temeridade de querer que os seus concidadãos se accomodem á elle, e não elle aos mais membros da Communidade.

“Quando se levanta no Estado hum Partido de descontentes com este *Espírito de Systema*, que se affecta fundar no amor da humanidade, e na real sensibilidade dos inconvenientes e oppresses, á que os nossos compatriotas são expostos, muitos sectarios se jactão de obrar por *espírito publico*, que se exalta até o delirio do fanatismo. Elle então propõe algum plausivel Plano de Reforma, prometendo não só dar immediato remedio aos inconvenientes e males actuaes, mas tambem prevenir o retorno de taes inconvenientes e males. Para esse effeito, offerece novo modelo de Constituição, ou alteração em algumas das suas mais partes essenciaes do systema de governo, sob o qual os sub-

ditos de hum Grande Imperio gozarão paz segurança, e ainda gloria, no decurso de muitos seculos. O corpo do povo fica logo embriagado com a imaginaria belleza do systema de Perfeição Ideal, de que aliás não tem experiencia, mas que lhe foi figurado nas mais brillantes cores de eloquencia dos Innovadores, os quaes originariamente não destinarão senão o seu proprio engrandecimento. — A violencia do Partido rejeita todo o racionalavel compromisso, temperamento, capitulação, e accommodação; e, em fim de conta, por querer tudo, obtem nada; e os inconvenientes, e males da geral queixa, que, com alguma pouca moderação, se poderiam remover, e alliviar, continuão a existir, sem esperanca de remedio.

“O bom cidadão, cujo espirito publico he inteiramente dirigido pela humanidade, e benevolencia, deve respeitar os Poderes estabelecidos, e ainda os privilegios dos individuos, e muito mais os das grandes Ordens, e Classes em que o Estado he repartido. Posto considere alguns delles com graves abusos, contentar-se-ha com moderallhos, vendo que os não póde anniquilar sem grande violencia. Não podendo extirpar os arraigados prejuizos do povo, *por via de razão e persuasão*, não fará a tentativa de os subjugar por via de força; mas religiosamente observará a que *Cicero* justamente chama a *divina maxima* de Platão, *não usar de violencia á seu paiz*, heu como a não deve usar para com os seus pais. — Se não poder estabelecer hum Systema de Rectidão, deve (quanto em si estiver) procurar diminuir os males da Policia injusta, imitando ao Legislador

de Athenas Solon, o qual disse, que não podendo estabelecer no seu paiz o melhor systema de Leis, se esforçara em estabelecer o menos defeituoso que o povo podesse suportar.”

“Cada Estado independente he dividido em mui diferentes Ordens, e Corporações, cada huma das quaes tem seus particulares privilegios, faculdades, e immuniidades. Todo o individuo he naturalmente mais affecto á sua particular classe ou communiidade, que á de qualquer outra. O seu proprio interesse, e vaidade, e o interesse e vaidade de muitos dos seus amigos e collegas, são entre si ligados. Cada qual ambiciona extender os respectivos privilegios e immuniidades, e tem zelo em defendellas contra as invasões das outras Ordens. Este he o chamado — espirito de corpo —. Da habilitade de cada particular classe da Nação em defender as suas vantagens depende a estabilidade da alguma particular Constituição. Esta Constituição he necessariamente, mais ou menos, alterada, se alguma das suas partes subordinadas se eleva acima, ou deprime abaixo, da sua anterior dignidade, e condição.”

“Todas essas diferentes Ordens, e Corporações dependem do Estado para a sua segurança, e protecção. He verdade reconhecida pelo ainda mais parcial membro de cada huma dellas, que todas são subordinadas ao Estado, e unicamente estabelecidas para a preservação e prosperidade do mesmo Estado. Contudo muitas vezes he difficil convencerlo, de que a preservação, e prosperidade do Estado, requer alguma diminuição dos privilegios, faculdades, e immuniidades de sua par-

ticular Ordem, ou Communiidade. Mas não he menos certo que esta parcialidade, ainda que algumas vezes injusta, não he inutil, pelo bom effeito de enfrear o *espirito de inovação*. Ella tende a conservar o equilibrio estabelecido das diferentes Ordens e Communiidades do Estado; e supposto algumas vezes mostre pôr obstaculos ás alterações do governo que parecem mais populares, vem a contribuir realmente á estabilidade e permanencia de todo o Systema.

Sobre isto só acrescentarei a outra Regra de Bacon = O TEMPO HE O MELHOR REFORMADOR.

C A P I T U L O VIII.

Do Patriotismo, e Cosmopolitismo.

Numerei no Cap. antecedente entre os deveres ao Estado a preferencia do nosso Paiz ao dos Estrangeiros, em conflicto de interesses. Isto, que he de intuitiva, e instinctiva evidencia, e da constante prática de todos os homens, e em todos os seculos, se tem constituido objecto de controversia na presente, mal appellidada, IDADE DA RAZÃO, em que se tem posto em contraste o *Cosmopolitismo* * ao *Patriotismo*, e o *Espirito*

* *Cosmopolitismo* he termo grego, que significa a qualidade de *Cosmopolita*, ou *Citadão do Mundo*. Deu-se a esse termo a significação, e chiméa. Tem havido Navegantes, e Viajantes em muitos Estados, e á toda do Mundo; mas habitação em todas as Regiões da Terra he impossivel.

Philanthropico * ao *Espirito Politico* **; inculcando-se por digno da Moral Universal o sentimento inverso da Constituição do Homem, estabelecendo o Systema de Preferencia do Bem Geral da Humanidade ao Bem Especial da Comunidade, em que o Regedor da Sociedade nos reunio.

Ponhamos neste objecto as balizas da verdade, conforme a doutrina dos Moralistas exactos, *Smith*, e *Blair*.

Diz *Blair* *** “Alguns pretendidos philosophos representão o amor do nosso paiz como hum sentimento que não merece ser classificado entre as virtudes. Elles affectão considerallo como prejuizo da Educação, e hum mesquinho affecto local, que tende a obstruir mais extensas vistas dos interesses da Humanidade. Elles dizem, que nos devemos reputar como Cidadãos do mundo, e estender a nossa benevolencia igualmente á todas as Nações, e á toda a Especie Humana. — Porém nada pôde ser mais irracional e futil que tal raciocinio. A sabedoria do nosso Creator nos tem enlaçado com vinculos de affeição natural; primeiro, á nossos filhos e familias; segundo, á nossos irmãos, parentes, e amigos; terceiro, ás pessoas de nosso co-

* *Espirito Philanthropico* he o que se supõe ter o philosopho que se despeça dos affectos de seu paiz natal, para ostentar *philanthropia*, ou puro amor do Genero Humano.

** *Espirito Politico* he o que mostra ter o Cidadão, que olha para o Estado á que pertence, como o *idolo do seu coração*.

*** *Serm. Vol. V. S. VI.*

nhecimento; depois ás diversas corporações, e classes da Nação á que pertencemos.

“Elle, por instinctos plantados em a nossa natureza, formou os nossos corações dando-lhes impulsos para entrar facilmente nos interesses dos que mais se nos avizinhão; e tem assim dirigido a nossa benevolencia para obrar primeiramente dentro da esphera, em que os nossos esforços tambem possam ser mais poderosos, e mais uteis. He evidente, que, obrando-se conforme á este plano, o Bem Geral he promovido em muito maior grão, do que se os nossos affectos sociaes não se desenvolvessem na particular direcção que lhes foi dada, porém fluctuassem, por assim dizer, no *espaço vazio*, sem algum mais determinado objecto do que o todo especifico da raça humana, sobre o qual não pôderia influir com efficacia. Os que insistem na opinião de que não devemos ter maior interesse pelo bem do nosso Estado, que pelo bem dos Estados estrangeiros, deve sustentar pelos mesmos fundamentos, que não tem obrigação de consultar com preferencia ao bem de seus filhos e familias, irmãos, amigos, o dos mais remotos estrangeiros, sendo com elles conexo no commun Irmandade de Genero Humano; o que he repugnante aos universaes sentimentos. Os que sustentão esse paradoxo, devem ser suspeitos de não ter affecto algum social, ou que antes dão em seus coraçãoes secreta preferencia aos interesses de Estados estrangeiros; o que não se annão a confessar, e porisso affecto encubrir seu não animo com o disfarce e palliatio de espirito liberal e philanthropico. Tacs são os intimos sentimentos que o Deos da Natureza

estampou em nossos corações: he baixo e vil quem tenta desarragallas. — Desdorando as subtilzas de falsa philosophia, e seguindo os dictames do singelo bom senso, e natural affeição, devemos ostentar amor, e affetto ao nosso Paiz Natural: este foi o espirito que honrou e distinguio os patriotas, heróes, e Legisladores dos mais celebres Estados antigos, e que transmittio os seus nomes á veneração da posteridade; ao mesmo tempo que os que não sentião predilecção á seu paiz, ou forão traidores á seus interesses, ou forão aviltados com infâmia em todas as Nações. Na verdade em alguns Paizes a preferencia do respectivo Estado nos Estados estrangeiros tem sido levada á excesso, que não se póde justificar; pois até chegou á ponto de fazer considerar inimigos os mais povos, e procurar o proprio engrandecimento com a ruína de todos os outros Estados: então o amor da patria veio a ser odio ao Genéro Humano, e conspiração contra todas as Nações: isso, em lugar de ser virtude, foi malicia, filha da soberba, ambição e vaidade.”

Smith na sua *Theoria dos Sentimentos Moraes* Tom. II. Part. VI. Sec. II. assim diz:

“O Estado em que fomos nascidos e educados, e sob cuja protecção continuamos a viver, he, nos casos ordinarios, a maior sociedade, sobre cuja felicidade ou miseria a nossa boa ou má conducta póde ter muita influencia. Em consequencia elle nos he mais fortemente recommendado pela mesma Naturalreza. Dentro delle se comprehendem, não só nós mesmos, mas tambem todos os objectos das nossas mais tenras affeições, como são os

nossos filhos, pais, parentes, amigos, benfeitores, á quem naturalmente mais amamos e veneramos: a sua segurança e prosperidade fazem a do Estado. Portanto a Natureza nos inspirou o seu amor, não só por todos os affectos egoisticos, mas tambem por todos os nossos sentimentos de benevolencia. Pela conexão que elle tem com nosco, a sua prosperidade e gloria tambem nos communicão honra. Quando comparamos o nosso Estado com os Estados estranhos, temos por brazão sentir a nossa superioridade, e somos mortificados, se achamos que em algum gráo e respeito lhes he inferior. Todos os homens illustres dos antigos, e modernos tempos, Estadistas, Guerreiros, Poetas, Philosophos, Homens de Letras em todos os generos, forão sempre dispostos a olhar para o proprio Estado com a mais parcial admiração, e ás vezes mui injustamente elevallo acima de todas as outras Nações. O patriota que expõe a sua vida pela segurança, e ainda pela van-gloria do Estado em que vive, excita não só a nossa admiração, mas parece merecer todo o applauso que he devido á mais heroica virtude. Pelo contrario, se em alguma particular situação imagina, que póde promover o proprio mesquinho interesse entregando o seu paiz ao inimigo; e, sem respeitar o juizo do Genéro Humano, que está no proprio peito, o prefere, sem vergonha, e com ignominia á si mesmo, e á todos com quem he ligado na Communidade, tal homem se manifesta ser de todos os vilões o mais detestavel.

“O amor do nosso paiz parece não ser derivado do amor do Genéro Humano: aquelle sentimento he totalmente independente des-

te, e até às vezes parece dispor-nos a obrar contra o mesmo. — Não amamos, o nosso paiz meramente como parte da Grande Sociedade do Genero Humano: nós o amamos por amor de si mesmo, independente de tal consideração. A sabedoria Divina que harmonizou o Systema dos affectos humanos, bem como o das attracções de qualquer outra parte da Natureza, parece ter julgado, que o interesse da Grande Sociedade do Genero Humano seria melhor promovido dirigindo-se a principal attenção de cada individuo á particular porção da nossa Especie, que está mais ãa esphêra, tanta da nossa intelligencia, como das faculdades de bem fazer.

C A P I T U L O IX.

Da Influencia do Exemplo na Moralidade Nacional.

Ainda que a Lei Natural muito influa, até nas tribus dos salvagens, para a execução dos deveres moraes entre os pais, filhos, conjuges, parentes; e a sua força se mostra mais visivel, e vasta, depois de Estabelecimento de Governo, e de culto ao Bate Supremo; contudo he *facto*, universalmente experimentado, que o poder da mesma Lei só se manifesta com transcendente extensão, quando o Paiz tem a felicidade de ser regido por Soberano virtuoso e instruido, e nelle apparecem cidadãos de eminente probidade, saber, e espirito publico, que sempre ostentão o firme caracter de preferir o interesse Nacional ao seu proprio interesse; especialmente se são elevados á dignidades,

que os constituem conspicuos, e em esphêra de cooperarem á recta Administração, tendo a confiança do Chefe Supremo da Nação: então a influencia do bom exemplo he de prodigioso effeito, para dilatar e fortificar os bons costumes do povo, e a virtude e prosperidade do Estado. Estes Grandes Exemplares são mais efficazes que os melhores Regulamentos.

Esta importantissima, ainda que aparentemente trivial, verdade, menos attendida nos paizes de governos irregulares, foi bem reconhecida, e inculcada pelos Historiadores do Imperio Romano, que nos deixarão os seguintes documentos. — *O Principe Optimo ensina com a acção; e, posto seja o Maximo no Imperio, ainda he maior pelo Exemplo.* *

“Todas as Nações se amoldão ao exemplo de seu Soberano; as Leis não tem tanto valor para a observancia da boa Ordem, como a VIDA DO REGENTE; e o povo movel sempre se muda com o Character do Principe.” Isto disse Claudiano ao Imperador Theodosio no seu *Poema da Providencia* **. As Personagens mais eminentes do Estado são as que tem menos licenca de se extraviarem de seu dever ***: se delle se apartão, ainda mais peccão pelo exemplo, que pelo delicto.

“O Escripitor das *Maximas* — *Roche fou-*

* Princeps optimus faciendo docet; et licet sit imperio Maximus, exemplo maior est. — Paternulus.

** Componitur Orbis

Regis ad exemplum; nec scil inflectere sensus

Humanos Edicta valent, quam *vita regentis.*

Moble mutatur semper cum Principe vulgus.

Claudians.

*** Qui in excelsis statum agunt, cuncti mortales eorum facta novare: in summa fortuna minima licentia est. — Salust.

caula, bem disse; que *a fortuna fas apparecer us nostras virtutes, e os nossos vícios, como a luz faz apparecer os objectos.*” *

Infelizmente, pela corrupção do seculo, passa já em proverbio, que as Honras do Estado mudão os costumes dos que sôbem aos Empregos superiores**; e hum bem 'acreditado Ministro de Grande Estado da Europa, pediu a demissão do Officio, — para sair ao menos, com a metade da sua reputação.

Hum Moralista moderno assim nota o progresso da Grandeza Romana pela influencia de seus virtuosos Cidadãos. “Onde as Leis não tem dado providencia para os casos, o coração do homem probo he o seu proprio legislador. — Quando Roma se reduzia á perigo, qual era o seu recurso? O Governo não formava novas Leis, antes ordenava que se callassem as existentes, e entregava o Bistado ao juizo e exemplo de hum só *homem bom*. A Consciência de Camillo foi por muitos annos toda a Legislação de Roma. E que não pôde fazer hum Grande Cidadão, que está certo na coragem, e virtude de seus concidadãos! Roma libertada dos Gallos pelo braço de seu eleito Dictador, não tinha mais a temer de assalto dos inimigos; e com a sua recta moral, e poucas leis, marchou, como Rainha, á conquista da Terra. A castidade das *Lucreceias*, e *Virgíncias*; a firmeza de Bruto; a Boa Fé de Regulo; a moderação de Cincinnato; a probidade de Fabricio; o desinteresse de Paulo Emilio; a paciência de Fabio; forão as melhores Leis de Roma.

* *Maxima* 402.
** Honores militum moros.

Dizia-se que Catão era o Estatuto subsidiario ás Leis das XII. Tabuas.”

Seneca, recomendando o trato com os sabios, e virtuosos, para se dirigir o povo á virtude, bem diz, que *ainda quando elles se cultão*, o seu mesmo exemplo he preceito, e proveito.

O citado *Rochefoucauld* com razão affirmava na *Maxima* 287, que “o maior contagio hé o do exemplo; e que nós não fazemos jámais grandes bens, nem grandes males, que não produzão outros semelhantes. Imittamos as boas acções por emulação, e as más pela malignidade da nossa natureza, que a vergonha retém prisioneira, e que o exemplo pôe em liberdade.”

Porém este Moralista do seculo XVII he censuravel, pelo *pessimo exemplo* que deo em sua obra, que adquirio celebridade na França, e foi traduzida em varias linguas da Europa, por haver attribuido ao *interesse* ou á *avidade*, ainda as mais heroicas virtudes; o que influiu na mania de imitadores *Homens de Letras*, que sustentarão igual paradoxo, e destructivo da confiança dos Governos, e Povos, ainda nos seus mais zelosos servidores.

Tudo he perdido; 1.º Se os Escriptores só ensinão *philancie*, e abalão os fundamentos da Moral, e Religião, não admitindo as immutaveis distincções do *justo e injusto*, abatendo a dignidade dos homens com a indifferença á Causa Publica, e aconselhando os cidadãos a preferir o *Dinheiro* ao *Dever**,

* Nas esquinas dos quarteirões das ruas de Roma, na decadencia da sua Constituição, appareceo o seguinte rotulo:
9

e antepor fortuna á probidade, nada valendo quem só diz a verdade *; 2.º Se o Governo dá honra á deshonra, e não faz differença entre bons e máos, instruídos, e imпетitos, antes dissimula ou authoriza a venalidade dos Empregos, e a corruptéla na Administração, dando á ambição os premios da virtude. Nessas circumstancias bem disse *Catóo* no Senado de Roma, — *faz-se impio no Estado uazio de defensores* **. Estes são os criticos signaes dos tempos.

O vasto, innocente, e glorioso imperio da *Moral Publica*, he incomparavelmente mais poderoso que o da *Força Publica* de qualquer Governo. O celebrado Professor de Moral da Universidade de Edimburgo *Bratton* nas suas *Lecturas da Philosophia do Espirito Humano*, eloquentemente assim lecciona no Tom. IV. *Leitura 85 pag. 251*:

“ Na vida de hum Soberano nada ha de particular. As suas amizades, os seus divertimentos, não são unicamente amizades e divertimentos; elles são tambem ou virtude publica, ou culpa publica. Se elle pensa mais dos apparatus do Estado que dos seus deveres; se o esplendor de alguma Festa de Corte lhe parece mais importante do que o traiz nobre de todos os espectaculos, qual só se

* *O Cives, cives! Quærenda pecunia primum:*

Virtus post nummos.

O Poeta *Juvenal* no reinado do Imperador Domiciano disse em huma das suas *Satyras*:

“ *Que farei em Roma? Não sei mentir.*

Quid Romæ faciam? mentiri nescio.

** *Inter bonos et malos discrimen nullum; — omnia virtutis præmia ambitio possidet; — idèò impetus fit in vacuam rempublicam.* — *Sullust. Cat. orat. in senatu.*

acha na scena da geral prosperidade de huma terra pacifica e virtuosa; se o Pao não he o Sanctuario da Moral Publica; pôde ainda haver virtude neste Estado; mas só existirá pela razão de que os principios da moralidade são muito poderosos, e não podem ser destruidos pela viciosa authority ainda dos maiores Potentados. — Mas, se o Principe he o que deve ser, elle tem a satisfação deliciosa de experimentar, que goza não sómente da felicidade da propria virtude, mas tambem da gloria de a diffundir; e que pois as suas acções são lições, vem a ser *lições do bem*, vê que, por seu exemplo, está exercendo huma Supremazia mais extensa que a das suas leis, e de suas armas, e não só para a prosperidade da Nação, mas tambem para a felicidade do Mundo.”

“ Os exemplos dos Soberanos e Grandes do mundo tem, na verdade, mui transcendente influencia para o bem da Humanidade; mas ainda nas classes inferiores essa influencia he vasta; cada individuo na sua esphera, exercitando pelo proprio exemplo hum poder directo e indirecto sobre a virtude e o vicio das suas famílias, amizades, vizinhança, proporcionalmente augmenta ou diminue a somma do bem e mal do mundo.”

“ A universal irradiação do exemplo, pelo reciproco reflexo da luz das boas acções, forma o moral esplendor do Estado. Historiadores tem notado, que o libertino caracter de Carlos II. de Inglaterra occasionou a irreverencia do Povo ao Soberano, e influo na imprudencia de seu Sucessor em violar a Constituição do Estado, o que adeo causa á mudança da Dynastia; e que a

immoralidade de Luiz XV. na França, facilitando pelo náo exemplo a licenciosidade da Nação, antes enfreada pela Moral, e Religião, desencadeou a clandestina infidelidade dos inimigos do Altar e Throno, que se inclucarão por *Grandes Luminaires*, organizando *sociedades secretas*, (seminarios de rebelliões), e introduzindo, até com distribuição *gratis*, os livros os mais perversos e immundos, derão o ridiculo á virtude e honra do bello sexo, e á lealdade, e prudencia de seus orthodoxos Escriptores, estimados por sabios da primeira ordem na Europa, como *Bosuet* e *Penelon*, que estabelecerão as verdadeiras bases do Governo regular, e da Concordia do Sacerdoceo e Imperio, não obstante defenderem as *Liberdades da Igreja Galicana*. *

O resultado foi o Terremoto Revoluçionario, que tanto desmoralizou o Povo Francez, e quasi anniquilou o Character Nacional, por tantas crueldades, e mudanças de Constituições, até fazendo do juramento *brinco de criança*; rematando a desordem em fim na idolatria do Despotismo Militar, aclamando os Francezes por seu Imperador ao *Dragão Córsico*, á que derão o título de *Soldado feliz*.

* *Bosuet* bem disse, que “ o Governo Monarchico se perpetua pelas mesmas Leis que perpetuão o Genero Humano — O que he regulado pela ordem fixa e constante da Natureza, he sempre melhor que o que depende da vontade caprichosa e inconstante dos homens. ” — *Penelon* nos seus *Principios Politicos* judiciosamente observa, que “ o *espirito da Monarchia* he *propriiedade*, leis, estabilidade, paz, consagração. Nella nada he electivo, tudo he immutavel. Terras, Profissões, Nobreza, Clerizia, Realteza, Nome; tudo he proprio, e immamovivel. ”

O mais notavel he que, quando este, aspirando (como dizia) a ter *Commercio*, *Nuorios*, *Colonias*, determinou a Organização de *Novo Código Commercial*, os Oradores do Conselho do Estado proclamirão “ O Imperador quer *ressuscitar a Moral Publica*; porque sabe, que, sem ella, as Nações do maior esplendor não tem grandeza real, nem potencia solida, nem prosperidade duravel; temos assaz gloria, mas precisamos de *bons costumes*. ” *

Concluirei com as seguintes reflexões de Mr. l'Abbé *Thorel* na sua Obra — *Origem das Sociedades* — impressa em París em 1823. tom. III. pag. 233.

“ Pedimos aos nossos homens esclarecidos, que na *Encyclopedia* se lasimão de ainda não haver hum *Cathecismo de Moral*, livre de tudo que he maravilhoso: que digão porque nem antes, nem depois, derão tal *Cathecismo*? — Querirão hum em que se não fallasse de céu e inferno &c. —; seria mui breve, porém muito immoral. Não houve, nem pôde haver, Moral sem crença em premio e castigos no estado futuro &c.

** L'Empereur veut ressusciter la moral publique, parce que il sait que sans elle les nations que jettent le plus d'éclat, n'ont point de grandeur réelle de puissance solide, de prospérité durable: nous avons assez de gloire, il nous faut des mœurs. — *Exposé de Morys*. — Lib. III. Cod. de Commerce.

CAPITULO X.

Dos Deveres á todos os Homens.

OS geraes officios, que a Lei Natural attribua á toda a pessoa prestar á cada individuo da Especie Humana, seja como cidadão do Estado em que vive, seja como homem de qualquer paiz, se póden reduzir á dois Grandes Deveres, que tambem se dizem *civis e sociaes*; hum he *dever negativo*, que consiste em *não fazer mal*, isto he, em abster-se de toda a offensa. nos nossos semelhantes; outro he *dever positivo*, que consiste em *fazer bem*, quanto está nas proprias faculdades, á Nacional ou á Estrangeiro, ou, no menos, não podendo, em *desejar-lhe ajuda*, e prosperidade. Cumpri-mos o primeiro dever, não obrando *actos de injustiça*, executamos o segundo dever, effectuando *actos de beneficencia*. Portanto JUSTIÇA E BENEVOLENCIA, são (por assim dizer) os dous Pólos do Circulo Maximo da Moral Publica.

*Mo menos não facas mal**, he aphorismo da Medicina aos seus professores. Eis tambem a primeira Regra da Moralidade!

Porém os que se limitão a praticar a justiça, são, comparativamente, de tenue merito, ainda que muito contribuião para a boa ordem da Sociedade, e progressiva accumulação dos *bens da vida*, que formão os principaes fundos da Beneficencia. Os que fazem mal, não só directamente destroem es-

ses fundos, mas tambem indirectamente destruião a sua reprodução. Todavia no espirito dos que *não fazem mal*, póde mais influir o medo do castigo, que o amor do dever; pois estão certos de, pelo menos, terem contra si o odio de seus semelhantes. Só se mostra dignos de estima, veneração, e memoria, os que, sobre terem a *consciencia livre de offensa de Deos, e dos homens*, se distinguem em activa, extensa, o effectiva benevolencia, quanto está no seu alcance.

Parecia, á primeira vista, que o *dever da justiça* seria facil, commun, e até mais geral, que o dever da benevolencia: mas não he assim. Quasi todas as pessoas são, mais ou menos benevolas ao proximo, quando não tem conflicto de interesses, e resentimento de offensas: tem-se visto exemplos de ainda os maiores malvados haverem, no curso da vida, feito actos de beneficencia, e até de generosidade. Mas raros são os individuos, á que se possa dar o titulo de *justos*, isto he, que não tenham frequentemente violado o *dever da justiça*, commettendo alguma offensa contra seus semelhantes.

Bem disse o Apostolo das Gentes = *offendemos em muitas cousas*. Viola-se o dever da justiça por varias sortes de offensas, que causamos directa, e indirectamente. Elles se podem reduzir ás seguintes classes. 1.^a Offensa á pessoa: 2.^a Offensa á propriedade: 3.^a Offensa á honra: 4.^a Offensa á confiança: 5.^a Offensa á virtude: 6.^a Offensa á paz: 7.^a Offensa á equidade. — Isto exige explanação.

CAPÍTULO XL

Do Dever da Justiça.

Justiça, no seu mais extenso significado, denota a disposição do espirito em julgar dos actos humanos, nossos e alheios, só conforme ao real merito do caso, sem considerações de philaucia, conveniencia, e parcialidade. Os Jurisconsultos e Moralistas definem o *dever da justiça*, o constante exercicio de dar á cada hum o que *he seu*. (Suum cuique). Elles a distinguem em *justiça commutativa*, e *distributiva*. — Não entro aqui em explanação de assumpto que mais pertence á Jurisprudencia que á Ethica: restringo-me portanto ao que he immediato objecto da Moral Publica.

I.

Da Offensa á Pessoa.

Offensa á pessoa se commette no ataque ao corpo, de que resulta perigo, ameaçado ou effectivo, de ferimento, dor, morte. He accusado dizer, que o ataque de que resultou a perda da vida, he o mais nefario, por ser de *mal irreparavel* ao offendido, e, muitas vezes, de ruina á sua familia, e até de grave damno ao Estado. Já se subentende, que trata-se de *homicidio voluntario*, e não por *defensão necessaria* contra *injúrio aggressor*.

A adoravel Providência, cuja bondade não se estende só á salvação da Especie Humana, mas tambem á de cada individuo della, poz fortissimo freio á impetuosidade dos

violentos, e matadores: 1.º no horror que toda a pessoa (à não ser desalmada) tem á effusão de sangue humano: 2.º no valor com que, ao brado do offendido, os vizinhos correm a repellir, ou prender, o offensor: 3.º no ardor popular, com que se condemna o homicida, e se reclama o seu prompto castigo: 4.º no terror do criminoso, que, no geral, logo foge, e se occulta. 5.º no remorso que o atormenta, e que tem impellido a muitos malvados a se offerecerem á Justiça, e confessarem seu delicto: 6.º nos vestigios, que, por mais cautelas que tome o delinquente, quasi sempre deixa do crime, e que depois manifestão a culpa, e impossibilitão a impunidade.

Por desgraça da sociedade civil, a malicia humana frequentemente inutiliza estas provisões da Benignidade Divina, ainda nos mais cultos Estados, não obstante o terror do patibulo, e as penas graves, com que os Legisladores tem pertendido reprimir os attentados dos maliciosos contra as pessoas dos cidadãos, quando são agitados pelas furias das paixões irracionais, especialmente da soberba, vingança, lascivia, rapacidade, ambição.

Até *falso ponto de honra* ainda presentemente nos paizes da Christandade he causa de mortiferos duellos, e muitas vezes por leves, e phantasticas offensas. No Corpo Militar predomina a terrivel opinião de ser desprezado por cobarde o que não accete a defracção das Leis que o prohibem. Tão potentes são os maos exemplos e costumes, ainda contra Estatutos rigorosos! Tem-se pertendido palliar esta enormidade, com o

pretexto de animar o valor do povo, e polir todas as classes, para serem civis, e se abstem de injurias. Mas os Gregos e Romanos foram heróes sem serem duellistas.

Pela corruptella da Sociedade, em tão pouco se avalia a vida dos homens (primeiro dom do creador) que, referindo-se batalhas, quando a victoria não custou dezenas de milhares de vidas, diz-se *frivamente* no vulgo, e ainda nos circulos acima do vulgo = *não foi grande a mortandade*.

Nos paizes de despoitismo, e de capiti-veiro, em que a vida dos homens não está sob a protecção da lei, mas á mercê do despota e senhor, a *força dos exemplos* de arbitrariedade, e cruzeza, familiariza ainda nas classes inferiores o *habito de violencia*, que quasi extingue o *sentimento de justiça*, * e produz indifferença á oppressão, insensibilidade aos males alheios, arrogancia nos superiores, vilania nos inferiores.

Esta desordem he maior nos paizes em que a Justiça não he vigilante em punir malfeitores, e aos que abusão da authoridade.

Novadores literarios negão direito aos Governos de matar ainda aos mais horridos matadores: elles tem cabido no extremo opposto dos Legisladores deshumanos, que, sem calcularem classes de delictos, e proporções de penas, fizeram *códigos de Draco*, em que se diz terem sido as leis *escriptas com sangue*; ordenando torturas, e castigos capitaes por crimes leves. Esses es-

* Entre nós, he quasi quotidiano ouvir dizer — isto só se leva á pdo, e á tiro, &c. Das ameaças ás malféitorias não vai grande distancia.

criptores reproduzem os maiores delictos pela impunidade, e, de facto, vem a dar aos malvados o *privilegio exclusivo de tirarem a vida*.

Alguns soberanos philanthropos tem tentado governar os povos sem inpor, em caso algum, a pena de morte, com o pretexto de que só Deos póde tirar a vida que deo aos homens; que a historia e experiencia mostra, que, onde são mais frequentes os ultimos supplicios, os povos são mais ferozes, insipientes, e malvados; que he melhor, por boa educação do povo, e vigilante policia, antes prevenir que punir os crimes. Sem dívida muito póde a boa educação: mas as classes infimas em nenhum paiz a tem, ou podem ter; e nem ainda a Religião reprime sempre os abortos da malicia de todas as classes das Nações, antes declara, que os Governos humanos são Ministros de Deos para terror dos máos, e que — não sem causa trazem a espada.

II.

Offensa á Propriedade

O *Offensa á propriedade* he mui frequente, ainda nos Estados onde a Lei e a Administração dão a maior segurança ao Direito da Propriedade, e o Espirito de Honra Nacional constitue infames os convencidos de ladrocinha.

Alguns povos barbaros não tem o menor remorso de praticarem a rapina e pirataria, e até com a deshumanidade de reduzirem á escravidão as victimas de sua rapacidade. Entre as Nações civilisadas se pra-

tica o *Córsio* em tempo de guerra, e o *confesso* em tempo de páz, contra os particulares, que fazem innocente commercio, predominando Leis Hostis, e Fiscáes, que bem attestão a decadencia da Constituição da Humanidade, e o tenue influxo da Moral Publica nos Conselhos dos Estados.

Nas transacções ordinarias da sociedade civil, se commette offensa á propriedade por multiplicadas maneiras em que se attação, deterioração, e diminuem os bens alheios. As principaes são força, fraude, ardileza. Raras são as pessoas de consciencia tão delicada e escrupulosa, que á esse respeito guardem a perfeita justiça, não se prevalecendo de circumstancias favoraveis a fazer o seu interesse á custa de seus concidadãos, tirando nos contratos partido da riqueza e sagacidade propria, e da miseria e inexperiencia alheia *, para ganhos usurarios, e iníquos.

Quantos ha (ainda de Homens Publicos) que abuso da dignidade e amizade, para obterem emprestimos, de que reconhecem não se poderem desempenhar? Taes dividas são *actores em disfares*, e *espolios da propriedade*. E poderão dizer ter *limpeza de mãos*? A tentação deste vicio recresce á vista de *dinheiro*, que se acha, ou confia, por ser o representante de todos os valores, e

* O Escripitor da bem conhecida Novella de Gilbraz pinta ao vivo o trato ardiloso de hum Mercador, que, dizendo-lhe hum candido comprador, que nada entendia do valor das fazendas que desejava, e por isso inteiramente se confiava na sua consciencia, respondeu com dolosa astucia — como falla-me em consciencia, fallou-me no meu fraco —: sobre o que reflecte o Escripitor, e na verdade não era o seu forte

facil de occultar-se. Porisso as Leis são rigorosas contra os que não entregão os *depositos*. Até passa em proverbio — na *arca aberta o justo pecca*.

A cubica e inveja estão sempre de olhos abertos, e garras promptas, para surpreza das propriedades. Como a Propriedade he a Base da Civilisação, por ser a accumulção dos fructos do Trabalho necessario, e Industria activa, de que provém a subsistencia, riqueza, e força das Nações, e, sem a sua segurança, não póde haver animação para as emprezas penosas da cooperação social, a Moral Publica condemna toda a offensa á propriedade, sendo só indulgente nos casos de *real necessidade*. Felizmente nos paizes em que predomina a Religião Christã, e Governo Protector, que promove a Geral Industria, o corpo do povo guarda extensamente o preceito do Decalogo = *não furtars* *.

III.

Offensa á Honra.

O *Offensa á honra* se commette principalmente por quatro maneiras, por injuria — calumnia — diffamação — libertinagem —, com que se attaca, ou diminue, a estima, reverencia, e confiança que se tem aos outros homens. Por tal offensa se dana o caracter, e credito, dos mais probos cidadãos, que alias aprecião o seu *bom nome*, como o mais so-

* No Brasil ainda os escravos costumão dizer — *tudo sei, ladrao não*.

lido patrimonio civil, preferindo a sua reputação á propria vida. Toda a pessoa prejudicada em sua fama, ainda que seja mui habíl, e digna para serviço do Estado, perde a opinião publica, e a consideração do seu Governo, e se impossibilita a ser útil á Nação. Tão severo he o juizo do Genero Humano contra quem se suppõe máo, ou vil! O testemunho da consciencia do homem proba he o seu unico escudo contra essa calamidade. A mais pura virtude se eclipsa sendo assombrada por tal offensa.

He magnanimidade perdoar as injurias, ainda as mais atrozes: porém tal he a injuria das Nações desmoralizadas, que impõe o fêrete da ignominia, não só á quem não se desaffronta com a vingança do duello, expondo a vida com temeridade contra o aggressor de bruta força, mas até ao que recorre á Justiça para o legal desaggravo; e o mal he mais irreparavel, onde leis frônxas, e Juizes indifferentistas, mostrão, pela insignificante reparação, que avalião *quasi em nada* a honra dos Cidadões.

A *Calumnia* equivale á *punhalada*: a sua ferida he como a da flexa aspada e envenenada, que transpassa as entranhas, se o objecto he de interesse vital. Difficilmente se dissipa a impressão no vulgo contra o virtuoso calumniado. O calumniador he conspirador contra a Probidade, e he pouco menos (se não mais) horrivel inimigo que o assassino.

Pythagoras, que seguiu o systema da *transmigração das almas*, costumava dizer, que o espirito do calumniador, no seu estado de preexistencia, era o de humna serpente; e

que, em futura metamorphose, animaria o corpo de hum escorpião.

O moderno Escriptor Inglez das = Bel-lezas e Harmonias da Natureza = no Vol. III. pag' 271 divide o calumniador em tres classes: 1.^a O inventor da calumnia: 2.^a O propagador por malicia: 3.^a O disseminador por levandade: o primeiro he vil como o valentão (*bravo*) da Italia, que apunhala no escuro com o seu sovelão (*stiletto*); o segundo he igual ao receptor de furto; o terceiro dorme tão tranquillo sobre a calumnia, como se estivesse reclinado á verdade.

O Grego Moralista Luciano descreveo a admiravel pintura, que Appelles fez da *Calumnia*. Esta he conduzida pela *Credulidade*, que se figura com largas oréllhas, e vagabundos olhos, trazendo a *Suspeita*, e *Ignominia*. Tem na mão esquerda hum facho accezo, e com a direita arrasta a hum joven, que em voz balbuciente, e mãos alçadas, supplica o auxilio do Ceo: de hum lado está a *Conspiração*, de outro a *Fraude*. Vem de longe o *Arrependimento* com aspecto melancolico, e vestido rasgado: por fim vê-se a *Verdade* meditando sobre a crueza da scena.

A Calumnia, quando attaca a communi-dades, impossibilita por seculos a justiça dos Governos, e a melhora dos Povos. Recordo aqui, por exemplo, a Calumnia que os Protestantes em Inglaterra fizeram aos Catholicos do paiz, attribuindo á *Facção de Papistas* o incendio de grande parte de Londres no reinado de Carlos II, quando aliás por devassa ordenada pelo Parlamento se provou ter sido accidente casual, pelo fogo communi-cado de huma Padaria, que rapida e irresist-

tivamente se propagou por causas physicas. Não obstante a evidencia do facto, se levantou hum Monumento em que se perpetuou a Calumnia. O Historiador da Historia de Inglaterra *Hume* sobre isso no Cap. 64 faz a seguinte reflexão: "tão credulo e obstinado he o povo em se capacitar de tudo que lisongea a sua paixão dominante!". O resultado tem sido, que, não obstante as continuas e submissas Supplicas dos Irlandezes Catholicos, as energicas Fallas dos mais distinctos Oradores de ambas as Camaras, o progresso da civilisação do Povo, e o espirito de *Tolerancia* do seculo, o Governo he pertinaz em não conceder aos Catholicos do Reino Unido a *Igualdade de Direitos* dos mais subditos Britannicos; o que tem perpetuado o estado de saffecto e convulso do tão importante Estado da Irlanda, que ora consta ter porisso formado a *Associação Catholica*, com attitude de extorquir por força, ou que lhe era devido por justiça.

A *Diffamação* he de quasi tão maligno effeito como a Calumnia: só se differença em que esta imputa crime inexistente, e aquella publica o *vicio ou erro occulto*. O mal do descredito he igual, e a offensa á justiça he incontestavel. Quem se mostra isento de fragilidade humana, e ainda de graves defeitos? Quem he o virtuoso sem mancha? Onde se acha o *character perfeito* *. Todavia a pessoa que evita escandalo, tem direito á sua reputação. Não se escusa o diffamador com dizer, que he verdade o que afirma, se tira o cre-

* He dito do vulgo — não ha herde para o seu criado da camera.

dito de quem era havido por *homem bom*, e muito mais, se o facto imputado não he offensivo do mesmo diffamador, nem do Estado. Por senso commum do Genero Humano se louva ainda o socio do crime, que não diffama os companheiros, nem delata ou denuncia os complices, ainda em torturas de Juizo.

Muita gente que se préza de civil, não escrupuliza em companhias decentes de pagar aneddotas da que chamão *chronica escandalosa* de familias; e até se tem feito *Historias secretas* de cortes, em que se referem factos, que nunca transpirarão no publico, diffamatorios da memoria de vivos e mortos. Taes diffamadores são pouco menos execraveis que os calumniadores. Isso he menos inexcusavel tendo por causa a leviandade de divertir-se á custa alheia.

O Professor *Braun* faz as seguintes reflexões no vol. IV. *Leitura* 74 pag. 224. "Quando os propagadores de contos de escandalo pensão que se justificão, offerecendo-se a provar a *verdade dos vicios* e defeitos das pessoas que diffamão, esquecem-se da propria injustiça com que callão as virtudes de taes pessoas. Se fosse licito não louvar o que he excellente no caracter de alguem, e só arguir o que ha defeituoso nelle, as *personagens mais illustres* do Genero Humano, sem violação da verdade biographica, cessarião de ser illustres."

A *Libertinagem* he offensiva da honra dos pais de familias, como a espionagem e traição o são da dos Governos das Nações: ás vezes ainda he mais execravel, pela negra aleivosia, com que o impudente,

até prevalecendo-se da confidencia e amizade, insidiosamente attaca o sanctuario das casas honestas, como o nocturno saltador. Os libertinos são quasi demonios, que, roubando a afeição das mulheres aos maridos, das fi-lhas á seus progenitores, e tutores, com-mettem adulterio, estupro, e rapto, e aniqui-lão a ordem moral no seio da felicidade do-mestica. O mal he cruel pela circumstancia de que (com alguma razão) no juizo do Publico, se imputa deshonra aos chefes das familias por taes factos (de que alias á mais das vezes nem tem suspeita, pela boa fé em que vivem): visto que a severidade dos censo-res os attribue á falta da vigilancia na inspecção que devião ter em todos que estão sob sua guarda. A horribilidade de tal mal-fetoria ainda mais se patenceará nas obser-vações aa artigo V.

IV.

Offensa á Confidencia.

O *Offensa á confidencia* se commette, quan-do se falta á *veracidade* por palavra, escri-ptura, obra. Pela constituição da Humani-dade, toda a pessoa instinctivamente confia nas declarações de seus semelhantes, sup-pondo-as verdadeiras, crendo que a lingua sempre, em via de regra, exprime o senti-mento do coração. Bem assim se explica o. citado Professor na pag. 224:

“ He tão grande a felicidade da vida so-cial, que se deriva do uso da falla, e seria tão inútil a faculdade da linguagem, se a ver-dade a não dictasse, que o abuso da confiden-

cia que se põe em as nossas declarações, não só seria no mais alto grão injurioso ao individuo enganado, mas tambem tenderia, se fosse geral, a fazer retroceder a nossa Especie ao estado selvagem. Não admira pois que a *veracidade*, que he tão importante á felicidade de todos, e contudo sujeita á tantas tentações do interesse pessoal para vio-lação della, seja entre todas as Nações clas-sificada em mui sublime grão das virtudes.”

“ Esta virtude he tão essencial no com-mercio da vida, que toda a pessoa, se con-sultar a sua consciencia, experimentará, que, para dizer falsidade, sente penoso esforço em reprimir a verdade, a qual parece que nos salta, involuntaria e inadvertidamente, da lingua. Alguns philosophos tem notado, que a Natureza nos deo duas instinctivas tendencias = tendencia á fallar verdade = e = tendencia á crer no que os outros fal-lão =.”

Póde-se acrescentar, que, sobre esse res-peito, tem sido tão uniforme e vasto o in-fluxo da Moral Publica, que toda a *Fé His-torica*, donde emana a principal parte dos conhecimentos humanos, e a credibilidade da Religião Revelada, se funda na confidencia da veracidade dos homens, que atestarão os antigos factos. A *Fé Judicial* e a *Fé Mercan-til* tem o mesmo fundamento. Não ha pes-soa que não tenha por atroz injuria a ar-guição de mentira. Por isso as pessoas sin-ceras, habitadas a fallar e tratar verdade, são muitas vezes expostas a serem victi-mas da fraude, e até a serem arguidas de *credulidade*, suppondo que todo o mundo falla, escreve, e procede em *bou fé*. Passa

em proverbio — *a bocca vai para a verdade.*

Por tanto he humma das maiores offensas contra a justiça o induzir a alguem por palavra, escriptura, ou obra, a cair em engano, e por isso soffrer prejuizo. — Sobre as vantagens da veracidade e candura se farão mais algumas reflexões, quando se tratar das *virtudes*.

V.

Offensa á Virtude.

O *Offensa á Virtude* se commette por todo o acto de seducção, com que o seductor induz a alguma pessoa a faltar á seu dever, por qualquer modo que seja, como dadia, peita, persuasão, lisonja, promessa real ou illusoria de vantagens. Enormissimas violações da justiça que devemos aos outros homens, se perpetrão, e com irreparaveis immensos males, por taes criminosos expedientes. A atrocidade da injustiça recresce, quando as pessoas seduzidas ainda se achão no estado da innocencia.

A seducção das donzellas e cazadas para violarem a sua virginal castidade, e infringirem a obediencia e fidelidade que devem á seus pais, e aquelles a quem devem a vida o protecção, constitue os seductores os mais perversos malfitores da sociedade, e objectos da geral indignação, onde se respecta a Moral Publica. O amor com que pretextão e pallião o seu attentado, além de ser *concupiscencia* tão inexcusavel como no ladrao a *cubica*, que o tentou por arte e manha furtar o alheio, ainda mais redobra e agrava a

malfetoria; por servirem-se tão vilmente desse sagrado penhor, que o Author da Natureza deu aos homens para os fins honestos da harmonia e perpetuidade da Especie, sendo causa da ruina do objecto amado, (que fica desprezado e desprezivel pelo seu proprio sexo, e por todo o Mundo), além das desordens sem conto das respectivas familias. Muita gente proba, e que tem bens da fortuna, foge de casamento, pelo receio de seducção, que libertinos impunemente fazem ás mulheres cazadas, e ás filhas de boa educação.

A esta classe de violação de justiça pertence toda a sorte de peita e simonia, com que se corrompem e subornão os Juizes, Officiaes, Eleitores, de alguma Repartição da Administração publica, que constituem o Estado venal; o que descorroa a Communidade pelo mal (que vai além de todo o calculo) de ninguem cantar com seu direito, e merito.

São não menos offensores da virtude os que seduzem a soldados, marinheiros, artistas, lavradores, e quaesquer salariados, seja para fazerem colloios, a fim de extorquem estipendios maiores dos communs, ou ajustados, seja para desertarem do serviço á que estavão legalmente affectos. Os seductores de ~~servos~~ para fugas, vilezas, e malfetorias, são réos de igual delicto.

São finalmente dignos da maior execração, e de exemplar castigo, os seductores dos povos, quaes os *Novadores* e *Demagogos*, que o precipitão á tumultos, rebeldias, o Revoluções, com promessas de phantasticas melhoras de sua condição, assim adquirindo popularidade, fazendo imposturas no entendi-

mento dos idólatas, aproveitando-se da credulidade do vulgo, para os fins sinistros de se apoderarem do governo estabelecido.

VI.

Offensa á Paz.

Offensa á paz se commette por toda a sorte de intriga, com que os individuos e Estados tem causado indizíveis perturbações, angustias, rixas, e hostilidades, destructivas da tranquillidade e paz das familias e Nações. Os intriganes são camaleões de furtacões, que vivem de se aprazerem do mal que fazem com apparencia de bem: muitas vezes affectando zelo de amizade, e interesse da humanidade, são ardilosos e orgulhosos, que se comprazem de seu insensível influxo e império nos sentimentos dos outros homens, para lhes dar tormento de espirito, e os precipitar á desatinos por impressões funestas.

Os soberbos, ainda sendo benefeitores, muitas vezes tem, com a ostentação de sua altivez, e superioridade em nobreza, opulência, e dignidade, o má gosto de mortificar os beneficiados, excitando-lhes sentimentos que os fazem reconhecer a sua inferioridade.

Ha pessoas malignas, que se comprazem de exercer este cruel predominio, e se alagrão de suggerir pensamentos que podem envenenar a confiança dos amigos, e fazer que as virtudes que mais amavão, sejam objectos de suspeita. Elles empregão a sua maliciosa astucia e pericia em lembrar na conversação as mais desagradaveis e mortificantes recordações: — até fazem vistas de pezames,

para fazer sentir mais vivamente a dor do afflicto; — vão contar as desmerecidas malleficcias, para causar penas, e excitar vinganças, ainda fingindo factos, e affectando indignação contra o calumniador e maldizente, sendo elles mesmos os maiores impostores e diffamadores.

He impossivel formar leis contra este poder dos mãos em turbar a paz dos concidadãos; por isso exercem com impunidade a sua malicia: só pureza de consciencia, e a extensão da Moral Publica, podem diminuir este mal horrivel, que parece dictado pela malignidade dos espiritos infernaes; pois a maior complacencia dos artistas de intrigas he, quando dão mortaes golpes ás victimas de sua insolencia, que se distinguão em fiel amor, e firme concordia. Por isso o Poeta *Milton* no seu *Paraizo perdido* descreve sublimemente, como a origem da perdição do Genero Humano, o vil projecto do invejoso Satanaz, quando, do alto de hum Planeta viu o par ditoso de Adam e Eva em delioiosa harmonia no Jardim de Edém.

VII.

Offensa á Equidade.

Offensa á equidade se commette, quando algum usa de seu direito com rigor extremo, sem attenção ás pessoas, e circumstancias. Na Jurisprudencia Universal se formão as regras, que — o exercicio de justiça rigorosa he a maior injustiça *. — muitas cousas são

* Summa jus, summa injuria.

*licitas, mas não são honestas *.* — *Em tudo, e principalmente no direito; se deve attender à equidade **.*

Assim todo o espirito recto, e coraçaõ sensivel, se subleva e irrita contra o credor, que se prevalece da *nua letra da lei* para cobrar o que se lhe deve ainda do miseravel devedor, carregado de familia, que fica arruinada, e sem que o demandista com a execuçaõ judicial augmente a sua fortuna. He não menos detestado por deshumano o que he accusador de reos de crimes leves, e maiormente por offensa á propriedade, não sendo intoleravel a perda, quando a lei impõe pena de morte. He tambem digno de ignominia, e da nota de iniquo e desalmado, o que em tempo de guerra, esterilidade, fome, se prevalece da calamidade geral para extorquir preços desmedidos dos necessarios á vida.

Regra Geral.

Para fazermos justiça exaeta aos outros homens, convem pôrmo-nos pela imaginaçaõ em seu lugar, e considerarmos, se de bom grado receberiamos, ou soffreriamos, o mal e dano, que somos tentados a fazer-lhes por algum dos attentados expostos.

Se os homens bem guardassem o *Dever da Justiça*, a sociedade civil seria incomparavelmente mais universal, pacifica, industriosa, rica, intelligente, e virtuosa, do que tem sido, e ainda he. Pelas accumuladas injustiças dos povos, e Governos, vem a ser

incalculavel a perda, e a falta de reproducção, dos uteis productos da Natureza e Arte, e, em consequencia, o atraso da intelligencia dos homens em conhecimentos das leis e obras da creação, que alias terião por effeito do maior descanso e estudo de grande numero de pessoas não necessitadas á trabalhos mechanicos; o que he infallivel resultado da superabundancia dos bens da vida. Então seria tambem menor a necessidade do exercicio da *Benevolencia*.

C A P I T U L O XII.

Do Dever da Benevolencia.

O Author da Natureza inclina os homens para cumprirem o *dever da benevolencia*, ainda no estado salvagem *, e barbaro, onde ha abundancia dos necessarios á vida **.

A *hospitalidade rustica* he mui commun, e vasta, nos paizes agricolas, e não mui

* O Brasil deve os começos dos estabelecimentos colonias á hospitalidade que os salvagens derão a naufragantes nas Enseadas de S. Salvador, Porto Seguro, Santos.

** Hum elegante Escripior dos Estados-Unidos d'America do Norte, descrevendo os costumes dos Americanos alorigenes, reconhece, que são beneficos á seus compatriotas, e ainda á estrangeiros, quando estão certos de que não são inimigos. Elle bem sentimentalmente descreve o caracter philanthropico e generoso de hum dos Chefes de Tribu, chamado Logan, o qual francamente chamava o testemunho dos Europeos — “ Appello para qualquer *homem branco*, se jamais entrou na cabana de Logan com fome, e elle não lhe desse que comer; se jamais ahí veio com frio e nã, e que o não vestisse.” — *The Sketch Book* Geoffrey. Crayon. Vol. II. edit. London 1821 pag. 161.

* Multa licent, sed non honesta sunt.
** In omnibus, maximè in jure, requitas spectanda est.

povoados, em que ha furtura de mantimentos: se hão de se perder e destruir para o dono, he mais natural que se dêem, e que os destructe quem carece.

No estado da civilisação, o dever da beneficencia se preenche em grande latitude, com reunida força do coração, e do exemplo, pelo *interno impulso*, que quasi todas as pessoas sentem no *divino prazer de fazer-bem*, e pela *innata attivez do espirito humano*, apesar da degeneração da Especie; conforme a qual ainda os individuos das classes inferiores *instinctivamente* seguem a regra da *Sagrada Escriptura* = *melhor he dar que receber*.

A execução deste dever he de transcendente influencia na tranquillidade dos Estados, e prosperidade dos povos; porque muito contribue a dar patrocínio ao desvalimento, e corrigir a desigualdade das condições e fortunas, que he inevitavel na Organização da Sociedade Civil. Em virtude deste dever, os bens da vida espontaneamente se traspassão das mãos em que superabundão para as em que faltão. A malicia da ingratiidão tem diminuido o entusiasmo da beneficencia, e feito entre nós proverbial a sentença = *ainda ha quem faça bem, mas não ha á quem*.

Convém todavia adverter, que, supposto os actos de beneficencia sejião de natural impulso, e agradável sentimento, elles são mais o effeito da *quantidade dos bens*, que da *vontade do doador*: na verdade estes são restitciãos, e mui coarctados, pela *mingua dos mesmos*, e difficuldade de sua reprodução.

A experiencia mostra, que nos chamados *unes bons*, em que o Céo dá grande e extraordinaria colheita dos fructos da terra,

todas as classes de pessoas são beneficiadas (por assim dizer) pela *invisivel mão do creador*, em virtude do necessario effeito da *superabundancia de viveres*, e da consequente sua batateza, e prompta extração. Então os corações de todas as pessoas, (excepto os dos avaros e monopolistas) sentem vivo e irresistivel impulso de *bem-fazer*, dando do seu superfluo aos necessitados: então a abundancia reluz em todas as casas e faces; e logo tambem proporcionalmente cessão os maiores crimes, que, na maior parte, provêm da irritabilidade que a penuria occasiona nas classes que vivem das *obras de suas mãos*, e que muitas vezes não achão emprego, pela falta, ou carestia, dos fundos de mantimentos que sustentão o geral trabalho. A abundancia tem a virtude sedativa das paixões e ferezas, ainda nos animaes.

Effeito semelhante se produz pelo progresso da intelligencia dos homens (que provêm principalmente de inspiração do *Pai das lazes*) donde resulta a invenção das machinas que diminuem a necessidade de penoso trabalho braçal, o melhoramento dos processos da industria manual, e a facilidade da communicação dos povos, e circulação dos productos. Porisso nos paizes em que os Governos promovem o espirito de invenção, e a franqueza do Commercio, sendo maior a riqueza particular e publica, não só o corpo do povo tem melhor vestido, agasalho, e conforto da vida, e mais certeza de emprego productivo, ou occupação decente; mas tambem se distingue em beneficencia, e pios Estabelecimentos de Caridade Christã.

Deve-se porém notar, que não são os

unicos meios de beneficiar os *bens dos ricos*, e ainda menos o *dinheiro*, que, em todas as Nações, ainda as mais opulentas, forma a menor parte da Riqueza Nacional. *Cofre forte*, e *bolsa aberta*, não são as maiores fontes de beneficencia. As pessoas de meiocre abastança, e ainda as classes pobres, tem mui vasta esphêra de beneficencia; não só pelo seus *pequenos peculios*, mas tambem pelo seu *perenne fundo de bons officios*. Até são comuns entre os miseraveis escravos os esforços de sua caridade aos pareiros de condição. Conselhos, obsequios, cuidados, consolações, patrocínios, serviços pessoais, são recursos, que o Author da Natureza franqueou á todos, pelos sentimentos da sympathia e piedade, para socorro dos necessitados.

Os indigentes e os oprimidos muitas vezes continuão na indigencia e oppressão, meramente por não terem hum orgão, que manifeste as suas misérias, e represente as suas angustias, á quem as possa alliviar, e desaggravar. Para esse effeito às vezes basta *humna palavra*, que elles não podem dizer; *humna razão* que não sabem expôr; *humna porta aberta*, em que antes não podião entrar, afim de obterem immediato e adequado auxilio. Em taes casos, o intrepido herôe de *desinteressada* virtude he capaz de remover os maiores obstaculos á *effectiva beneficencia*; e a eloquencia de hum só *homem benevolo*, defendendo a causa de algum infeliz, com requerimento, memorial, e voz, pôde excitar no publico sentimentos de indignação contra os violentos e oppressores, e até atterrar o espirito dos tyrannos, desarmando a sua

prepotencia, á beneficio das victimas de seu despotismo.

Convenm notar, que, supposto o impulso da benevolencia seja grande, e geral na Humanidade, todavia o *absoluto desinteresse* nella, no estado decadente da nossa constituição, he de virtude heroica, e rara.

Finalmente convenm adverter, que actos ha que parecem de *beneficencia*, mas que realmente se devem considerar de *justiça*. Por exemplo: se alguem tiver pão e vestido superfluo, e outro esteja em risco de morrer de fome e frio, qual he o que tem real direito á tal pão e vestido? Quem o possui, ou quem delle carece? A razão e a Religião dictão, que, nesse caso, o que negar ao miseravel o supprimento de que vitalmente necessita, he *obrador de iniquidade*, será reservado para o *dia mdo*, e ouvirá a sentença de condemnação no *Juizo Final* = tive fome, e não me dêste de comer, tive frio, e não me dêste de vestir =.

C A P I T U L O XIII.

Do comparativo Influxo do Amor-propria, e da Benevolencia, no exercicio dos Deveres, e Negocios da Vida.

DOUS Escriptores de Inglaterra de grande nomeada sustentarão no fim do seculo passado dous systemas oppostos; *Godwin* na sua *Obra* sobre a *Justiça Politica*, e *Malthus* no seu *Ensaio* sobre o *Principio da População*. *Godwin* attribue os males e vícios da sociedade ás injustas Instituições do Governo,

que favorecem a extrema desigualdade das condições; elle affirma, que, se fossem abolidas taes Instituições, a *Benevolencia* seria a Repartidora dos bens da vida á todas as classes, nenhum individuo sentiria faltas, e anciedades pela subsistencia, e a superabundancia de huns homens suppriria logo as misérias dos outros.

Malthus propugna, que os defeitos das Instituições dos Governos são, comparativamente, inconsideraveis no influxo sobre as maiores desordens do Genero Humano, e revoluções dos Estados, que diz resultarem, por infallivel consequencia, da população excessiva, e desproporcionada aos fundos de subsistencia do paiz. Affirma, e tentou demonstrar, que, por Lei da Natureza, a *força vegetativa* das terras não só não vai ao par da *força generativa da Humanidade*, mas tambem que esta cresce na *razão geometrica* 1. 2. 3. 4. 8. &c., e aquella, não obstante a maior intelligencia e industria dos homens, apenas só procederá na razão arithmetica 1. 2. 3. 4. &c. Em virtude desta supposta Lei, (diz elle) dobrando a população nos paizes felizes em 25 annos, e ainda em menos annos, necessariamente nascem muitos milhares de homens sem terem provisão para a sua manutença. Por isso acontecem crimes atrozes pela irritação da necessidade, até que miseria, fome, peste, guerra, reduzem a população aos limites dos meios de vida. Diz mais, que são estes males os *terriveis correctivos da Natureza*, à não prevalecer em as Nações populosas a *virtude da castidade*, e muita gente não viver em celibato.

Elle até inculcou a nunca ouvida propo-

sição, que toda a pessoa que se caza sem provaeis meios de sustentar mulher, e filhos por seus rellitos, e salarios de *trabalho de-mundado*, commette *acto immoral*; visto que, por sua imprudencia, depois carrega sobre a sociedade o pezo da manutença de huma prole miseravel, que aliás não tem direito á menor porção de supprimento pelo espirito benefic. de seus concidadãos.

O mesmo Escriptor foi por tal doutrina mui censurado no seu paiz por criticos severos, que o arguirão de deshumanidade, até por-fizer applicação de tal doutrina atacando o celebrado *Estatuto dos Pobres*, que subsiste no seu paiz pela benevolencia da Rainha Isabel, e com que ainda hoje por lei se tirão mais de oito milhões de libras esterlinas (72 milhões de cruzados) da mão dos ricos para soccorro dos indigentes, em contribuição das Parochias. Aquelle Escriptor particularmente se funda, em que esta Caridade Legal, além dos abusos na distribuição, só serve de animar casamentos indiseretos, e afrouxar a industria do povo. Para diminuir o odio no Publico, publicou hum *Appendice* ao vol. II. da mencionada obra, e na pag. 417 assim explana e modifica a sua theoria paradoxal.

“O Grande Author da Natureza, na verdade, com a sabedoria que se manifesta em todas as suas obras, fazendo a *paixão do amor-proprio*, fóra de toda a comparação, mais forte que a *paixão da benevolencia*, tem-nos impellido para huma linha de conducta que he essencial á preservação da raça humana.”

“Se todos os homens que nascessem por

dessem ser adequadamente suppridos, não podemos duvidar de que Deos nos teria dado o desejo de beneficiar aos outros tão ardente como o de supprir a nós mesmos. Poderém como isso não he assim na presente constituição das cousas, elle ordenou, que cada pessoa procurasse, como o seu primario objecto, a sua propria segurança e felicidade, e a felicidade e segurança das pessoas que lhe são immediatamente connexas. He mui instructivo observar, que, à proporção he menor a esphera destas pessoas, e maior a faculdade de lhes dar effectiva assis-tencia, tambem ao mesmo tempo cresce o de-sejo da beneficencia. Por isso á respeito dos filhos, que certamente tem *direito* de reclama-rem de seus pais mantença e protecção, no geral, achamos, que o amor paterno he quasi tão forte como a *amor-proprio*; e em consequencia estamos certos, de que, (à excepção de poucos casos anomaes) ainda na extrema necessidade, a ultima porção de ali-mento será repartida pelos pais em iguaes porções entre si, e seus filhos.”

“ Por esta sabia provisão, até os mais ignorantes são conduzidos a promover a geral fecilidade, cujo alvo totalmente falharião de alcançar, se a benevolencia fôsse o principio motor de sua conducta. A benevolencia na verdade, como grande, e constante agente das obras, requer o mais perfeito conhecimento das causas e effeitos, e por tanto só pôde ser attribuição da Divindade. Se o homem, que he hum ente de tão curta-vista, tivesse por primeiro principio a benevolencia, exercendo-a indiscreta e indiscriminadamente, se precipitaria aos mais crassos erros, e

transformaria o bello cultivado terreno da sociedade civilizada em pavorosa scena de miseria e confusão.”

“Mas, ainda que a benevolencia não possa ser, no presente estado, o grande principio motor das acções humanas, com tudo ella he essencial á felicidade humana, como o suave correctivo dos males que se originão da outra mais forte paixão do amor-próprio: ella vem a ser o balsamo, a consolação, a graça da vida humana, e a fonte dos nossos mais nobres esforços na causa da virtude, e dos nossos mais puros e deliciosos prazeres.”

“ Conforme á este Systema das Leis Geraes, segundo o qual parece obrar o Ente Supremo, (excepto em poucas excepções), a paixão tão forte, e tão geral, como he a do *amor-proprio*, não podia prevalecer sem produzir muito mal parcial. Porisso, affm de prevenir que esta paixão degenerasse no odioso vicio do *Egoismo* *, fez-nos sympathizar nas dores e prazeres de nossos semelhantes, e sentir o mesmo genero de interesse na sua miseria e felicidade, como se fosse na nossa propria, ainda que em menor grão; inspirando-nos muitas vezes a pôrnosmos em seu lugar, affm de que nos possamos informar das suas necessidades, reconhecermos os seus direitos, e fazer-lhes o bem que nos he possível, quando tivermos a opportuni-

* He conveniente fazer decisiva distincção entre *amor-próprio*, e *egoísmo*; aquella paixão, sendo regulada devidamente, he a fonte de toda a industria honesta, e de todos os supprimentos necessarios e convenientes á vida; mas, se levada á excessos, vem a ser inuutil, e desagradavel, e, em consequencia, victiosa.

dade; e aſim tambem de nos lembrar continuamente, que a paixão que nos estimula a procurar abundancia para nós mesmos, não foi plantada no espirito sómente para nossa vantagem exclusiva, mas como o meio de procurar a maior possível abundancia para todos.”

“Taes parecem ser os objectos e officios da benevolencia. Em toda a situação da vida ha vasto espaço para o exercicio desta virtude; e, à proporção que cada individuo se eleva em riqueza na Sociedade, e se adianta em conhecimentos, e excellencia de character, tanto se constitue maior o seu poder de beneficiar; e à medida que menos precisa da necessaria attenção aos proprios supprimentos, tambem, entre os seus constantes motivos de acção, naturalmente recresce o desejo de exercer mais effectiva e maior beneficencia. Nas situações de alta confiança e influencia, o principio da benevolencia he o grande principio motor em todas as Instituições Publicas. Ainda que muitas vezes ha já razão de temer, que a nossa benevolencia não tome a mais benefica direcção, comtudo não devemos recear que nisso possa haver excesso na sociedade. Os fundamentos da paixão de que depende a nossa conservação, são fixos tão profundamente em a nossa natureza, que, nenhuns raciocinios, nem recursos á nossa sensibilidade, os podem essencialmente abalar.

“He por tanto justo e conveniente, que todos os positivos preceitos da Moral se ponhão da parte do mais fraco impulso, isto he, da *benevolencia*; e que nos esforcemos em estender o seu influxo, quanto estiver em

nosso poder; devendo-se todavia ao mesmo tempo constantemente vigiar, e prevenir o mal que possa resultar de sua má applicação.”

Não entrando na discussão das doutrinas dos referidos Escriptores antagonistas, por mais pertencer á Economia Politica, só farei aqui a simples reflexão, de que nunca a Moral Publica inculcou a these, de que se possa e deva exercer a benevolencia á todos os homens indistinctamente, sem gradação das nossas naturaes affinidades, (de pais, filhos, mulher e marido, benfeitores, amigos) e das suas necessidades comparativas, e ainda menos quando não existem os *fundos phisicos* para o exercicio da mesma beneficencia. Até a Lei Evangelica authorizou a regra que, a *caridade principia por nós mesmos*; e o Salvador do mundo bem declarou, que —ninguem tem tanta caridade, que exponha a vida pelos seus amigos—.

Já indiquei no cap. antecedente varios meios, pelos quaes se exerce vasta beneficencia, sem que os *fundos de alimentos* estejam no poder da pessoa benevola. He comtudo incontestavel, que esses fundos não constituem exclusivamente o supprimento dos necessarios da vida; pois o *homem não vive só do pão*. Além de que não se póde negar a verdade, que as más Instituições dos Governos obsteão muito á existencia e superabundancia dos supprimentos de todas as sortes, especialmente por odiosas restricções do commercio. Ha paizes onde Deos dá *generos cereaes* em immensa quantidade, pela fertilidade das terras, ou boas colheitas, que absolutamente se perdem por falta de exportação; entre tanto que muitos miseraveis em outros

paízes perecem de fome, ou de má e insufficiente alimento, porque os seus Governos não admitem a importação, ou a sobre-carregão de direitos prohibitivos, que equivallem á absoluta repulsa.

Felizmente no Imperio do Brasil o Creador deo tanta fertilidade ás terras, e tanta variedade de productos alimentarios de todos os climas, que, só abolição o seu prezente systema liberal, poderão deixar de haver os fundos necessarios para o exercicio da mais activa benevolencia; e ainda por muitos seculos não haverá razão de temor dos males que resultão de *população excessiva*.

C A P I T U L O XIV.

Dos Deveres á nós mesmos.

CADA individuo da Especie Humana he obrigado por Lei da Natureza a observar certos *deveres á si mesmo*; a fim de encher o destino para que recebeu do Creador a existencia, mostrando-se digno de ter entrado no Theatro do Universo, e merecer por isso a estíma, e memoria de seus semelhantes, e a felicidade á que aspira na vida temporal e eterna. A observancia destes deveres he a que constitue o *Bom Character*.

Elles se podem reduzir á — conservação propria — cultura das faculdades — senhório de si — amor da virtude. Quem não pratica estes deveres com razão se diz que — *falta á si proprio*.

Conservação propria he o primeiro dever de todo o homem: o Author da vida lhe

confiou o posto da existencia: não deve ser o desertor delle; antes incumbe-lhe pelear: o *bom certamen*, esforçando-se, quanto lhe for possível, em prevenir com sagacidade, ou soffrer com intrepidez, os males que sobre-vem na Ordem Physica e Moral; submettendo-se comtudo com resignação á *Lei da Morte*, e jámais provocando o seu fado, ou expondo-se á perigos por suas imprudencias, intemperanças, e paixões; estando ao mesmo tempo prompto a fazer o seu dever de se sacrificar pela virtude, e pela Patria, se a urgencia de circumstancias o reclamar. Os antigos Moralistas bem inculcavão a Maxima, de ser grande mal preferir a vida á honra, e, por causa da existencia, perder as razões de viver *.

Contra este dever obra o que mata a si mesmo. Tem-se questionado, se a *morte voluntaria* he acto de coragem, ou de cobardia? Se elle prova fortaleza d'alma, para desprezar a vida, ou fraqueza de coração, por não ter paciencia de soffrer tortura, ou desgraça imminente? de certo he acto de furor. O *suicidio* não differe do *homicidio*, se não he mais deshumano, e atroz enfiurecer-se alguém contra si proprio. Sem duvida só intoleravel tormento de espirito pôde instigar esse attentado. Todavia a Humanidade tem indulgencia; com razão suppondo-se, que só extrema melancolia e agonia he capaz de desfigurar a Natureza aos olhos de Suicida, à ponto de perder o mais firme e geral de todos os affectos humanos, o amor á vida.

* Summum crede nefas animam preferre pudori,
Et propter vitam, vivendi perdere causas... *Juvenal*.

No Gentilismo se considerava acto de valor o *suicídio* commetido por heróes patriotas; e o classico Moralista Latino *Seneca* louva a horrída crueldade, que Catão, vencido por Cesar, não podendo sobreviver á morte da Republica, praticou contra si mesmo, sem attenção ás lagrimas e supplicas do filho e de amigos, não só cortando-se o ventre, mas até despedaçando com as proprias mãos os intestinos. Aquelle Escripitor Estoico exclama: — Eis espectaculo digno de Deos! O varão forte lutando com a fortuna adversa —. Semelhante acto de desesperação, e por igual motivo, exerceo hum dos Heróes Machabêos vencido por *Nicanor*, como se refere na sagrada Escripтура no Liv. II. da respectiva historia Cap. XIV. v 41 e seguintes. O Historiador, sem approvar nem desapprovar a resolução desse General do Povo de Israel, que havia feito prodigios de valor para a salvação da patria, só diz que elle preferira antes *morrer nobremente*, do que ficar subdito do inimigo.

Tem-se muito agitado a Questão Moral, até que ponto o dever da *conservação propria* justifica a *defensão natural* com homicidio do injusto aggressor?

No estado da natureza he inquestionavel, que toda a pessoa tem *direito de repellar força com força*, sendo atacada, para se libertar da furia do violento, e muito mais se elle o assalta armado para tirar a vida. Não ha razão de justiça e equidade, que, em tal extremo, obrigue preferir a vida do aggressor á nossa propria vida; pois isso seria contra todos os instinctos e sentimentos da humanidade.

No estado da sociedade porém, se o ataque do injusto aggressor he feito onde a lei não pôde dar protecção, e não ha propriaveis meios de preservar a nossa vida, fugindo, ou tendo ajuda dos nossos concidãos, para se frustrar o desigño do offensor, mostrando-se imminente o perigo de vida, não se pôde considerar então possível a livre agencia moral, e se constitue justo todo o meio da nossa preservação. *

Alguns Moralistas extendem este direito em igual extremo, para a preservação da Castidade.

Não tendo a *propriedade* proporção á vida, o dever da conservação não authoriza matar ao ladrão que se contenta com furtar os bens. Pelas leis de algumas Nações he lícito matar ao *ladrão de estrada*, e ao arrombador de casa, sendo de noite.

A Moral Publica só plenamente justifica a morte de homem no primeiro caso acima exposto, e nos actos ordenados por Authoridade competente, para prender malféitores que fazem armada resistencia; supprimir tumultos da plebe; rechassar os inimigos; fazer execuções de Justiça nos condemnados em pena capital.

O dever da nossa conservação exige o cuidado da nossa saude. Assim pecca contra si mesmo o que nem tem a conveniente diéta, temperança, e pureza; nem, sobre vindo doença, procura com tempo o auxilio da Medicina. Sobre os mais deveres, acima especificados

* Os Jurisconsultos, e casuistas requerem a condição — guardada a moderação de defeza inculpada — Mas esta condição he vaga e indêfida.

cados, será mais oportuno ver-se o que adiante se exporá nos Capítulos sobre as obrigações do — Estudo das Sciencias — Senhorio de si — e Amor da Excellencia Moral.

C A P Í T U L O XV.

Dos Deveres á Humanidade.

ANtes de expor os *Deveres á certas pessoas*, que o Author da Natureza, mais immediata ou proximamente, confiou á nossos cordices officios, he conveniente notar, que a preferência destes não dispensa, nem nos desobriga, de prestar-mos á *todos os homens*, em caso de urgente necessidade, a beneficencia, que couber em nossas faculdades, seja Nacional, Estrangeiro, e Inimigo; e até de procurar promover a Geral Civilização e Felicidade, se para tanto nos sentirmos com talentos, e meios. Estes são os que se dizem *Deveres da Humanidade*.

Tem-se dito = *dur esmola não he caridade*, quando alguém he esmoler sem discricção, nem escolha, pois que tal beneficencia promove a preguiça, vadiação, e mendiciedade. — Sem duvida convem que a prudencia seja a directora de todos os nossos actos: todavia, logo que a *real miseria* se apresenta aos nossos olhos, será deshumano resistir aos impulsos do co. acção.

Mullus, cuja doutrina expendi no Cap. XIII. como seja Economista de *peito duro*, cita a regra de S. Paulo — *quem não trabalhar, não coma*, e prescindo da excusa, que o nosso Mestre da Lei Evangelica deo aos jor-

ros de Jerusalem, que arguo de ociosidade, logo que elles derão a *bua razão* — *ninguém nos aduga*. Quanto as Nações mais crescem em população, e refinada industria, tanto proporcionalmente recresce a desigualdade das fortunas, e muitos ramos de trabalho e commercio se arruinão por falta de demanda dentro e fóra de paiz; e por tanto grande numero de pessoas não achão emprego, por mais diligencias que fação. Então ha muita pobreza e miseria dos individuos, aliás industriosos, e probos: seria iniquidade tirar-se devassa da vida e costumes de cada hum para se lhes prestar soccorro, que muitos vezes deve ser instantaneo, por não admittir demora.

O mesmo Escripitor assim corrige a propria severidade no Tom. II. do seu *Ensaio sobre o Principio da População*, liv. IV. pag. 360.

“No grande curso dos successos humanos, as expectações melhor fundadas algumas vezes são mallogradas; e a industria, prudencia, e virtude, não só fálhão de seu justo premio, mas tambem são envidadas em desmerecidas calamidades. As pessoas que assim soffrem á despeito de seus mais bem dirigidos esforços para evitallos, e por causas que não poderião esperar, nem prever, são os genuinos objectos de caidade. Dando occorro á taes pessoas, exercemos o appropriado officio da benevolencia, qual he o mitigar os males parciaes, que se originão das leis geraes: em tal caso, na direcção da nossa caidade não podemos recar más consequencias. Taes pessoas devem ser auxiliadas, conforme aos nossos meios, liberal e adequadamente, ainda que os indignos sejam esfaimados.”

“He evidente que este raciocinio sômente se applica aos casos de urgente necessidade, que resultão de accidentes destruidos, que não são conexos com habitos de indolencia e improvidencia. Se alguma pessoa quebrar humma perna ou braço, não devemos demorar o seu socorro para inquirir o seu caracter moral. Correndo logo a dar-lhe o possível remedio, ponho perigo ha de animar o povo a quebrar braços, e pernas. Nisso, alem da utilidade geral, temos a approvação que Christo deo á conducta do bom *Samaritano*, que seguiu o immediato impulso da benevolencia em socorrer ao estrangeiro, no urgente caso de se achar quasi morto por ladões de estrada.”

“Todavia, em nenhum caso devemos perder a oportunidade de fazer-bem, só pela mera supposição de talvez acharmos mais digno objecto. Em todos os casos duvidosos, pôde-se com segurança estabelecer como regra do nosso dever, o seguir o natural impulso da nossa benevolencia: porém, convindo, no cumprimento das nossas obrigações, como entes racionais, attender ás consequencias das nossas acções, temos pela nossa experiencia, e pela experiencia dos outros, tirado a conclusão, que, sendo o exercicio de nossa benevolencia, quanto aos seus effectos, prejudicial em hum modo, e benéfico em outro, somos obrigados, como *agentes moraes*, a reprimir as nossas naturaes propensões em huma direcção, e animalhas em outras, adquirindo habitos de fazer estas distincções.”

CAPITULO XVI.

Discurso de Franklin sobre o Dever de beneficiar aos Povos rudes, e communicar ainda aos cultos os Benefícios da Providencia.

Dizem que Inglaterra no seu principio só produzia abrunhos. Que vantagens pois não lhe forão communicadas pela importação de fructos, sementes, raizes, hervas, animaes, e artes dos outros paizes! A isto devemos o sermos huma Nação rica, e poderosa, abundante de todas as cousas boas. Logo não temos algum *Dever* de fazer o mesmo aos outros paizes, que estão ainda no seu estado primitivo?

seu estado primitivo.

A Inglaterra he hoje a primeira Potencia Maritima do Mundo. Os seus Navios são innumeraveis, e capazes de navegarem todos os mares pelas suas fórmãs, grandeza, e força. Os nossos marinheiros são igualmente intrepidos, peritos, e fortes; destros em expor as regiões mais remotas, e promptos a fazerem viagem á paizes desconhecidos, ainda sujeitos aos maiores perigos. Os indigenas habitantes destes paizes d'America, nosos semelhantes, unicamente tem Canóas; não conhecendo o ferro, não pedem construir Navios; pouco entendem d'Astronomia, e não tem conhecimento algum d'*Agua de navegar*; ou e por isso não podem vir ter commeseo, ou alcançar algumas das nossas vantagens. A vista destas circumstancias, não estamos contentidos em algum *Deer* para com elles? Não parece que a Providencia, por aquelles distinctos favores, que já nos fez, exige de

14 ii

nós que façamos alguma cousa à favor do interesse da Sociedade!

Porque ruirão os que julgo ser de seu *dever* o pedir na Oração dominical o pão, e outros benefícios diariamente ao Céo, não julgarião igualmente ser do seu *dever* o comunicar quaesquer benefícios que tem recebido, e assim mostrar a sua gratidão ao seu (grande Beneficitor, pelos unicos meios que estão ao seu alcance, promovendo a felicidade dos outros seus filhos?

Dizem que *Ceres* fizera huma viagem por muitos paizes, para ensinar o uso do trigo, e a arte de semeallo; e que, por este unico benefício, as Nações agradecidas a deificação. Muito mais podem merecer os Ingleses esta honra, communicando o conhecimento e uso, não só do trigo, mas de todos os outros gozos, que a terra póde produzir, e que agora elles possuem. *He Obra Divina o espalhar os bens geralmente* *

Tem-se comprehendido muitas viagens á roda do Mundo com vistas de ganho, ou de roubo, ou para satisfazer o ressentimento; para procurar-nos algumas vantagens, ou para fazer damno aos outros; mas agora propõe-se huma viagem, para visitar povos distantes nas outras partes do Globo; não para os enganar e roubar, nem para se apoiar *das suas terras*, ou escravizar as suas pessoas; sim unicamente para os beneficiar, e fazer com que elles, quanto couber em nosso poder, vivão tão commodamente como nós.

Parece ser louvavel desejo, que todas as Nações da Terra se unissem por commu-

Communiter bona profunderet, Deum est.

nicação amigavel de humas com outras, e por muito troco de beneficios: porém huma Nação Commerciante deveria desejar, até pelo seu proprio interesse, a geral civilisação do Genero Humano; visto que o commercio se faz em muito maior extensão com os povos, que tem as artes, e os commodos da vida, do que com os salvagens nós. Por tanto esperamos ser nesta empreza uteis, não só ao nosso paiz, mas tambem áquelles miseraveis povos, os quaes, ainda que distantes, tem na verdade relação commosco, e cujos interesses de algum modo toção á todos que podem dizer — *Sou homem; nenhuma cousa humana me he estranha.*

Propoz em razão disso o Plano de huma *Viagem por subscripção*, a fim de se levarem os *commodos da vida*, taes como aves, porcos, cabras, gado, trigo, ferro &c., áquellas regiões remotas, que são delles destituidas, e se trazerem dos mesmos as produções que se possão cultivar com vantagem da Sociedade. Elle foi logo *subscriptor*.

C A P I T U L O XVII.

Do Dever de procurar a Gerul Civilisação, e diminuir os Males Mortaes.

Ainda que seja limitada a *esphêra da beneficencia* dos individuos, com tudo a Historia da Sociedade mostra, que Grandes Bens, e incommensuraveis Melhoramentos da Sociedade, tem vindo ás Nações pela heroica benevolencia de pessoas particulares, que não tinham representação e influencia no Theatro

Político, e que encontrarão obstáculos, que serão insuperáveis, à não sentirem em si o influxo do *Espirito de Deos*, para *virtuosa porfia* em effectuar os seus projectos philanthropicos.

Nos tempos modernos o exemplo de *Columbo* em descobrir o Mundo Novo, que occasionou á toda a Humanidade a aquisição de tantos commodos e gozos da vida, e até dos necessarios á existencia, e saude, como os *pomos da terra* (bataas) e a *Quina febrifuga*, tem causado emprezas de viagens e descobertas uteis ao progresso da civilisação; ainda que, pelo abuso dos homens, tambem tem occasionado Grandes Misérias.

O celebrado Ministro *Pitt*, disse no Parlamento de Inglaterra, que não conhecia actualmente *Maior Mal* na Sociedade Civil, do que a Authorisação do Traffico da Escravatura Africana: elle o caracterizou de CULPA NACIONAL. Porisso sustentou a Proposta da Abolição desse Traffico, que em 1788 fez o Parlamento *Wilberforce* em Inglaterra, o qual, supposto tivesse os louvores de muitos escriptores, e bons homens na Europa, teve com tudo formidavel opposição naquelle Paiz, que aliás se vangloriã do titulo (que se lhe tem dado) de *Terra Classica da Liberdade*.

Franklin, vendo igual opposição na America, considerando impossivel resistir á chamada *opinião publica* de tantos interessados na continuação do Systema de Escravatura, combateo os terribes inimigos com a *arma da ironia*, pela seguinte instructiva *Flegão*, que talvez produziu mais efficaz refutação dos antagonistas, do que se accumulasse muitas razões sérias e directas.

Franklin, tendo lido a Falla, que Mr. *Jackson* fez no Congresso sobre ninguem se intrrometer com o commercio da Escravatura, nem em melhorar a condição dos Escravos, disse, que as razões que produziu Mr. *Jackson*, erão as mesmas que elle tinha lido em huma Falla semelhante, feita havia perto de 160 annos por *Sidi Mehmet Ibrahim*, Membro do *Divan d'Alger*, oppondo-se ao Deferimento de huma *Petição*, que fez a *Seita*, chamada *Erika*, de se *abolir a pirataria*, e a *escravidão*, por serem injustas. A Falla he a seguinte.

“Alla Bismillah, &c. Deos he grande, e Mahomet he seu propheta.

“Considerou a *Seita Erika* as consequencias de se conceder a sua *Petição*? Cesando os nossos côrsos contra os Christãos, como teremos as mercadorias, que os seus paizes produzem? Se deixarmos de fazer Escravos da sua gente, quem, neste paiz ardente, hade cultivar as nossas terras? Quem hade fazer os trabalhos ordinarios da nossa Cidade, e famílias? Não seremos então escravos de nós mesmos? E não se deve mais compaixão e favor á nós Musulmanos, do que nos cães desses Christãos? Temos agora perto de 50 mil escravos em Alger. Este numero, à não haverem novos supprimentos, diminuirá, e será gradualmente aniquilhado. Ora, se deixarmos de tomar e roubar os Navios dos Infieis, e fazer escravos os seus marinheiros e passageiros, as nossas terras se tornarão de nenhum valor, por falta de cultura; os alugueis dos prédios urbanos descerão na metade; e as rendas do Governo, originadas da partilha das Prezas, se

destruirão totalmente. E para que? Para satisfazer o capricho de hum Seita fanatica, que não só desejaria que não se fizessem mais escravos, mas até que se forrassem os que possuímos? Mas quem indemnizaria os Senhores da perda? O Estado? Póde com isso o nosso Thesouro? Fará a Seita Erika essas despesas? Ou quereria ella, para fazer justiça aos Escravos, fazer humma maior injustiça aos Senhores? E, ainda mesmo libertando os nossos escravos, que se fará delles? Poucos tornarão para seus paizes; pois que conhecem mui bem as durezas, á que serão sujeitos. Não abraçaráo a nossa santa religião: não adoptaráo as nossas maneiras: o nosso povo não se manchará causando entre suas familias. Sustentalllos-hemos então, como mendigos nas ruas, e consentiremos que elles roubem os nossos bens? Homens habituados á escravidão, não trabalharão para subsistirem, á não serem forçados. E de mais: que ha de máo no seu presente estado? Não erão elles escravos nos seus paizes? Não são governados Espanha, Portugal, França, e os Estados da Italia, por Despotas, que conservão os seus Vassallos em escravidão, sem excepção? A mesma Inglaterra trata os seus marinheiros como escravos; pois que elles são, quando o governo quer, prezos e levados para os Navios de guerra, e condemnados, não só a trabalhar, mas a pelear por pequenas soldadas, ou por humma mera subsistência, de hum modo não melhor do que permiittimos aos nossos escravos. Fica por ventura peor a sua condição por terem cabido nas nossas mãos? Não: elles trocarão unicamente humma escravidão por outra, e

talvez melhor; porque são trazidos para humma terra, em que o sol do Islamismo dá a sua luz, e brilha com todo o esplendor, tendo a oportunidade de conhecerem a verdadeira doutrina, e portanto de salvarem as suas almas immortaes. Os que ficão no seu paiz não tem esta felicidade. Logo mandallos para a sua patria, seria mandallos da luz para as trevas.

“ Repito a pergunta; que se hade fazer delles? Lembrarão, que poderião ser estabelecidos no Deserto, aonde ha abundancia de terra, de que possão subsistir, e aonde florecerão como hum Estado livre. Mas duvidão; porque elles são pouco inclinados a trabalhar sem coacção; e, ignorando como hajão de firmar hum bom Governo, correrião o risco de serem molestados e destruidos pelos Arabes bravios, que outra vez os farião escravos. Presentemente, servindo-nos, cuidamos em lhes fornecer tudo, e os tratamos com humanidade. Além disto estou informado, que os trabalhadores nos seus paizes são peor alimentados, alojados, e vestidos. Portanto o estado de muitos delles está já melhorado, e não precisa de mais outro melhoramento. Aqui as suas vidas estão seguras; não são recrutados para soldados, ou forçados a degolarem-se hum aos outros, como os Christãos, nas guerras dos seus paizes. Se alguns dos nossos loucos fanaticos religiosos, que agora nos vexão com as suas estultas petições, libertarão, em hum momento de zelo égo, os seus escravos, não foi a generosidade, nem a humanidade, quem os moveo á esta acção; foi o pezado fardo dos seus peccados, suppondo que, pelos mereci-

mentos de terem feito *huma bou obra*, não seria condemnados. Quanto grosseiramente se engañão os que imaginão que a Escravidão he desaprovada no Alcorão? Ha dous preceitos, para não citar mais, = Senhores, tratai os vossos escravos com brandura: = Escravos servi á vossos senhores com alegria e fidelidade. — Procurai provas do contrario. Nem pôde ser prohibido neste sagrado livro o roubo dos infieis; pois que bem se sabe, que Deos deo o Mundo, e tudo o que elle contém, aos seus fieis Mussulmanos, os quaes hão-de gozallo de direito, tão depressa que o possão conquistar. Não ouçamos a, ainda mais detestavel, proposição da alforria dos escravos; pois, diminuindo o valor das nossas terras e casas, e privando em consequencia tantos bons cidadãos dos seus bens, produziria o descontentamento universal, e provocaria a insurreição, com perigo do Governo, e confusão geral. A' vista disto, não tenho dúvida, que este Sabio Conselho preferirá o commode e a felicidade de toda a Nação dos verdadeiros Crentes aos caprichos de huns poucos da Seita Erika, e que *indiferirá a Petição.*

O resultado foi, que o Divan resolveo, que = a doutrina de ser injustiça o roubo e a escravidão dos Christãos, *he, quando muito, problematica*; mas que *he, claro o interesse de se continuar nesta prática.* — Portanto, foi rejeitada a Petição.

CAPITULO XVIII.

Advertencia sobre a Doutrina de Dever á Humanidade.

B Em diz o Moralista Seneca = *he arte fazer o bem.*

Dous olhos he necessario se evitem na viagem do Oceano de difficuldades moraes deste mundo perversito:

O 1.º he a *indifferença dos Egoistas* á todo o Melhoramento Social, até calunniando os esforços da Philanthropia em investigar os suaves, e praticaveis, meios de desaggravar a Humanidade, e em arguir os authores e os defensores dos horridos males, que a corrupção, ou a ignorancia dos homens, tem introduzido, e perpetuado, ainda nos Estados mais cultos:

O 2.º he a *imprudencia dos Enthusiastas*, que, ainda com recta intenção, se desatitão á perigosas tentativas, e odiosos expedientes, de correção prematura, e de abolição repentina de pesimos Usos e Estatutos, sem circunspecção calculo de circumstancias, e gradual preparação dos homens para nova ordem de cousas, querendo fazer bens instantaneos, e á força, com repugnancia da Natureza, que nada faz de salto, nem contra a *Lei da Inercia*, que sempre faz resistir a materia á *força motriz* para qualquer mudança de estado, e direcção de movimento, em qualquer corpo physico, cuja Lei não opera menos effectivamente nos Corpos Moraes.

Dous terribeis exemplos bastará recordar das infastas consequencias de se exercer-

rem, intempestiva ou temerariamente, *officios á Humanidade*.

O Tráfico de Negros d'África, e o systema de cativoiro n' America, se originário da indiscreta humanidade, e erronea consciencia, do celebrado e piedoso Bispo Espanhol *Las-Casas*; o qual, para alliviar os Indios Americanos do cruel jugo de seus conquistadores, aconselhou ao Governo o fazer importar cafiaria para America, a fim da agricultura e mineração. O pessimo Exemplo foi seguido pelo Governo de Portugal, que pretextou o *direito de resgate*, para os Ethio- pes terem o beneficio da Christandade. Assim se introduzio e arraigou, de Norte á Sul do Novo Hemisferio, o cancro da Escravidão, que se entranhou nas partes vitaes do Paiz; não podendo porisso ora ser de subito arrancado, e necessitando-se de lenta e prudente *Medicina Expectante*, para cura radical do mal mortifero, sobre tudo precedendo *educação da Escravidura*, para adquirir Capacidade de destinado beneficio de Geral Emancipação.

A catastrophe da Raynha das Antilhas, e, por assim dizer, a Metamorphose das Ilhas de Sotavento em Nova Nigricia, contra o Systema Cosmologico, e Demarcação dos habitantes da Terra, conforme declara o Apostolo das Gentes nos Actos dos Apostolos *, são *Males*, que vão além de todo o calculo, e que resultarão da furia dos Enthusiastas da Revolução da França, os

* Deos de hum só homem fez todo o Geroe Humano, para que habitasse sobre toda a face da terra, assignando a ordem dos tempos, e os limites da sua habitação. — Act. Cap. XVII. v. 26.

quaes ordenarão, em momento de vertigem, na Assembleia Nacional o Decreto da immediata liberdade dos escravos, bradando os *Architectos de Ruinas = Pereção as Colonias, antes que pereção os nossos Principios*. =

X *Franklin* previu estas difficuldades, e só aconselhou a gradual abolição do *Mal*: não só por estímulos de humanidade, mas também pelos fortissimos motivos de dous principaes interesses economicos e politicos: porque a continuação do desnatural Tráfico e Systema tendia a impossibilitar o progresso da progenie puritana Europea na America, e não menos da riqueza dos Colonos; pois estes assim vinhão a pôr os seus Capitães em *fun-dos perdidos*.

O tempo insta de se cuidar seriamente sobre este assumpto no Imperio do Brasil. Quantas mais Cabeças de genuinos patriotas se desvelarem em meditar, com força de entendimento, e pureza de coração, em tão melindroso objecto, tanto he verosimil, que se descubirão os expedientes mais razoados, que concillem a necessidade de não afrouxar o presente systema do Trabalho Geral, com os deveres da Humanidade, e da Saã Politica, que dicta prevenir em tempo os naturaes effectos do *mal formidavel*, * que ainda tanto infesta o *Sul d'America*.

No juizo dos prudentes devem fazer pe-

* O Ingles *Prinsep*, Traductor e Commentator da Obra de Economia de *Jodo Baptistia Say*, assim diz em *Nota* do Liv. I. Cap. XIX pag. 224 = America has industry and territorial extent; but she has negro slavery; formidable source of mischief = The southern states, which are now cultivated by negroes, will one day probably be the scene of negro dominion, and a Thorn in the side of the giant republic.

zo as razões que se tem dado em impressos correntes no Mundo Velho e Novo para a Abolição do Tráfico da Escravatura. As mais notáveis: 1.º Impossibilita a Civilisação d'Africa: 2.º Fomenta entre os barbaros injustas guerras: 3.º Occasiona mortandade de muitos milhares de negros no transporte marítimo, pelas inexprimeis angustias do infernal Calabouço do porão das Embarcações, e pela falta do necessario á vida, para o que he vão, o de bultra facil, toda a Regulação legal: 4.º Perpetúa a notoria crueldade e immoralidade do captivo domestico, salvas as honrificas excepções dos bons senhores: 5.º Causa importação de molestias pestíferas, que destroem muitas vidas dos brancos: 6.º Desvía capitais das direcções de mais solido e perenne interesse: 7.º Estreita o circulo de cazamentos decorosos: 8.º Multiplica as *castas*, e os odios entre oriundos dos Africanos, e os da Europa e America: 9.º Augmenta, com desproporção predominante, e perigosa, o numero de escravos à respeito dos livres, ficando estes sem industria.

A' vista destas ponderações, e dos exemplos de reformas á este respeito no Continente Americano do Norte e Sul, não convém que se admitta a teima do Piloto Cabeçudo, e opiniatico, que, navegando, á panno solto, em mar procelloso, e baixão, brahdando = *não tem dívida* = contra as exhortações dos mais expertos da Companhia, emfim, submergindo-se, clama *misericórdia*, quando o *remedio he morrer*. Seja licito dizer com o Apostolo das Gentes = *em quanto he tempo, operemos o bem*.



CAPITULO XIX.

Dos Deveres Especies.

Havendo nos Capitulos antecedentes indicado os *Deveres Gêneros* de todo o individuo, passo a expor os *Deveres Especies*, que somos obrigados a prestar á *certas pessoas*, como *bons officios*, em razão de peculiares relações, que se formão pela natureza, ou por convenção: taes são os que devemos á familia, e aos benefeitores, amigos, e credores. Estas relações nos induzem a fazer *escala de preferencia*, ou *gradação de obsequios*, para que, em nossos habituaes esforços de bem-fazer aos outros, antepoñhamos, em via de regra, os interesses daquelles. aos destes. Ha tambem *Deveres Especies* de certas pessoas em razão de suas *Profissões*, que os constituem em singular relação com o Publico, e com o genero Humano; tambem exporei os mais essenciaes.

Moralistas inclinados á paradoxos, que, retirão os olhos da constituição humana, e sece-na real da vida, tem doutrinado, que, na prestação de nossos officios, só devemos atender ao absoluto direito, e superior merito das pessoas, e não ás *affinidades* que resultão da consaguinidade, naturalidade, e outras relações, que mais approximão os individuos com vinculos de afeição e gratidão; pois que, do contrario, obrariamos com *parcialidade*, e não com justiça, que não tem *acceção de pessoas*. Assim (dizem), em conficto de salvar a vida, e socorrer a necessidade de hum *Fenelon* e *Newton*, ou as

de nosso pai, e bemfeitor, talvez ignorante e nio, a pura razão dicta preferir aquellas pessoas tão uteis á sociedade, á estus que lhe tem sido improfficuas, ou prejudiciaes: differente proceder (concluem elles) he *meio egoismo*.

Tal paradoxo se refuta pela *Consciencia do Gero Humano*. Não podemos cortar *cor- das do coração*. Bastará aqui transcrever a seguinte, não menos judiciosa que elegante, doutrina de *Brera* na *Leitura LXXXVI*. Tom. IV pag. 283:

“ Deos adaptou a viveza das nossas affecções ao nosso poder de sermos beneficos: amamos mais vivamente as pessoas que nos estão mais ligadas com vinculos Moraes, e em que as nossas opporlunidades de lhes sermos uteis, são mais frequentes, e capazes de ser mais cuidadosamente applicadas ás suas particulares precieções. Os Atheos, destruidres dos laços da Natureza, pertendem excluir a *escala do deber*, que corresponde com esta *escala de affecção*, e de provavel utilidade: querem que não sejamos mais beneficos áquelles que temos em nosso poder, quasi á todo o instante, os meios de fazer mais feliz do que estão, e que, na beneficencia, só consideremos a qualidade de serem *entes humanos*, vendo com *igual affecto* o pai como estrangeiro, e o estrangeiro como pai. He difficil descobrir que metamorphose de sentimento será a mais provavel em tal *equalizada emoção*. He impossivel olhar para hum estrangeiro com igual respeito que ao pai, e bemfeitor.”

“ Na vasta Communhão do Mundo Social, cada individuo he (por assim dizer) o cen-

tro de muitos circulos. Proximo á elle está o circulo das pessoas de quem temos derivado mais felicidade, e que tambem tem em seu poder os meios de diffundirem, reciprocamente, mais felicidade, em continua permutação de bons officios. Além deste circulo estão os das outros pessoas, á que ha menos occasiões de exercicio dessa mutua benevolencia; e, quanto maior he o numero dessas circulos, e mais vasta e progressivamente se dilata a sua periphéria, tanto, na mesma proporção, se alarga a distancia do centro, e mais se estreita a capacidade de conferir e receber beneficos. Se esta escala fosse destruida, muito se minguardia a produção de felicidade; pois omitiriamos muitas opporlunidades de fazer bem aos que immediata ou proximalmente nos cercão, e teriamos o nosso sentimento de reconhecer a impossibilidade de sermos capazes de alliviar os males dos que vivem em grande distancia.

C A P I T U L O XX.

Dos Deveres d Família.

A Moral de qualquer Nação especialmente se caracteriza pela extensa execução dos *Deveres d família*, que se dizem *Virtudes Domesticas*, as quaes se praticão pelas pessoas que nos são mais affins, por ligadas pelos vinculos de sangue, e casamento. A Nação he humma Grande Família, ou Collecção de famílias, que convivem no mesmo Estado: onde ha *bons pais* — *bons fillos* — *bons irmãos* — *bons conjuges* — *bons avos*, a Nação he necessaria-

riamente composta de *bons cidadãos*. Estes são os profundos alicerces da *felicidade domestica*, que he a base da Felicidade de Estado.

C A P I T U L O XXI.

Dos Deveres dos Pais.

Os *deveres dos Pais* são os fundamentos da felicidade e perpetuidade das Nações: da sua execução depende o terem abundancia de cidadãos uteis e virtuosos para o Serviço Publico. Nada pode ser mais agradável aos chefes de familias, do que o haverem dado á Patria eomum filhos probos e idoneos *. Dar a existencia, he appresentar ao mundo hum dom do Ceo, que a Author da Vida tambem communica aos insectos e vermes, para perpetuar as raças de suas creaturas: o que dá gloria á paternidade, e á Humanidade, he que, havendo o pai recebido das mãos da Natureza hum ente rude e imperito, o ostenta depois, pelos seus cuidados, e disciplina moral, capaz de fazer grandes cousas, e póde ter honra e complacencia de o haver dado á luz.

Os capitães deveres dos pais aos fillos são *manutenção*, — *educação*, — *imparcialidade*, — *correção*, — *património*, — *exemplo* — *conselho*.

He notavel que no Decalogo, que contém os *Mandamentos da Lei de Deos*, só se declarasse no Artigo IV o preceito aos filhos de *honrarem a seus pais*, e nada se ordenasse aos pais a respeito dos filhos. Nisso porém

* Gratum est quod patrie civem, populo que dedisti, Si facis, ut patrie sit idoneus. — Juvenal.

se manifesta a sabedoria do Divino Legislador; pois parece, que, constituindo o *amor paterno* quasi tão forte como o *amor proprio*, justamente considerou ser esse natural instincto, por si só, sufficiente para terem os pais vivo impulso de promover todo e bem á seus filhos. Portanto á fraca intelligencia humana sobre isso convem pouco dizer.

A *manutenção* dos filhos he o primeiro dever obrigatorio da paternidade: o exemplo dos animaes he o mais instructivo documento, que accusa, como objecto de horror, aos progenitores que commettem o crime de abandono e infanticidio dos fructos de seu amor e prazer.

A *educação* forma segunda natureza nos homens: a boa indole he grande presente celeste; mas a boa criação he a que distingue e ente racional do mero animal. Os homens, sem a educação conveniente, mal differem dos brutos, e só ostentão força de corpo, e não capacidade de anime, e aptidão a serem uteis á seus semelhantes.

Os pais em consequencia tem o mais rigoroso dever de procurar, que os filhos entrem as suas naturaes habilidades; dando-lhes antes de tudo, instrução religiosa e civil, convencendo-os: 1.º da necessidade de terem sempre a Deos em seu entendimento, e da certeza do premio e castigo das boas e más acções na vida futura: 2.º da conveniencia de terem alguma profissão e modo de vida útil ao Estado, para viverem de producto de sua honesta industria, com independencia, quanto for possível, de mercê alheia: 3.º da importância e preferencia da virtude sobre a riqueza, e outros bens da fortuna, que

nem dão prosperidade fixa, nem paz de consciência, que he a base da real bemaventurança neste mundo: 4.º da boa razão, e constante interesse, de tratarem verdade, e proccedem com justiça, benevolência, e cordeteza com todos os homens, e, sobretudo, lealdade ao Governo, e subordinação aos seus Delegados.

Nas classes inferiores, que nem pódem ter os meios para educação scientifica, e nem o seria conveniente, pela necessidade dos assíduos trabalhos mechanicos, para o supprimento da communidade, o mais urgente dever dos pais he fazer aos filhos aprender e exercitar algum officio, ou emprego manual, para ganharem seu pão, e não se rem a cargo do Publico, nem por sua inhabilidade, e vadiação, se precipitarem á viciosa e crimes. Porisso em Athenas se estabeleceu a Lei, que, se o Pai não tivesse mandado ensinar ao filho alguma arte util, não poderia obrigar depois a este a lhe prestar manutença na velhice.

Onde houverem gratuitas Escolas das *Primeiras Letras*, os Pais devem mandar á ellas a seus filhos, para se aproveitarem da beneficencia do Governo, ou dos Beneficentres que fundarão esses Pios Estabelecimentos; afim de que, quanto for possível, o corpo do povo tenha (como disse Salamão nos seus Proverbios) o *pão da vida, e do entendimento*.

A *imparcialidade* he dever paterno digno da attenção: a predilecção que muitos pais manifestão á alguns de seus filhos, com desden dos outros que aliás não desmerecem o seu amor igual, tem sido causa de grandes desordens nas familias.

A *correção* he dos mais impreteriveis deveres dos pais aos filhos; por ser necessaria ao exercicio da natural autoridade do Chefe da familia, o qual tem hum magistratura domestica, de virtual commissão da Authoridade Suprema do Estado, (originariamente patriarchal) que justamente confia e descansa no zelo da paternidade, o qual, em via de regra, he sempre temperado com o cordial amor da prole, para não degenerar em defeito, e excesso. Sem essa autoridade em dóse racionavel, nem póde haver paz na casa, nem subordinação na familia, nem complemento do destino da filiação. He sentença do Pai celeste na Escriptura Sagrada — *á quem amo, corrêjo*.

Importa com tudo á honra das familias, e á tranquillidade do Estado, que os pais não sejam verdugos dos filhos, erigindo-se em padraستos e despotas, com dureza e tyrannia insupportavel. Na verdade, especialmente nas classes infimas, ha muitas vezes pessimo tratamento dos pais aos filhos, a quem affligem e flagellão, considerando consistir nisso a *boa criação*. Sem duvida o amor paterno póe grande pezo na balança do rigor do governo domestico, para moderação no castigo: porém não faltão casos de injustiça e crueldade á esse respeito, sobre que as Leis não tem provido, confiado mais na regra, que nas excepções. Alguns se queixão de terem *mdos filhos*; mas talvez, em exame, se ache, que elles são *peiores pais*, e que tratão os filhos com tanta ou maior violencia que os senhores dyscolos aos escravos obedientes.

O *património* he objecto do dever aos pais, que podem com sua *activa industria* e

prudente (não sordida) *economia*, reservar *provisão* para melhora de sorte, ou perpetuidade de manutenção dos filhos, e afim também de poderem continuar, e crescer, as famílias no Estado. Nas classes inferiores, que vivem do salario de seu trabalho, he mais difficil a accumulção de capitães, para fazer *patrimônios* em fundos de bens de raiz, ou moveis, a fim de os filhos viverem dos rendimentos; todavia a riqueza das Nações, em incalculavel parte, resulta das sobredividas duas fontes, que insensivelmente se engrossão, como os ténues vapores vem por fim a formar, ou as densas nuvens, que brotão chuueiros, ou os doces orvalhos, que avivão a vegetação, e refresco a terra. Os pais dissipadores offendem este dever, não concorrendo para a possível elevação dos filhos no theatro social.

A Leis civis tem provido contra a prodigalidade dos pais dissipadores, e contra a falta de igualdade na divisão dos patrimonios dos filhos, por dotes, doações, ou disposições testamentárias, dando á estes a *que-rela de testamento inofficioso* contra a injusta desherdação, ou preterição ignominiosa. A Moral Publica he a melhor correctora de taes anomalias.

Não entro aqui na questão, se o pai offende o dever da paternidade, procurando vincular os seus bens, constituindo Morgadiá, a fim de ser o primogenito o unico seu successor, e administrador do Patrimonio do Casal. O Professor de Moral *Bruun* no Tom. IV. da sua Obra (que tenho muitas vezes citado) na *Leitura LXXXVII* pag. 209 argues, como transgressor de seu dever, ao pai

que, para enriquecer a hum filho, empobrece a todos os outros na distribuição da sua herança. — Isto he caso complicado de moralidade civil, principalmente nos Estados de *Constituição Monarchica*; em que he essencial a perpetuidade da Nobreza hereditaria. A *divisão das terras* — por glebas — á cada filho só pôde fazer *Nação de mendigos*.

O *exemplo* he o expediente mais efficaz para produzir familias honestas: elle he o *Padrão e Farol*, sempre visivel, para que todos os filhos olhão dia, e noite. He quasi impossivel formarem-se filhos virtuosos, sendo os pais viciosos. Isto he de intuitiva, e prática evidencia. Sobre a natural depravidade da natureza humana perversida, o instincto de imitação nos induz a seguir antes os máos, que os bons exemplos.

Deve-se aos meninos maxima reverencia; e por isso os pais devem ter a maior diligencia em *acção e palavra* diante de seus filhos, para que nada vejam, ou ouçam, que seja deshonesto, violento, destemperado, ridiculo, criminoso: do contrario, se alarga o imperio da immoralidade, e a *Orbita da Culpa* *.

* He sublime idéa e phrase do Poeta Juvenal na *Satira XIV. v. 32* — 39. Aqui transcrevo a inteira passagem para os Leitores amantes da classica *Litteratura Latina*.

Corruptum vitiorum exempla domestica, magnis
Cum subeunt animos auctoribus. Unus et alter
Forstian haec spernant juvenes, quibus arte benigna,
Et meliore luto, finit precordia Titan;
Sed reliquos fugienda patrum vestigia ducunt,
Et monstrata diu veteris trahit orbita culpae.
Abstineas igitur dammandis; hujus enim vel
Una potens ratio est, — ne crimina nostra sequantur
Ex nobis geniti; quoniam dociles imitantis

O *conselho* he finalmente hum dos deveres do Pai, se este tem capacidade de o dar, e de bom modo, aos filhos, quando pertencem obrar com imprudencia. Este arbitrio he quasi sempre de mais feliz effeito nos filhos que chegarão ao uso da *razão*, do que o *absolutismo do patrio poder*, concedido, em maior ou menor extensão, pelos Legisladores. He inutil, e injusto empregar este poder em forçar *vocações*, e fazer ou impedir *esacramentos* contra o genio, e inclinação dos filhos; sobre taes objectos, he imprudente o duro exercicio de authoridade, ainda que palliada pelo motivo de amor paterno. Estas são as duas principaes causas de discordia das familias.

C A P I T U L O XXII.

Dos Deveres dos Filhos.

Os filhos, legitimos, ou naturaes, são obrigados a observar à respeito de seus pais os impreteriveis deveres de *obediencia* em tudo que for factivel, e não opposto á Lei de Deos, e do Estado; *honra*, não os mal-dizendo, nem descobrindo os seus defeitos; *reverencia*, prestando-lhes todos os signaes de veneração; *affecto*, manifestando-lhes pe-

Turpibus ac pravis omnes sumus, et Castilnam
Quocunque in populo videas, quocunque sub axe;
Sed nec Brutus erit, Bruti nec avunculus usquam.
Maxima debetur puero reverentia: si quid
Turpe paras, ne tu puero contempseris animum,
Sed peccatum obsistat tibi filius infans.

Juven.

rene gratidão, como aos seus primeiros e assíduos benfeitores; *pietade filial*, distinguindo-os nas companhias, mantendo-os em suas necessidades; obsequiando-os na sua velhice, antepondo os seus commodos e confortos ainda ás proprias carencias, supportando as suas durezas, e impertinencias. Estes deveres não são menos urgentes aos filhos emancipados.

C A P I T U L O XXIII.

Dos Deveres dos Conjuges.

Muita amizade, e reciproca fidelidade, são os essenciaes Deveres da União Conjugal, e as garantias da sua perpetuidade. O casamento dos Conjuges ás mais das vezes he motivado por amor, quasi sempre pelo respeito, e frequentemente pelo interesse do Dote, ou Património, que se diz indispensavel a sustentar os encargos do Matrimonio, e, em via de regra, pela natural crença da probidade e honestidade do marido e mulher. Se estas qualidades permanecem, a aliança conjugal he feliz, e o sereno sentimento de estima e amizade persevera até a morte do par ditoso.

A Moral Publica tem sido em todos os seculos e paizes mais severa em condemnar a infidelidade da mulher que a do marido; e com razão. O Mundo não dá approvação ao marido libertino; mas he lhe indulgente, se não he escandaloso, e não falta ao decoro de sua virtuosa esposa, e ao supprimento

da casa: elle não pôe a honra das mulheres casadas na castidade dos consortes; mas, ao contrario, pôe a honra dos homens nesta virtude do bello sexo, que lhe he a mais essencial, e menos difficil.

Ha outros *deveres* que se podem intitular subsidiarios, que são os fiadores da amizade, e fidelidade conjugal, e vem a ser *renda* — *economia* — *discrição* — *condescendencia* — *limpeza* — *prudencia*.

He precisa: 1.º sufficiente *renda* da casa, derivada da arte, profissão, ou propriedade, para os conjuges poderem manter a si e a seus filhos, com a decencia propria de sua condição: 2.º *economia*, para, ao menos, encerrarem a sua despesa dentro da sua receita: 3.º *discrição* na intimidade, para que não degenerem em vulgar e nimia familiaridade, que he *causa de menos prezo*: 4.º *condescendencia* nos artigos de capricho, que não seja irracional, até com mutua indulgencia aos defeitos de caracter: 5.º *limpeza*, de corpo, vestido, aposento, que he a sombra da pureza de coração, entendimento, e vontade: 6.º *prudencia*, inimiga da lascivia, que perverte a honestidade.

Sem estas solidarias garantias, os conjuges se constituem desamados, e desamáveis, e he mui difficil, se não impossivel, haver perenne amizade e fidelidade conjugal: antes, ao contrario, a discórdia, mais cedo ou tarde, deshonra, antipathia, má educação e miseria dos filhos, são as naturaes consequências da falta destes deveres subsidiarios.

Malthus no seu *Ensaio sobre o Principio da População*. Liv. III. Cap. II. diz que “a mui natural razão porque, na censura do

mundo, a violação da castidade traz maior deshonra á mulher que ao homem, he porque, não se podendo esperar que as mulheres tenham os recursos sufficientes para sustentar a seus filhos, se o seductor fizer della abandono, aquellos filhos, ou perecerão de fome, ou serão á cargo do Estado. Além de que a mãe sempre he certa, e o pai o não he: em consequencia, como a prova da culpa he mais completa na mulher que no homem, ella deve tambem ter a maior parte da ignominia, por infelicitar a quem deo a existencia.” — Acresce a enorme injustiça da mulher casada, que, pela sua infidelidade, e viania do *parto supposto*, impõe o fardo da paternidade ao marido.

C A P I T U L O XXIV.

Dos Deveres dos Irmãos, e Parentes.

OS irmãos são os fructos do amor conjugal, e os companheiros de nossos brincos na infancia, estudos na adolescencia, serviços na virilidade. Devemos-lhes porisso a *caridade fraterna*.

He rara a concórdia de Irmãos = diz-se em proverbio no Fôro: todavia não tem fundamento em a Natureza, nem na Sociedade. Ha sem duvida mãos exemplos á esse respeito, especialmente originados de indoles anômalas, parcialidade dos pais, e desigualdade em partilha de herança: porém, no geral, os irmãos são benevolos, e prestadios aos outros; e nas familias de regular

educação, prevalece o ponto d'honra da boa Irmãdade.

Pela ordinaria prática de harmonia o fidelidade reciproca dos filhos bem criados, a Jurisprudencia Civil estabeleceu a regra, de que *os socios são havidos por irmãos*; e por isso, quando hum socio he infiel a outro socio, na censura de Direito, se nota de infamia. Pela mesma razão as Comunidades Religiosas, e as Pias Cofradias, se intitulaõ *Irmãdades*, e os seus Membros *irmãos*. Tal he a regra commun; o extrvio he extraordinario, e caso de excepção, que o juizo publico reprovava.

Até onde as leis authorizão o Estabelecimento de bens, vinculados, para perpetuidade da Nobreza das Familias, sempre obrigão ao Primogenito, ou legitimo successor do Morgado, a dar congruas mezadas aos outros irmãos; e raro he o verdadeiramente Nobre, que não considere ser de sua honra promover a felicidade de seus irmãos, pela influencia da propria pessoa, dignidade, e riqueza.

Ainda nos patrimonios hereditarios livres, a experiencia mostra, que, sendo os irmãos de senso recto, e capazes de bem entenderem os interesses de familia, unido, e não desmembrando, o casal, melhor conservão, augmentão, e transmitem as paternas herdades á seus descendentes ou parentes, e elles tem representação no mundo. Este bom effeito, que dá estabilidade e consideração ás casas, seria mais commun, se fosse attendido sempre o Conselho de Salomão = *o irmão que he ajudado pelo irmão, he como a Cidade fortificada*.

A parentela tem immediata affnidade á familia. Até no vulgo se reconhece a vantagem de ter o que se diz — *rede de parentes*. He portanto de razão, e de honra, que os parentes ricos e abastados não desprezem, antes estimem e beneficiem, os parentes pobres. Este he o dictame da Natureza; e por isso toda pessoa de caracter não acha mais digno meio de recomendar a outro que dizer — *he meu parente*.

C A P I T U L O XXV.

Dos Deveres aos Benefictores.

So Deos he Benefactor puro, e o *Pader de tudo, de graça*. Os homens, fazendo bem aos outros, tem o olho na retribuição, e, muitas vezes, mais mercadeção do que benefício *. Por isso os que blazonão de beneficicos, tanto se queixão de ingratos, mostrando-se aliás *usurpatores*, ou meros pescadores, que (segundo diz o Moralista Seneca) = *lanção o anzol para maior pescado*.

O mesmo Moralista nota, que os que mais se queixão de ingratos, são elles mesmos os que os formão, seja pelo não modo ou retardo do beneficio, seja pelo sinistro desígnio, para o fim de fazerem *partido* com muitos apariguados, parasitos, e devotos, considerando-os como servis instrumentos de caprichos, e planos de ambição. Em tal caso, os beneficios só impõe o ferrete da

* Isto só se entende dos beneficios de meio favor, e não das obras de caridade e misericórdia, que se fazem por natural sympathia.

ignominia aos que se maculão com o accete.

Por senso commun se entende, que o recebedor do beneficio contrahê humã divida para futura retribuição ao doador, pelo menos de louvor e obsequio sem limite. Os benfeitores pois se constituem credores de *foro perpetuo* de hum agradecimento indefinido. Os benfeitores de honra e delicadeza poupão, quanto lhes he possível, a mortificação e vergonha dos beneficiados; visto que, na recepção da beneficencia, estes sentem que se humilhão, manifestando a propria necessidade, e inferioridade de condição. E quantos se dizem benfeitores, porque promoveirão, ou influirão na promoção á empregos, a pessoas dignas, quando aliás só lhes fizerão justiça, e talvez não completa, e isso pela urgencia da supplica?

Contudo he de juizo do Genere Humano condemnar a ingratidão, de qualquer modo que se commetta. He sentença vulgar = quem diz *ingrato*, diz tudo que he *indigno* =. O primeiro grão de ingratidão he não confessar o beneficio; o segundo negallo; o terceiro mal-dizer, e calumniar o benfeitor: se a ingratidão vai á maior vileza, e malfeitoria, todo o mundo argue ao nefario character, de quem assim obra, qualificando-o de *monstro de ingratidão*, particularmente se, (como muitas vezes acontece) lhe deve toda a sua fortuna.

Felizmente a gratidão he sentimento muito predominante na sociedade: se ella não prevalecesse nos Estados cultos, muito se diminuiria a somma da beneficencia, e prosperidade dos homens.

Convém todavia advertir, que só os bem-

feitores virtuosos, e não os vangloriosos, ou interesseiros, podem ter *estima cordial* dos beneficiados; por ser esta de privativa e exclusiva homenagem á virtude. Embora se dêem *montes de ouro*; se o Benfeitor he de máo nome, apenas he credor de respeito e obsequio, mas não de culto de coração. Os genuinos objectos do agradecimento não são tanto as *mãos cheias*, como as *mãos puras*.

C A P I T U L O XXVI.

Dos Deveres aos amigos.

O *Amigo he outro eu* —: este adagio de *ficção moral*, tem muito contribuido ao bem da Sociedade.

Os verdadeiros amigos são muitas vezes iguaes, ou maiores, benfeitores que os pais. Como nossos conselheiros, consoladores, e depositarios de communicações confidenciaes, exercem genuina beneficencia, e se devem considerar como grandes confortadores da vida. Pelo que contrahimos com elles obrigação igual á que temos para com os nossos benfeitores.

Tem-se tanto escripto sobre as vantagens e delicias da amizade; e ao mesmo tempo sobre a raridade de amigos verdadeiros, e facilidade de sua desharmonia, e desunião, que he superfluo especializar aqui os seus deveres. Bastará dizer, que hum dos signaes de *bom character* he a firmeza de amizade. Nos paizes de melhor moral até he ponto de honra conservar *amizades hereditarias*. Sallomão bem aconselhou = não deixes o teu amigo, nem o amigo de teu pai.

O progresso da civilisação, que tem introduzido e multiplicando *companiis domesticas*, e *Sociedades litterarias*, tem muito alargado a esphera dos amigos, e conhecidos, que, posto não sejam de intensa amizade, com tudo muito cooperão para fertilisar as nossas relações patrioticas, e estender o circulo de mutua complacencia, estabilidade, e delicia, e até de interesses da vida. A tues pessoas devemos não só urbanidade e politiez, mas tambem particulares respeito e obsequios.

Convém ter sempre em vista a Regra Moral. = Devemos procurar por bons maneiras, credito de probidade e intelligencia, e bons officios, que todos os conedadiões sejam nossos amigos, nenhum inimigo.

Como são raros os amigos intimos, e perfeitamente virtuosos, a experiencia confirma a regra do Principe dos Oradores de Athenas, *Demosthenes*, de tratar os amigos com prudente reserva, como se em algum tempo se possão converter em inimigos. Tem-se visto amigos trahir amigos, e machinar-lhes perdição. Porisso convém não perder jámais de vista o conselho dos antigos = *o teu segredo á ti só.*

Tueto, o grande conhecedor dos homens, e pintor dos successos no grande Theatro do Imperio Romano, referindo a negra traição de hum amigo, aliás literato, que accusou a seu amigo, sem causa, de leza-ma-gestade, bem adverte aos sinceros precau-cionarem-se contra os amigos falsos *.

* Deit exemplum precaverendi, quonodo fraudibus involutos, et flagitiis commaculatos, sic specie bonarum artium falsos, et amicitie fallaces. Ann. XIV. 32.

C A P I T U L O XXVII.

Dos Deveres dos Contractantes.

CADA homem deseja muito, e pôde muito pouco. Por tanto, desde a origem da sociedade, precisou de contractar com seus semelhantes, tanto para cooperar para alguma empreza, reunindo as respectivas habilidades e forças, para mutua defensão contra os brutos, e violentos; como tambem effectuarem algum trabalho de caça, pesca, ro-sado, plantação, ou outra manual tarefa, e entre si distribuirem, em justa partilha, o producto do mesmo trabalho, prometendo para esse fim fazer ou dar alguma cousa.

Quanto mais se multiplicão os homens com variados talentos e meios de produzir, e consequentemente de bem fazer, tanto proporcionalmente se augmenta o numero de semelhantes transacções, e promessas, contando cada pessoa com a moral certeza da boa fé dos ajustes, e pontualidade na sua observancia. Então se estabelece a geral confidencia, e, segundo o proverbio do vulgo, o cumprimento dos accórdos *vai de ródã.*

Parando esta ródã pela frequencia da quebrã da fé dada, na mesma medida se afrouxa a confiança de homem á homem, com proporcional paralyisia no interesse e circulo dos trabalhos, e seus productos. Dahi resulta necessariamente o retrocesso da Industria e Riqueza Nacional, e da População, que por ella se promove e aviventa. Humã das cousas que mais contribue a formar o Character de hum Povo, he a execução da fé dada nos contractos legittimos. Este sentimento

he tão natural, e os seus bons effeitos de tão pratica e intuitiva evidencia, que ainda no vulgo se diz, como hum dos maiores elogios á qualquer individuo, — *he homem de palavra*. Pelo que o cumprimento dos deveres dos Contractantes faz mui essencial parte da Moral Publica.

Paley nos seus Principios da Sciencia Moral e Politica tom. I. cap. V. assim expõe este dever. “Os homens obrão por expectativa; e esta he, na maior parte dos casos, determinada pelas seguranças e promessas que recebemos dos outros. Se não se pudesse confiar em taes empenhos contrahidos, seria impossivel saber, que juizo se devia formar de muitos successos futuros, ou como devamos regular nossa conducta a respeito delles. Por tanto a confidencia na fé dada he essencial ao commercio da vida humana; pois que, sem ella, grande parte da nossa conducta procedería por hazard, ou mera casualidade. Ora não se poderia ter fé na promessas, se os homens não fossem obrigados a cumpri-las.”

Quanto hum Nação mais aspira a ter commercio interno e externo, tanto he do seu maior interesse ter o credito de *Nação de palavra*: então vem a ser o centro da confiança de muitos individuos e povos, para os mais expeditos, e grandes Negocios. Testemunha Inglaterra, que, á este respeito, he tencibecido ter decisiva superioridade e vantagem sobre as mais Nações.

A necessidade da execução dos deveres dos contractantes, presuppõe serem os contractos *licitos, e honestos*, e não fraudulentos, leoninos, e de *má fé*, que são de

muitas sortes. Sobre este ponto pertence á Jurisprudencia civil a devida regulação.

O que falta ao contracto valido, offende a justiça, violando a confidencia da Humanidade, como já fica acima indicando no Cap. XI. pag. 64.

Os credores se podem considerar benfeitores, quando emprestão com justiça, e exigem o pagamento com equidade; e com razão. Quantas pessoas devem á seus credores o beneficio de redempção de seu credito, e a prevenção de sua ruina?

Por naturaes sentimentos, o homem prudente, pela ativez de espirito, não se empenha em dividas grandes sem necessidade, e sente estimulo de honra para satisfação em opportuno tempo. Esse timbre até se achava nas classes inferiores. Onde esse timbre não he geral, os ricos capitalistas são duros de coração, e enthesouradores; e os pobres industriosos não achão quem (segundo entre nós se diz) lhes dê a mão.

Ha devedores que são generosos, e benfeitores, sem primeiro pagar suas dividas. Nisso, sendo *liberes de alheio*, commettem *offensa moral*. As Leis por isso tem provido contra as doações feitas em *grande dos credores*.

Toda a pessoa de probidade deve seguir o exemplo do celebrado justo patriota de Athenas, *Phocion*. Rogando-se-lhe hum beneficio, respondeu: = Pedi aos ricos; quanto á mim, pausar-me-hia vergonha, se eu dêsse á alguém cousa alguma, antes de pagar á *Calicles* (Banqueiro) o dinheiro que me emprestou. = Plutarcho assim refere na Vida de *Phocion*. Eis boa *Lição Moral*, especialmente para os Homens Publicos!

CAPITULO XXVIII.

Dos Deveres dos Homens de Negocio.

A Sociedade Civil muito deve o seu actual estado de communicação da Humanidade á tres invenções dos intitulados *Homens de Negocio*; e são as Letras de Cambio, — as Apolices de Seguro, — as Notas do Banco: ellas tem constituido aos Negociantes da primeira classe os *Centros das Ordens*, que animão as mais arduas especulações terrestres e marítimas, e põe em activo movimento a industria e riqueza do Mundo.

Modernamente he tão universal, e reconhecida a utilidade da Proffissão do Commercio, e ainda o seu illustre ascendente, sendo feito *em grande*, que já se tem feito proverbial a expressão de — *boa fé mercantil*, para significar *pureza de palavra*, e *pontualidade* de execução, nos contractos commerciaes.

Até ha exemplo na Europa de Casa de Commercio (a de *Medici's*) se elevar á hum dos Thronos da Italia; e em outros Estados serem os Capitalistas Commerciantes os Suppriedores dos Monarchas, para as grandes operações politicas. Em Hollanda e Inglaterra se tem visto Companhias de Commercio possuirem vastos Imperios n'Asia; e as Praças de Amsterdão e Londres terem o real *commando das Minas do Novo Mundo*. Tal he a Magica, á que o Mestre de Alexandre Magno deo o titulo de — *Chrusocera-cia*, ou *Potencia do Ouro*.

Eis o lado brilhante do Quadro da Proffissão dos Negociantes! E o lado escuro do

reverso terá igual elogio? Que se dirá do seu Esquinto de Monopolio; do Trafico de Sangue Humano d'Africa; das Bancarrôtas de má fé; das Simulações do *Empresta-Nomes*, e *Testas de Ferro*; dos Contrabandos na paz e nas guerra; dos Descontos usurarios; dos Contractos Leoninos; das Facturas Falsificadas; das Bandeiras Neutras Fraudulentas; dos falsos Juramentos nas Alfandegas para se fraudarem os Direitos e Regulamentos?

Nestes painéis comparativos dos bens e males que se notão na proffissão do Commercio, bem se manifestão os *deveres* e os *defeitos*, da que a Lei Patria honra com o titulo de — *Nobre Proffissão do Commercio*.

Nada direi do que entre nós se chamão *Traficantes*, cuja regra he — *faltar á minha palavra por amor de minha consciencia*; — e fazer toda a especie de adulteração e fraude nas mercadorias, e convenções; habitando-se á mentira e perfidia, prevalecendo-se das diarias necessidades do povo, quasi sem remorsos da consciencia. Só vigilante Policia correccional pôde effcazmente coadjuvar a Moral Publica contra a inveterada, e quasi inextinguivel, perversidade de Taverneiros.

CAPITULO XXIX.

Dos Deveres dos Homens Publicos.

Os Homens Publicos com razão se podem considerar contractantes com o Governo, que he o Representante da Nação, e que os escolhe, ou ordinariamente os accetta pela oferta que fazem de seu prestimo ao Serviço

Público. Para maior confiança, e firmeza deste contracto, he usual exigir-se *juramento do officio* de — *bem e fielmente cumprirem os deveres de seu emprego.* Até o soldado, quando assenta praça, presta o *Juramento das Bandeiras*. Este laço religioso acrescenta novo e sagrado vinculo á obrigação contrahida, afim de superior confiança do Estado no cumprimento dos respectivos deveres.

Cada Homem Público he portanto em consciencia obrigado a guardar o seu Regimento, e as Ordens do Governo, ou de seus Delegados, nos casos omissoes na Lei. Para esse effeito deve instruir-se nas materias da Repartição á que pertence, afim de não proceder mal por ignorancia. Não se pôde certificar, se a malicia, ou a impericia, tem sido mais pernicioza ao Serviço Nacional.

A Immoralidade dos Empregados provém, em grande, se não maior, parte, da sua inhabilidade, ou de falsa sciencia, que ainda he peor que a ignorancia. *Cicero* attribue, como humna das causas da decadencia da Republica Romana, a incuria dos estudos necessarios á maior parte dos Empregados Públicos, e dos que tinham pela constituição o direito de entrarem no Senado, devendo aliás ser exemplares em pericia e probidade. *

O Corpo da Magistratura com especialidade deve ser instruido nas Leis, para bem administrar a justiça, e não faltar ao direi-

* Plerumque ad honores adipsendos, et ad rempublicam gerendam, nudi veniunt et inerme, nulla cognitione rerum, nulla scientia ornat. — *Senatoribus ordo vitio caret; ceteris, specimines-ait: veniat quidem in eum ordinem quisquam vitio particeps.* — *Cic. de Legibus lib. III Cap. 12 e 13.*

to de cada hum. Em todo o tempo e paiz sempre foi hum Corpo respeitavel, e respeitado; porém modernamente em alguns paizes humi geral e clamorosa queixa de conter nelle muitos, que no Evangelho o nosso Salvador caracterizou de *Juizes iniquos, que não temem a Deos, nem aos homens*. Que tremenda responsabilidade está sobre suas cabeças, e almas, se mal julgão por injustos e ignorantes? Como poderão indemnizar os damnos irreparaveis, que às vezes causão com suas sentenças! Actualmente em a nossa Constituição se considera o Corpo da Magistratura revestido do *Poder Judiciario*, com Privilegio Exclusivo, e independencia do Governo; assim *a fozenda, honra, e vida do poço, se põe sob o poder de poucos*, cujo interesse particular quasi está em conflicto com o interesse Público, pelo, em toda a Idade, e Nação, arguido *Espirito de Corpo*. Pertence á Politica conciliar taes interesses. Tem-se exigido ser para isso melhor o *Sistema dos Jurados*. Não pertence aos Moralistas, mas aos Estadistas, decidillo: elle não exclue os *Juizes de Direito*.

A Moralidade Publica se mostrará tanto mais extensa, quanto for mais apurada, e houverem menos demandas, ou estas se decidirem por Arbitros escolhidos á aprazimento das Partes.

Per-deceto dos Governos, não farei mais reflexões, que aqui vinhão em tropel. Baste dizer, que a mesma Moral Publica exige, que, para a dignidade da Magistratura, e prevenção de venalidade, os Magistrados tenham Ordenados do Thesouro em Congrua competente aos respectivos predicamentos, e

com attenção ás circumstancias do lugar e tempo. Até em Roma se notou á Catão o ir ao Senado de pé nu. A parcimonia do Governo a esse respeito he a peor especie da Economia, de que a Nação vem a ser victima. He vão e absurdo esperar milagres de virtudes nos Homens Publicos, estando apunhalados de necessidades reaes, ou facieiras, que o estado da civilisação, e do paiz, põe na mesma linha das carencias absolutas *.

Por fim já mais convem perdere[m] de vista os Homens Publicos, que o destino de seus Empregos he só o Serviço e Interesse Publico, á que devem sacrificar a sua conveniencia e utilidade particular. Isto, e isto, he o que forma em Nações de caracter, o que por excellencia se intitula = *Espírito Publico* =: o seu bom serviço e exemplo vem tambem a se constituirem os penhores dos bons costumes do povo.

C A P I T U L O XXX.

Dos Deveres dos Homens de Letras.

Conhecimento he poder **, e especialmente o poder de bem fazer; tanto porque alarga a

* Seja licito aqui memorar huma das cenpuras que fez o Orador Vieira em huma dos Sermões ante a Corte de ElRei D. João IV sobre a mesquinhaeria dos ordenados da Magistratura. Dizia elle — “ O que o Rei dá, mal chega para subsistirem os Juizes huma quarta parte do anno; e quem dará a despeza das outras tres partes? *As Partes.*” Em nenhum paiz os Magistrados são mais liberalmente pagos pelo Governo como em Inglaterra: porisso ali he tão grande a veneração dos Corregedores e dos Tribunaes, que a maior parte das sentenças se fundão mais em Arescos ou Casos Julgados, que em Estatutos, ou Regulamentos.

** Memoravel dito de Bacon.

esphera de imperio que o sabio tem sobre a Natureza corporea, modificando os seus productos para os usos da Sociedade; e porque ao mesmo tempo estende o imperio do homem sobre os proprios appetites inferiores, e paixões desordenadas, que doma e rege, sem que, não he possível a execução dos seus deveres.

Homens de Letras, em geral, são os Estudiosos da Literatura, que se dizem viver *das suas letras*, *receptendo a sua subsistencia* e honra do Publico, e não immediatamente do Governo. Elles são os *Veneros*, donde o Soberano possa bem escolher os Empregados do Estado, conforme aos respectivos prestimos, pelo credito no povo, que não deixa ordinariamente de se manifestar com justo critério da verdade do merito. Taes são os Medicos, Advogados, Mestres, Escriptores.

O mais sabio dos antigos Reis bem disse em seus Proverbios: = O intelligente governará o leme = A salvação dos Estados está na multidão dos sabios =. Por mais que se contradiga esta verdade de intuitiva e experimental evidencia, o *facto* he, que nenhum Negociante entrega o seu Navio e cabedal á Pilotagem e Consignatario nescio: nem Soberano o Gabinete o Exercito á Ministro e Capitão ignorante. Do contrario, vem infallivelmente a serem victimas de sua arbitrariedade, ou imprudencia.

CAPÍTULO XXXI.

Das Deveres dos Médicos.

O Medico he o substituto da Providencia: tem á seu cargo a saude do Povo. Diz a Escripura — *Honra o Medico pela necessidade* —. Na verdade o bom Medico deve ser hum dos homens mais instruidos nas verdadeiras sciencias, que tem por objecto o conhecimento das leis da natureza, e das virtudes dos remédios, que a Divina Bondade prodigalisou no Theatro do Mundo, e das proporções e *forças vitaes* do corpo humano. Ainda que a Medicina ignore o *princípio da vida*, todavia, em multidão de casos, a experiencia dos seculos tem dado aos Medicos quasi o poder de resuscitar moribundos. Que elogios pois serão bastantes para os seus egregios Professores? A Mythologia fez a apothose do antigo medico *Esculapio*, dando-lhe as honras de semi-deos. O Professores de Cirurgia, e Pharmacia, como grandes cooperadores ao mesmo tão digno ministerio, merecem proporcional estima, se se mostrão credores á confiança do Publico pelo desempenho de seus deveres.

Estes deveres: substancialmente consistem, na promptidão da assistencia pessoal; na vigilancia e preparação dos remédios; na requisitoria dos socorros da Religião em gravidade do perigo; na judiciosa collecção das experiencias, com que de dia em dia se augmenta o progresso da divinal arte.

He escusado indicar o quanto he indigno do character dos seus professores a char-

lataneria dos inculcadores de receitas clandestinas, de tentativas arriscadas, de chimeras de panacéas, com que offerião curar todas as enfermidades, ou por methodos incognitos, e não approvados pelos competentes Facultativos.

Resta só dizer, que as pessoas desta profissão insigne são das que tem muito em seu poder effectuar as mais extensas caridades, dar os maiores lenitivos á afflicta pessoas e familias, reviver consolações e esperanças nos espiritos abatidos. Tambem são os depositarios das confidencias as mais delicadas de todas as curas. Como Juizes de certos casos criminaes para os corpos de delicto, e provas de malfetorias, cujos arbitramentos só com taes Profissores se podem fazer exactos, tem de mais o dever de dizerem a verdade, — a pura verdade, — e toda a verdade —, no Juramento de seus officios, que lhes são requeridos pela Authoridade competente; pendendo de sua sciencia e consciencia a sentença de vida e morte de seus Conciudadãos, quando se suspeita propinação de veneno. Isto até constitue o ramo da *Medicina Legal*.

CAPÍTULO XXXII.

Das Deveres dos Advogados.

Os Advogados tem na Jurisprudencia o titulo de *Sacerdotes da Justiça*. Assim todos decompunham este santo character, e obvios correspondentes deveres! A Advocacia no tempo da Republica Romana, não obstante a resistencia da Aristocracia da Ordem Senatoria, elevava os estudiosos da Oratoria

e Legislação ás maiores Dignidades do Estado. Porém degenerou a sua honra depois que com o estabelecimento do Despotismo cessarão os grandes engenhos, e o Foro veio a ser o theatro da perfidia e venalidade *.

A Inglaterra presentemente he onde a Advocacia occasiona eleições dos Ordadores dos Tribunaes para Deputados no Parlamento. Ainda assim, ahí se diz, que a *gloriosa incerteza das leis* he a *Herdade dos Advogados*.

Seja iniquidade da Legislação, seja arbitrariedade da Magistratura, seja inconstancia dos Regulamentos, he desdouro da Moral Publica, o ver-se, que raro he o caso, em que, nos preparatorios de demanda, consultando-se Advogados, não se ache quem aconselhe a acção ou defeza, affirmando que a respectiva causa — *he a mesma justiça*. Ainda sendo a lei clara em favor de alguma Parte, a inteireza da consciencia não tolera, que se sustente pleito, só fundado em a *nua letra* da mesma lei contra a *natural equidade* da Jurisprudencia Universal. Do contrario, perde-se o delicado senso da recidão.

Até nas causas crimes he dever do Advogado só dar aos Iteos as *defezas legitimas*, e não *concoctadas cavilosas*. Devem os Advogados ter por exemplar ao celebre Jurisconsulto *Papiniano*, que, sendo instado pelo Imperador *Caracalla* para o defender no Senado de Roma contra a publica voz do povo, que o accusava de ter mandado matar a seu irmão *Geta*, com heroica virtude (bem

* Postquam omnia ad unum delerit pacis intuitu, cessare magna ingenua. — et nihil tam venale fuit, quam advocatorum perfidia. — Tacitus.

que visse imminente a sua morte) recusou dizendo, que o *fratricidio era mais facil de se commetter, que de se defender*.

Devem além disto ter por modelos os Principes dos Oradores Gregos e Romanos, como Demosthenes, e Cicero. Este salvou a sua vida de humma vez e Estado com a sua eloquencia e virtude; e aquelle por longo tempo resistio á politica e potencia do Rei da Macedonia Philippe, o qual dizia mais temer o Espirito Publico de Demosthenes, que todos os Exercitos das Republicas confederadas.

C A P I T U L O XXXIV.

Deveres dos Educadores, e Escriptores.

OS Mestres que ensinão diversas especies de Literatura, podem muito contribuir á pureza ou á corruptela da Moral Publica, conforme a boa ou má Educação e Instrueção, que dão nos Collegios, Escolas, Aulas, e Casas. Sobre elles a superintendeneia do Governo he indispensavel.

Os Escriptores, que imprimem as suas obras, vem a ser os Mestres do mundo; e tem por consequencia em suas mãos o circular venenos, ou balsamos literarios, para destruir ou instruir o espirito dos povos.

A liberdade da Imprensa tem uteis, e admiraveis effeitos; e verosivelmente terá calculavel influencia em mudar as ideas dos homens, e constituições dos Estados. Mas tambem não he menos certo, que se tem della feito *Trocas de Fúrias*, e *Machinas Infernaes* para Desorganisação da Sociedade, e Explosões

Revolucionarios. Nos paizes de povos atrasados nas sciencias vem a ser como as armadas de fogo em mão de crianças; e, em vez de estender a Moral Publica tem desmoralisado a poros de bons costumes, e espollado a honra dos individuos. He incommensuravel o circulo das sciencias; porém em taes paizes a Officina Typographica só se distingue em *travas de mal dixer*, infamias aos Empregados Publicos, e *hostilidade á Religião*.

Os Escriptores que em candura de coração só se propõe o Bem da Humanidade, e honesto subsidio de vida na venda de seus escriptos, desempenhão os deveres á Deos, á sociedade, e á si, procurando communicar á seus semelhantes os fructos de seus cultivos talentos, que são dons do Creator, que lhes serão dados para virem á luz. Quanto mais os homens de letras crescem em idade, tanto he seu maior dever applicar o seu descunço em uteis trabalhos literarios. Que apreceiaveis beneficios pôdem fazer os que souberem com *bons compendios* facilitar á instrucção do povo, especialmente em seus deveres moraes e religiosos, e nos mestéres que mais assegurão, e extendem os commodos da vida?

C A P I T U L O XXXV.

Dos Deveres dos Pobres e Ricos.

O Trabalho (intellectual e corporeo) he o fno original e permanente dos *bens da vida*: ainda os fructos espontaneos e naturaes riquezas da terra, precisão do trabalho para a colheita, e usos sociaes. Depois de introduzidas as Instituições da Propriedade, e de

Casamento, necessariamente se formão as duas classes dos *pobres*, e *ricos*.

Pobres são os que não tem terra e capital para viverem dos seus redditos, mas são obrigados a trabalhar de jornal, para viverem das *Obras de suas mãos*.

A desigualdade das fortunas e condições se augmenta com o progresso da população, differença de talentos, actividade de industria, adquisição de heranças, felicidade em commercio, e por outras causas.

O dever dos pobres he sujeitarem-se á *lei do trabalho*, sob pena de morte, ou escravidão. Vê-se n'Asia, especialmente na India, e China, onde os homens prepação, como os brutos, sem caleule das consequencias, o terrivel espectáculo de tolerado infanticidio das crianças, e se offerecerem muitos miseraveis a serem cativos dos ricos, para não morerem de fome. Em taes paizes a necessidade extrema estimula os indigentes á industria, e não existe arguição de preguiça.

Nos Estados de população excessiva e proletaria, os pobres parecem ter de mais o dever de não casarem, em quanto não tiverem probabilidade de manter seus filhos pelo proprio trabalho, e que este se ache em *demandado do paiz*: alias soffrerão estes a pena da Justiça Divina, pela culpa dos pais em violar a Lei Cosmologica, que proporciona a vida dos homens aos artigos de subsistencia, que o paiz pode produzir, ou pagar sendo importados dos paizes estrangeiros; o que já foi notado nesta Parte III. Cap. 13.

O Dever dos ricos, bem como tambem o seu interesse, he dar emprego e salario aos pobres, e bem fazer aos incapazes de traba-

ho por doença, e velhice, supprindo-os, quanto lhes he praticavel, dos necessarios á vida, considerando-se depositarios do superfluo, e como Thesoureiros, e Mordomos do Creador, para socorro da indigencia innocente e desvalida. O nosso Salvador dictou este dever no seu preceito = *thesaurizai para vós mesmas thesours no Céo*.

Os Nobres e Ricos do mundo imaginão, que só são obrigados aos deveres de rigorosa justiça, e não aos de effectiva beneficencia em socorro dos necessitados. Mas isso he erro, que se convence pela parabola do mesmo Salvador, do *mó rico*, e mendigo Lázaro; tendo aquelle final condemnação, porque se vestia e banquetava esplendidamente todos os dias, entre tanto que negava áquelle miseravel cheio de chagas, que lhe estava á porta, até as migalhas de sua meza. Os Moralistas Ecclesiasticos bem notão, que aquelle rico não he no Evangelho arguido de acto de injustiça, mas *só* da falta de compaixão e de esmola ao infeliz necessitado. Por isso nos paizes cultos da Christandade os bons ricos reservão para caridades humna porção de sua renda.

C A P I T U L O XXXVI.

Dos Deveres dos Amos e Criados.

Que no Cap. XXVII.¹ expuz sobre os deveres dos Contractantes, he applicavel aos ajustes feitos entre Amos e Criados para servicos em casa, ou fóra della. No termo geral de *amo* se comprehende todo que aluga

as prestações pessoaes de outro: e de *criado*, todo o que se submete á estas prestações por algum salario. Desses ajustes resultão obrigações reciprocas entre as partes contrahentes; o que hum tem direito de exigir, a outra tem o cargo de executar. A Religião Christãa tem declarado ser hum dos *peccados que bradão ao Céo* o não pagar-se o jornal á quem trabalha.

A Humanidade e a Honra tambem dictão aos amos o dever de não tratarem com arrogancia a seus criados, e a quaesquer salariados, á quem dão emprego na Agricultura, Fabricas, Navegação, Commercio &c. Este dever convém ser exercido com ainda maior generosidade aos fannulos domesticos, que soffrem as diarias imprudencias, e desgovernos dos amos no manejo domestico, e alias tão assiduamente cooperão para o regular serviço, commodo, e gozo da familia. Em alguns Estados mais civilizados da Europa ha e nobre uso de pessoas ricas ou abastadas de deixarem em seus testamentos consideraveis legados aos seus criados mais antigos, fieis, e serviciaes.

O dever dos criados, e salariados de qualquer classe, he servir a quem os emprega, com fidelidade, e exactidão conforme os termos do seu ajuste.

Tem-se excitado a questão, se os que vivem do salario de seu trabalho, ~~violão~~ o *dever moral*, por formarem *collaços* entre si, para não fazerem os respectivos trabalhos sem salarios superiores aos que communmente recebem os amos, e capitalistas do paiz? Isto só pode acontecer nos Estados de população livre e supernumeraria, que não achão empre-

go senão por mui baixo salario, que, em alguns dechidos ramos de industria, ás vezes nem dá a mais frugal e miseravel subsistencia. Em taes Estados ha leis mui rigorosas, que até impõe pena capital aos culpados de taes colloios; suppondo-se, que estes tendem a fazer fatal parada no Trabalho Geral, e a converter a *Convenção* em *Extorção* com especie de ameaço de terrivel Força Publica do corpo do povo.

Adam Smith na sua Obra de Inquirição sobre a natureza e causas da Riqueza das Nações, opina ser *medo panico* dos Governos recetar grave desordem de taes *colloios*, pela impossibilidade de sua duração; vista a necessidade em que as classes laboriosas estão de sua manutenção diaria pelos seus jornaes; sendo, ao contrario, mais factiveis, e duraveis, taes colloios entre os ricos capitalistas, especialmente nas Cidades, onde he facil, e ainda ordinaria, a sua combinação, pela evidencia dos proprios interesses, não tendo igual urgencia de empregar seus fundos como os pobres em offerecer os seus braços; o que quasi sempre dá poder ao rico de impor a lei ao pobre.

Se os Governos não dessem, ou não tolerassem, os monopolios de terras e capitães, (que, mais ou menos se achão em todas as Nações) os salarios dos trabalhos, e os proveitos dos capitães, seriam regulados pela imperiosa *lei da concurrencia*, e conforme as circunstancias da população *progressiva, estacionaria, ou retrograda*: então os jornaes, e os lucros, estariam sempre em proporções constantes; sendo os salarios necessariamente liberes no primeiro estado, medianos no segundo, mes-

quinhos no terceiro, á proveito dos capitalistas. Serião também, pela mesma causa, necessariamente menores, quando ha muitos fundados a empregar, e poucos braços a serem empregados: então os capitalistas concorrem à porfia para dar emprego á seus capitães, e obtêm a preferencia para as obras os que pagão os salarios com superior liberalidade.

Se pois he dever dos jornaes não se confederarem para levantar os salarios, he não menos do dever dos que alugão os seus serviços não fazerem mancomunações para os obter á menos do que a Lei da concurrencia commanda.

E, será do poder justo do Governo pôr taxa aos mesmos salarios? Não será, ao contrario, esse expediente contra o dever da Igual Protecção que elle deve á todo o Cidadão livre em systema liberal, que substitue a convenção á violencia? Deixo todas estas Questões aos Economistas Politicos.

C A P I T U L O XXXVII.

Dos Deveres da Civiidade.

Devers da Civiidade são certos actos agradaveis á todas ás pessoas, os quaes, supposto não sejam de rigorosa justiça, contudo são exercícios de quotidiana benevolencia, e de decencia publica, que constituem hum povo tractavel, cortez, e polido. Toda a gente de educação, de boa vontade, e sem esforço, nem disfarce, pratica taes actos com os cidadãos, e estrangeiros, segundo os usos do paiz, manifestando-lhes consideração, e desejo de comprazer e obsequiar.

O Historiador Plutarcho refere as seguintes instructivas lições práticas.

Entrando no Theatro de Athenas hum velho, já curvado com o peso dos annos, os jovens mal criados, e presumidos de suas *grajas atticas*, entrarão a motejar ao venerando-ancião; mas Eurybiades, Generalissimo dos Gregos, o conduziu pela mão, e lhe deo assento no banco dos Embaixadores. Dahi resultou o proverbio na Grecia, que os Athenienses fallavão muito em virtude, mas que só os Lacedemonios a sabião praticar.

O celebre Themistocles, sendo o Capitão de menos idade, convocado ao Conselho de Guerra, em que se tratava da Salvação da Grecia contra o invasão do immenso Poder da Persia, oppondo-se ao unanime parecer dos mais Conselheiros, e até ao do dito Generalissimo, elevando este, em subita colera, o bastão para o descarregar sobre o contradictor, com submissão disse o joven = *bate, mas ouve*.

Eis illustre exemplar de subordinação, e civilidade, que assaz mostra os *bons costumes* do mais polido povo do Universo! Pergunhem-se à vista delle os que até nos Tribunas desatendem aos direitos da senioridade, e ora à bocca cheia proclamão (recedant vetera) = *fora vellos* =. Porém o mais sabio dos antigos Reis diz em seus Proverbios: = os cabellos brancos sã a coroa da cabeça.

Resta advertir, que os Deveres da Civilidade convém que seão guardados especialmente pelas Pessoas constituídas em dignidade; não só pelo influxo do bom exemplo em todas as classes da Communidade, como tambem pelo interesse das mesmas Pessoas

para se fazerem constantemente respeitar, estimar, e amar. Nada ha que custe menos, e que renda mais. O Historiador Tacito na sua admiravel Obra da *Vida de Agricola*, entre os elogios deste Heróe do Imperio Romano, que ostentou virtude ainda no reinado do Imperador Demiciono, o mais *infesto das virtudes*, fez o elogio desse *Primeiro Civilizador de Inglaterra* (que se empenhava antes em ser que em parecer bom) por se mostrar cortez e affavel á todos os homens, guardando (o que he raro) o justo meio do Decoro Político, de sorte que nem a familiaridade lhe diminuise a reverencia, nem a severidade lhe tolhesse o amor *.

C A P I T U L O XXXVIII.

Das *Garantias Moraes*.

Os Escriptores sobre Constituições Politicas deste seculo tem-se desvelado em expor as *Garantias Constitucionaes*, e *Leaes*, que entendem ser *Seguranças Solidarias* da estabilidade do Governo, e felicidade do Povo. Pertencendo este Exame aos Estadistas, entendendo ser do dever do Moralista dizer a verdade pura, que a Historia não tem à esse respeito *dados certos* para a perfeita convicção dos espiritos rectos.

* Ubi officio satisfactum, nulla ultra potestatis persona; tristitiam, et arrogantiam exuerat; nec illi, quod est rarissimum, aut facilis auctoritatem, aut severitas amorem diminuit. — Vit. Agric. Cap. IX.

Recentemente Mr. Danou exaurio o assumpto das *Garantias Constitucionaes*, mais theoreticas, que praticas. Mr. Massabian na sua Obra sobre o *Espirito das Instituições Politicas* excitou no Vol. II. Liv. XI. Cap. XIV. a Questão da preponderancia das *Garantias Moraes* sobre as *Garantias Legaes*; e sustenta, que as *Garantias Moraes* são tudo, e que, sem ellas, as *Garantias Legaes* são *absolutamente nullas*. Assim diz:

“Que faz a Lei? Acrescenta motivos na Balança para os homents obrarem bem: eis tudo que faz! Porém não hea jámais certa, de que taes motivos prevalecerão em todas as acções humanas. As nossas paixões, e a nossa audacia, afrontão as ameaças da lei até no cadafalso, onde corre em arroio o sangue dos justificados. Ao contrario, o que as leis as mais terribes não podem fazer, o executão os bons costumes. He de experiencia, que os bons costumes impedem infinitamente mais os crimes do que as leis. *As Garantias Moraes pois são as verdadeiras Garantias.*”

“He verdade que as *Garantias Moraes*, ainda as mais poderosas, não são, em todo o caso, infalliveis nos seus efeitos. Algumas vezes se encontrão, ainda que mui raramente, insensatos, monstros, ou caracteres tão fogosos, e cegos pelas suas paixões, que perdem totalmente de vista os seus proprios interesses. Mas, com pessoas desta tempera são tão impotentes as *Garantias Legaes* como as *Garantias Moraes*. Então não resta outro recurso mais do que a *força*, bem como não ha outro remedio para o doído senão o prendello.”

Sem dúvida Boa Constituição, e Boa Legislação, podem muito para a segurança do Estado, e prosperidade do povo. Mas he não menos incontestavel, que as mais solidas fianças destes bens são — boa indole, boa educação, bons exemplos, bons habitos de virtudes publicas e particulares, boas luzes geraes, e, sobre tudo, a observancia da Lei Evangelica nos Governos, e Povos.

C A P I T U L O XXXIX.

Dos Deveres dos Ecclesiasticos.

A Religião he o Capitél Corinthio do Edificio da Civilisação. Bem disse Platão = *He mais facil fundar huma Cidade no ar, que hum Imperio sem Religião.*

Mas a experiencia de todos os seculos, e paizes, tem mostrado ser impossivel civilisar-se hum Estado tendo os homens só religião de espirito, sem culto externo de Templos, Altares, e Actos Proprietarios do Estado Supremo, com *Hierarchia* de pessoas destinadas, privativa e exclusivamente, para este Ministerio, e separadas dos negocios do mundo. Isto já se ponderou nos Cap. II. e III. desta Parte III.

Os principaes deveres de taes pessoas (que entre nós se denominão — *Ecclesiasticos* e *Padres*) consistem em; officiarem nas Casas destinadas á Deos conforme a Liturgia estabelecida pelas Authoridades competentes da Igreja; excitarem os fieis á verdadeira piedade; instruillos nos dogmas da pura Moralidade e Religião; elevar-lhes os espiritos para a firmeza da caridade, fé, e esperança

da justa retribuição das obras, que nos seguem depois da morte; serem os exemplos das boas acções.

Em vão os *infeis*, e presumidos de *iluminados*, tem declamado furiosamente contra todos os *Padres*, seculares e regulares, de todas as Idades, fazendo longo catalogo dos erros, vícios, e crimes, das pessoas, que por seu instituto são consagradas ao serviço da Divindade; como se a sua especial profissão os constituise immaculados, e incapazes de cahirem nos abysmos da ignorancia, malicia, e miseria da natureza corrupta. Que maior injustiça se pôde imaginar, do que só fazer-se o elenchio dos males, e não o dos bens, que taes pessoas tem feito á Humanidade?

Sem divida (conforme a phrase e prophesia da Escriptura) a *abominação tem entrado nos lugares santos*: porém he incontestavel, que, principalmente depois que o Salvador do Mundo sem força d'armas estabelecio a sua Igreja, e os legittimos Ministros della, a civilisação tem tido prodigioso augmento, nos paizes que adoptarão em pureza o *Evangelho de gloria á Deos, e paz aos homens benivolos*, não obstante os sophismas e abusos que sobreveirão contra a letra, e espirito da Religião Celeste.

Para confusão dos incredulos, citarei a authoridade do principal Coryphêo do Anti-Christianismo — *Voltaire* —. Elle diz: “Nada he mais util ao Publico que hum Cura, que faz o registo dos nascimentos, que procura assistencia aos pobres, consola os enfermos, enterra os mortos, põe a paz nas familias.... A fim de o pôr em estado de ser util, he necessario, que elle esteja acima da necessidade,

para não deshonrar o seu ministerio; que seja pago segundo a extensão de sua parochia; e que não tenha outros cuidados senão os de preencher os seus deveres.”

O mesmo patriarcha da infidelidade não pôde deixar de reconhecer tambem a utilidade dos Conventos Religiosos, e assim diz:

“Foi por muito tempo de consolação para o Genero Humano o serem abertos asylos á todos que querião fugir das oppressões do Governo Gothico, e Vandalos. Nessa epocha, quasi todo o individuo que não era Senhor acastellado, era escravo: então muitos, escapavão, na doçura dos claustros, á tyrannia, e á guerra. Os poucos conhecimentos que restarão entre os barbaros, forão perpetuados nos claustros. Os Benedictinos transcreverão alguns livros. Pouco á pouco sahirão dos claustros muitas invenções uteis. Além disto estes religiosos cultivavão a terra, cantavão os louvores de Deos, vivião com sobriedade, erão hospitaleros, e os seus exemplos podião servir para mitigar a ferocidade desses tempos de barbaridade.... Não se pôde negar, que não houvessem nos claustros *muitas grandes virtudes*: ainda agora não ha Mosteiro que não encerre *almas admiraveis*, que fazem honra á natureza humana. Muitos escriptores se tem feito hum praezer de esquadriñar as desordens, e os vícios, que algumas vezes mancharão estes asylos de piedade. He certo que a vida dos seculares tem sempre sido mais viciosa, e que os maiores crimes não tem sido commettidos nos Mosteiros; mas se tem marcado pelo seu contraste com a regra. Nenhum estado tem sempre sido puro. Não se deve olhar este

objecto senão pelo bem geral da sociedade.*”

Nas actuaes circumstancias he de summo interesse ao Imperio do Brasil, que os Ecclesiasticos se desvelem no desempenho de seus deveres; a fim de se reintegrarem no credito publico, e desmentirem as aspersões dos *maíns*, que tem involvido em indistincta censura ao Corpo do Sacerdoceo, pelos excessos de alguns dos seus Membros, e fanatismo de escuros seculos. A Humanidade vio com horror a mortifera perseguição que os Revolucionarios fizeram áquelle Corpo na Europa, quando derribarão o Altar, e o Throno. Já no Brasil, por abuso da liberdade da imprensa, se tem feito ataques escandalosos, e até por furores populares se tentarão espolios de Comunidades Religiosas; o que o Governo Imperial reprímio. Cumpre remover dos Patrios Lares taes attentados.

FIM DA PARTE III.

N. B. Havendo no Cap. I desta Part. indicado a tenção de offereer humma *Synopse dos Deveres Christãos*, para complemento do Plano da Obra, requerendo ella prévias doutrinas das *Virtudes e Paixões*, reservei-as para hum *Supplemento*.

* Vêja-se o *Compendio — Voultaire De La Jeunesse*, impresso em Paris em 1808, com *Passagens escolhidas* das obras deste Escripior.

INDICE

DA PARTE III.

	pag.
<i>Satisfação</i>	II
<i>Extractos Moraes da Primeira Academi</i>	III
CAP. I. Dos Officios Geraes e Particulares.	1
CAP. II. Dos Deveres á Deos.	3
CAP. III. Do Culto Divino.	5
CAP. IV. Do Culto Externo.	10
CAP. V. Dos Deveres ao Governo.	15
CAP. VI. Dos Deveres do Governo.	23
CAP. VII. Dos Deveres ao Estado.	31
CAP. VIII. Do Patriotismo, e Cosmopolitismo.	39
CAP. IX. Da Influencia do Exemplo na Moralidade Nacional.	44
CAP. X. Do Dever da Justiça.	54
CAP. XII. Do Dever da Benevolencia.	71
CAP. XIII. Do comparativo Influxo do Amor-proprio e da Benevolencia, no exercicio dos Deveres, e Negocios da Vida.	75
CAP. XIV. Dos Deveres á nós mesmos.	82
CAP. XV. Dos Deveres á Humanidade.	86
CAP. XVI. Discurso de Franklin sobre o Dever de beneficiar aos Povos rudes, e communicar ainda aos cultos os Benefícios da Providencia.	89
CAP. XVII. Do Dever de procurar a Geral Civilisação, e diminuir os Males Moraes.	91
CAP. XVIII. Advertencia sobre a Doutrina do Dever á Humanidade.	97
CAP. XIX. Dos Deveres Especieaes.	101